



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

Mariana Filipa Oliveira Pereira

**A CENSURA DO LIVRO EM COIMBRA (1531-  
1673): GÉNESE E CONSOLIDAÇÃO DA APLICAÇÃO  
DE UM MODELO**

Dissertação de Mestrado em História, com especialização em Época Moderna,  
orientada pelo Professor Doutor José Pedro de Matos Paiva, apresentada ao  
Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de  
Letras da Universidade de Coimbra

setembro de 2023

# FACULDADE DE LETRAS

A censura do livro em Coimbra (1531-1673): génese e consolidação da aplicação de um modelo

## Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação</b>
<b>Título</b>	A censura do livro em Coimbra (1531-1673): génese e consolidação da aplicação de um modelo
<b>Autor/a</b>	<b>Mariana Filipa Oliveira Pereira</b>
<b>Orientador/a(s)</b>	José Pedro de Matos Paiva
<b>Júri</b>	Presidente: Doutor Saul António Gomes Vogais: 1. Doutor José Pedro de Matos Paiva 2. Doutor Jaime Ricardo Teixeira Gouveia
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em História</b>
<b>Área científica</b>	<b>História</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Época Moderna</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>24-10-2023</b>
<b>Classificação</b>	<b>18 valores</b>



## **Agradecimentos**

Na elaboração deste estudo, contei com preciosos apoios. As minhas primeiras palavras de agradecimento são dirigidas ao Professor Doutor José Pedro Paiva pelos preciosos conselhos e disponibilidade na orientação desta dissertação. Mais do que um orientador, foi um verdadeiro Mestre, no sentido em que o são aqueles que não se limitam a ensinar, mas conseguem cimentar laços de admiração e respeito.

Um agradecimento especial à minha família, em especial aos meus pais, avós e padrinhos pelas palavras de ânimo e motivação indispensáveis na elaboração desta dissertação, e por acreditarem em mim, quando nem eu acreditava.

Um eterno agradecimento à Beatriz e à Ana, que me acompanharam desde o primeiro ano, em Coimbra. Faltam-me as palavras para descrever o sentimento de imenso amor e gratidão que tenho por vocês. Que continuemos sempre a caminhar juntas.

À minha prima Beatriz, levo-te no coração e para a vida. Palavras não chegam para agradecer pela tua boa amizade e lealdade. A tua pureza e genuinidade são as tuas melhores essências. Nunca te esqueças disso.

Um enorme obrigada ao meu Guilherme, um grande amigo que esteve ao meu lado desde o início até ao fim desta jornada. O teu companheirismo, amor, consideração e fidelidade são inigualáveis. Levo-te para a vida, com toda a certeza.

Não posso deixar, igualmente, de agradecer aos meus afilhados. Sara, Margarida, Nicole e Telmo pelo amor e carinho que têm por mim. Obrigada por estarem sempre comigo e acreditarem em mim.

A todos vós, incluindo aqueles que possa não ter mencionado, mas que trago sempre comigo, agradeço pelo insubstituível apoio nesta etapa da minha vida.

## RESUMO

### **A censura do livro em Coimbra (1531-1673): génese e consolidação da aplicação de um modelo**

Partindo da análise de um conjunto de livros impressos em Coimbra, esta dissertação visa conhecer a censura literária naquela cidade, entre 1531 e 1673.

O objetivo deste trabalho não é puramente analítico e encerra uma componente metodológica importante. Procuraremos demonstrar que a edição do livro impresso e do sistema de censura tríplice, são um fator essencial para o entendimento da história cultural. Para isso, procedemos a uma leitura sistemática de 396 livros publicados em Coimbra.

Neste processo de reconstrução, a leitura das fontes escolhidas permitiu reunir dados suficientes para fornecer um panorama consistente dos padrões que caracterizam a história do livro e as dinâmicas episcopais, inquisitoriais e régias, no âmbito da censura literária em Coimbra.

Esta dissertação insere-se no âmbito dos estudos inquisitoriais, renovados a partir do século XX, e da história do livro.

O argumento que aqui se desenvolverá é o de que, apesar de a censura ser partilhada por três instâncias, a Inquisição se transformou no órgão dominante de censura literária.

Numa primeira fase, apresenta-se, de um modo geral, o panorama da censura literária em Portugal, nos séculos XVI e XVII, procedendo-se a uma análise síntese do sistema de censura tríplice, composto pelo bispo, Inquisição e Desembargo do Paço, modelo que prevaleceu em Portugal até à criação da Real Mesa Censória, em 1768. De seguida, procedi a uma análise da imprensa na cidade de Coimbra, evidenciando os laços entre a tipografia, o mosteiro de Santa Cruz e a Universidade de Coimbra, assim como a atividade dos impressores e autores que impulsionaram o desenvolvimento da tipografia coimbrã.

Segue-se uma terceira parte, na qual se faz um levantamento dos censores. Pretendeu-se observar o seu estatuto social, os períodos de atividade e as funções que desempenharam no transcurso das suas vidas. Na quarta parte, reconstrui-se o processo de licenciamento de livros, através da análise de pareceres censórios, emitidos pelos censores.

**Palavras-chave:** Coimbra, censura, livro, Inquisição, Bispos, Desembargo do Paço.

## **ABSTRACT**

### **Book censorship in Coimbra ( 1531-1673): genesis and consolidation of the application of a model**

By analyzing a set of books printed in Coimbra, this dissertation aims to understand censorship procedures in the above mentioned city between 1531 and 1673.

The aim of this research is not purely analytical and has an important methodological dimension. We will try to demonstrate that book edition and the triple censorship system are essential topics in understanding cultural history. To do this, we carried out a systematic reading of 396 books published in Coimbra.

In this process of reconstruction, a reading of the chosen sources allowed us to gather enough data to provide a consistent overview of the patterns that characterized the history of the book and the censorship control implemented by episcopal, inquisitorial and royal dynamics.

This a dissertation that falls within the scope of inquisitorial studies, renewed from the 20th century onwards, and the history of the book. I will argue that, although censorship was shared by three bodies, the Inquisition became the dominant organ of literary censorship.

In the first phase, the panorama of literary censorship in Portugal in the 16th and 17th centuries is presented in general terms, with a summary analysis of the triple censorship system, supported by the Bishop, the Inquisition and the *Desembargo do Paço*, a model that prevailed in Portugal until the creation of the Royal Censorship Board in 1768.

I then proceed to the analysis of the books printed in the city of Coimbra, highlighting the ties between the publishers, that is the monastery of Santa Cruz and the University of Coimbra, as well as the activity of the printers and authors who improved book edition in the city. This is followed by a third part, in which the censors are surveyed. This section is intend to observe their social status , their activity and the functions they performed all over their lives. In the fourth part, the book licensing process is reconstructed, through the analysis of the censor reports issued by the censors.

**Key words:** Coimbra, censorship, book, Inquisition, Bishops, Royal censorship,

## Sumário

Introdução .....	1
Capítulo 1 – Uma visão concisa da censura do livro em Portugal .....	5
Capítulo 2 – A imprensa em Coimbra nos séculos XVI e XVII.....	19
2.1. O papel da Universidade de Coimbra e dos bispos na impressão de livros .....	19
2.2. Os livros: evolução cronológica, autores, impressores e temáticas .....	29
2.2.1 Volume e ritmos da edição .....	30
2.2.2 Os autores .....	34
2.2.3 Os impressores .....	38
2.2.2 As temáticas .....	42
Capítulo 3 – Os censores e a censura.....	51
Capítulo 4 – Os pareceres censórios .....	75
Conclusão .....	80
Fontes e Bibliografia.....	84
Fontes impressas.....	84
Bibliografia.....	109

## Introdução

A presente dissertação, consagrada ao estudo da censura do livro impresso na diocese de Coimbra, propõe uma análise 396 obras impressas na cidade do Mondego entre 1531 e 1673. Ao invés do que uma leitura apressada do título da dissertação poderia sugerir, este não é um estudo sobre os livros considerados clandestinos e proibidos. O que se pretende observar é como se processava a produção do livro impresso, considerando o sistema de censura adotado, as estratégias e ao modo de atuação das instituições de censura, dando ênfase às temáticas das obras e às licenças de circulação, assim como aos diversos agentes envolvidos na produção do livro, nomeadamente os editores, os autores e os censores. O esforço empreendido visa aprofundar os conhecimentos já disponibilizados pela historiografia, através da análise sistemática do conjunto de livros impressos numa cidade que albergava a mais importante Universidade portuguesa do período e que se assumia como um centro cultural de destaque.

O espaço compreendido por esta pesquisa abrange o território de Coimbra sob jurisdição dos bispos da cidade. O período cronológico escolhido prolonga-se de 1531 até 1673. A data inicial corresponde ao primeiro livro identificado com local de impressão em Coimbra, e a segunda refere-se ao início da suspensão da atividade processual da Inquisição portuguesa determinada pelo papa, e que implicou uma crise na atividade ordinária e regular de uma instituição que assumira papel dominante no campo da censura. O corte cronológico proposto é muito amplo, de maneira a responder às questões colocadas. Trata-se de um programa de estudo que visa compreender o funcionamento e os modos de atuação do regime de censura tríplice, que vigorou em Portugal até 1768, a par da análise das obras literárias publicadas em Coimbra, entre 1531 e 1673, abordagem situada no âmbito dos estudos de história do livro e da cultura, bem como inscrito nas preocupações dos estudos inquisitoriais.

Para a elaboração desta investigação, recorri a diversas obras impressas incontornáveis, como por exemplo a de Maria Teresa Esteves Payan Martins, intitulada *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*<sup>1</sup>, qual contém informações relevantes sobre os limites, as competências e as entidades responsáveis pelo exercício da censura literária, como se mostrará no primeiro capítulo. Neste quadro, salientam-se também os contributos de José Pedro Paiva, nomeadamente no livro *Baluartes da fé e da disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos*

---

<sup>1</sup> MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan - *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005

*em Portugal (1536-1750)*<sup>2</sup> e o artigo *Bispos, imprensa, livro e censura no Portugal de Quinhentos*, publicações que dão ênfase à participação dos bispos na imprensa e às relações de cooperação entre o poder inquisitorial e episcopal, a nível da censura literária, tudo dimensões que serão aprofundadas no segundo capítulo desta dissertação.

Da maior utilidade foram ainda a dissertação de mestrado de José Gonçalves, intitulada *Imprensa em Coimbra no século XVII*<sup>3</sup> e o livro *a Imprensa da Universidade de Coimbra: uma história dentro da história*<sup>4</sup>, da autoria de Fernando Taveira da Fonseca, onde se colheram dados importantíssimos sobre o contributo da Universidade para o desenvolvimento da imprensa em Coimbra, com especial destaque para o papel dos impressores, analisados no segundo capítulo.

Este programa de pesquisa apoiou-se na exploração de 396 livros, impressos na diocese de Coimbra, entre 1531 e 1673. Só estes livros serão considerados nesta análise. Estas fontes foram recolhidas de forma sistemática, por via de pesquisas elaboradas com recurso aos catálogos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e da Biblioteca Nacional de Portugal. Através delas foi possível constituir o núcleo de obras impressas no território da diocese de Coimbra, a partir do qual se indagou o conteúdo dos livros, os seus autores e editores, bem como os censores que emitiram licenças de circulação e pareceres censórios.

Este processo de trabalho exigiu uma escolha cuidadosa dos campos de observação, procedendo-se a uma exploração das mencionadas fontes impressas. Neste sentido, a metodologia de investigação teve por suporte a recolha, o tratamento de dados provenientes da análise dos livros impressos em Coimbra, os quais foram registados numa base de dados especificamente construída com recurso ao *software* Excel. Numa primeira abordagem, optei por analisar o vasto conjunto de obras como uma unidade. Assim, procedi à realização de um conjunto de observações sistemáticas referentes às características do livro impresso (os editores, os autores, as temáticas, os agentes de fiscalização e a censura), a partir dos quais se criou a referida base de dados que contém informações que permitiram, posteriormente,

---

<sup>2</sup> PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé e da disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011 e PAIVA, José Pedro - *Bispos, imprensa, livro e censura no Portugal de Quinhentos*. Revista de História das Ideias. Imprensa da Universidade de Coimbra. Volume 28, 2007.

<sup>3</sup> GONÇALVES, José – *A imprensa em Coimbra no século XVII*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, tese de doutoramento em História Económica e Social, realizada sob orientação científica do Professor Doutor João José Alves Dias.

<sup>4</sup> FONSECA, Fernando Taveira da [et al.] – *Imprensa da Universidade de Coimbra: uma história dentro da história*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001.



caracterizar, individual e globalmente, cada um destes aspetos. Durante o decurso desta investigação, enfrentei alguns desafios que foi necessários contornar. Entre eles, e de enorme peso, a impossibilidade de consultar determinadas obras por se encontrarem em mau estado de conservação, em processo de digitalização e em tratamento.

Os problemas de fundo que orientam esta pesquisa decorrem desta observação. Em primeiro lugar, como se desenvolveu a imprensa em Coimbra, numa altura em que já se encontrava instalada noutros pontos do país? Quais os grandes temas das obras impressas? Qual foi o sistema de censura literária que vigorou? Que modificações trouxe a Inquisição no quadro da censura intelectual? Quais as competências e limites que lhes estavam assignados? Como reagiu o episcopado face à limitação das suas competências e ao predomínio da censura inquisitorial? Como se procedeu à fiscalização do livro impresso?

O argumento que aqui se desenvolverá é o de que, apesar de a censura ser partilhada por três instâncias, a Inquisição transformou-se no órgão dominante de censura literária.

Para tentar responder às muitas questões já inventariadas, arquitetou-se uma construção composta por quatro capítulos.

O capítulo inicial descreve o processo de funcionamento da censura literária em Portugal, nos séculos XVI e XVII, investigando as estratégias desenvolvidas pelas instituições de censura, nomeadamente a Inquisição, o ordinário, isto é o bispo, e o Desembargo do Paço, com especial destaque para a proeminência da censura inquisitorial e para as relações estabelecidas entre a Inquisição e o ordinário,

A imprensa em Coimbra, entre 1531 e 1673, é o objeto de análise do segundo capítulo, o qual se subdivide em 3 tópicos. Primeiramente, de modo a compreender a censura intelectual, retratou-se a história do livro impresso, em Coimbra, dando ênfase à relação entre a imprensa e a Universidade, academia que impulsionou o florescimento cultural da cidade. O segundo tópico mostra os ritmos de evolução tipográfica, organizados por décadas e por instituição, bem como a análise dos autores e editores responsáveis pelas obras impressas, na cidade universitária. O último segmento é referente às temáticas dos livros.

Os censores e a censura, que integram o terceiro capítulo, constituem um campo de investigação central da dissertação. Este capítulo encontra-se, de igual modo, repartido em três etapas. Em primeiro lugar, identificaram-se os censores encarregues de emitir licenças de impressão para a circulação das 396 obras literárias. De seguida, reconstituíram-se, dentro dos

limites do possível, as biografias dos censores mais célebres, tendo por base a quantidade de licenças atribuídas, e as funções e cargos de prestígio que desempenharam. A análise dos ritmos de evolução cronológica de atribuição de licenças constituem o último tópico deste capítulo terceiro.

No quarto e derradeiro capítulo, analisam-se os pareceres censórios atribuídos pelos censores encarregues da censura literária, em nome do Santo Ofício, do bispo e do Desembargo do Paço, e a influência que tiveram na aprovação ou reprovação de obras literárias.

## Capítulo 1 – Uma visão concisa da censura do livro em Portugal

O presente capítulo, tendo por base a leitura e análise de obras de vários autores, pretende demonstrar como foi aplicada a censura literária em Portugal nos séculos XVI e XVII. Sem a intenção de esgotar o assunto, os focos principais desta investigação centram-se, essencialmente, no funcionamento, nas estratégias adotadas e nos modos de atuação das instituições responsáveis pela censura, designadamente o bispo, a Inquisição e o Desembargo do Paço. De igual modo, é atribuída grande importância às relações estabelecidas entre bispos e inquisidores, uma vez que o entrelaçamento entre a jurisdição episcopal e inquisitorial teve implicações nas dinâmicas censórias e ambas as instâncias detinham amplos poderes neste campo. É ainda necessário destacar a ligação intrínseca entre a vigilância do livro e políticas externas que, neste caso, correspondem às resoluções provenientes do Concílio de Trento e ao forte impacto que tiveram em Portugal. Entenda-se por política externa as decisões tomadas em Roma referentes à censura literária, que tiveram impacto nos mecanismos de censura desenvolvidos em Portugal. Estes dois fatores combinados favoreceram a Inquisição, no sentido em que esta passou a dominar a censura literária.

Ao longo das páginas que compõem este capítulo, foi conferida maior atenção à censura episcopal e inquisitorial, em detrimento da desempenhada pelo Desembargo do Paço. Esta escolha não foi casual.

Antes do estabelecimento da Inquisição portuguesa, em 1536, já existia censura literária em Portugal. Por determinação papal, ela cumpria aos bispos nas suas dioceses, ou seja, ao governo eclesiástico da diocese, responsável pela emissão de licenças para a impressão de livros. No entanto, no caso português, quando se estuda a censura literária nos séculos XVI e XVII, o que sobressai é o papel da Inquisição. Com a instauração do Tribunal do Santo Ofício, a censura do livro passou a ser partilhada entre bispos e inquisidores. O objetivo era o mesmo: combater a propagação de obras de carácter herético e suspeito no reino. Neste sentido, foram desenvolvidos mecanismos de censura literária por parte da Inquisição, nomeadamente a elaboração de índices de livros proibidos. O primeiro foi publicado em 1547, a que se seguiram outros em 1551, 1561, 1564, 1581, 1597 e 1624. Por meio desta e de outras vias, os inquisidores usufruíram de amplas competências que, excetuando em pontuais conjunturas, lhes conferiam um estatuto de superioridade em relação aos bispos. Por um lado, porque ficou determinado que nenhum livro podia ser publicado sem a respetiva licença da Inquisição. Por outro, porque

o Tribunal passou a vigiar as obras permitidas aos eclesiásticos, incluindo os bispos. Quer isto dizer que os alicerces da autoridade episcopal, ou seja, as obras referentes à doutrina cristã e ao governo das dioceses, acabaram por ficar sob a alçada da Inquisição que, com o passar do tempo, conseguiu marcar a sua presença<sup>5</sup>.

A história do livro e da produção tipográfica em Portugal, nos séculos XVI e XVII, está intrinsecamente ligada com a censura literária. Em *Censors at work: How states shaped literature*, o historiador americano Robert Darnton, tendo por base a análise de alguns estudos de caso, descreve a censura como um mecanismo de controlo social, que delineou as balizas culturais dos diversos sistemas políticos e das instituições a eles pertencentes, impondo fortes restrições à natureza dos livros publicados e à circulação literária<sup>6</sup>.

A este respeito, aliás, já antes de Darnton, ao estudar o surgimento do livro impresso, Roger Chartier destaca que a história da cultura escrita é indissociável da atividade repressiva adotada pelas entidades políticas e religiosas<sup>7</sup>. Deste modo, estudar o fenómeno da censura literária e as suas relações com o Estado e a Igreja implica reconhecer o papel do livro e da leitura, enquanto moldes da mentalidade social de uma determinada época.

Em Portugal, a impressão e leitura dos livros foi um processo iniciado antes do estabelecimento da Inquisição, em 1536. Após a criação do Tribunal do Santo Ofício, e durante mais de dois séculos, período cronológico coberto por este estudo, conforme tem sido sublinhado pela historiografia, prevaleceu um sistema de censura tríplice, composto por três instâncias: o ordinário do local onde os livros eram impressos, a Inquisição e o Desembargo do Paço<sup>8</sup>.

Antes do estabelecimento da Inquisição portuguesa, a censura literária era exercida pelo ordinário, ou seja, pelo governo eclesiástico da diocese. Com vista a preservar os seus interesses e a expandir a sua mensagem, as autoridades religiosas reuniram esforços no sentido de impedir a publicação e difusão de quaisquer obras que colocassem em causa a doutrina cristã e o bom funcionamento da Igreja.

---

<sup>5</sup> PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé e da disciplina... cit.*, p. 92.

<sup>6</sup> DARNTON, Robert – *Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura*. São Paulo Companhia das Letras, 2016, pp. 164-166 (traduzido para português por Rubens Figueiredo).

<sup>7</sup> CHARTIER, Roger – *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*. Madrid: Alianza Editorial, 1993, pp.4-5 (versão espanhola traduzida por Mauro Armiño).

<sup>8</sup> Ver MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan - *A censura literária em Portugal... cit.*, pp. 20-57 e BASTOS, José Timóteo da Silva - *História da censura intelectual em Portugal: ensaio sobre a compressão do pensamento português*. Lisboa: Moraes Editores, 1983.

Nas primeiras décadas do século XVI, não se verificou grande preocupação por parte do episcopado em combater a propagação das heresias. De acordo com estudos recentes, “a censura literária foi pouco ativa antes de 1540. Até então, por disposição papal, estava confiada aos bispos, que eram quase inoperantes”<sup>9</sup>. Recorde-se que, em 1515, por meio da bula *Inter sollicitudines*, o papa Leão X (1513-1521) confiou aos antístites a vigilância sobre as atividades dos impressores. Esta medida foi reforçada em 1524, por Clemente VII (1523-1534), que tentou impedir a circulação de obras da autoria de luteranos<sup>10</sup>. Através destes dois exemplos, constata-se a necessidade de a Igreja Romana, num tempo em que era acossada por cisões interpretativas no seio do cristianismo, desenvolver medidas de contenção à disseminação de ideais contrários aos valores da fé católica e dos princípios morais da Igreja. Entre esses mecanismos salienta-se a censura do livro. Segundo José Pedro Paiva, a concessão de licenças por parte do ordinário começa a ser mais evidente a partir de 1560, com maior incidência na diocese de Coimbra, e posteriormente em Lisboa, em 1570. Nesta década de 70 do século XVI, já é bastante difícil encontrar livros impressos que não contenham as devidas licenças do Santo Ofício e do bispo, o que está em sintonia com o que foi determinado por bispo D. Afonso de Castelo Branco, nas Constituições sinodais do bispado de Coimbra, impressas em 1591<sup>11</sup>.

Em 1539, foi transmitido a D. Henrique, que então assumira a função de inquisidor mor, que o arcebispo de Lisboa, o seu irmão e cardeal D. Afonso, ordenara a todos os livreiros de Lisboa que preparassem um catálogo, no qual deveriam constar todos os livros que tinham para venda, de modo a evitar a circulação de obra suspeitas<sup>12</sup>.

O controlo do livro fez-se, primeiramente, por meio da concessão de privilégios de impressão e de venda, que constituíram a única garantia da propriedade literária e editorial. O primeiro privilégio deste tipo que se conhece foi concedido ao escritor Baltazar Dias, pelo rei D. João III, em 1537, denotando a intervenção da Coroa neste campo de vigilância da produção e consumo cultural do texto escrito<sup>13</sup>.

Com o nascimento da Inquisição, instituição que visava combater a propagação da heresia, assistiu-se, progressivamente, à constituição de um novo grupo de agentes

---

<sup>9</sup> MARCOCCI, Giuseppe e PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2016, p. 91.

<sup>10</sup> PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé... cit.*, p. 93.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 99

<sup>12</sup> *Idem*, pp. 92-93.

<sup>13</sup> RODRIGUES, Graça Almeida - *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980. pp. 15-16.

eclesiásticos, os inquisidores, que atuavam de acordo com as competências atribuídas pelo papa e com o auxílio da Coroa. A nível de matéria censória, a Inquisição rapidamente procurou enquadrar a fiscalização dos livros no seu leque de prioridades. Neste sentido, procurou desenvolver mecanismos de controlo e de regulamentação da censura, tais como a concessão de licenças, a elaboração de índices de livros proibidos, a vigilância de locais específicos onde o livro circulava, nomeadamente às livrarias, às bibliotecas públicas e privadas, às tipografias, aos portos marítimos e às naus que neles atracavam<sup>14</sup>.

A Inquisição portuguesa começou a atuar de forma mais clara e eficiente a partir do momento em que o cardeal Infante D. Henrique ocupou o cargo de inquisidor-geral, em 1539. Os esforços para melhorar a organização da censura prévia, isto é, a censura responsável pelo exame das obras antes de elas serem publicadas, não tardou a fazer-se sentir. Logo em 1539, D. Henrique nomeou dois censores para examinarem, em Lisboa, todos os livros existentes nas livrarias da cidade, com o propósito de descobrir os que tivessem conteúdo desviante do catolicismo ou obras duvidosas por qualquer outra razão<sup>15</sup>. Foi também nesse ano que surgiram as primeiras obras literárias censuradas pela Inquisição. O primeiro livro a ser submetido a esse crivo foi o *Ensino Cristão*, de autor desconhecido, impresso por Luís Rodrigues, que obteve licença de impressão por parte da Inquisição e privilégio real. O segundo livro sujeito a censura foi *a Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos da santa mãe igreja* de João de Barros, impresso por Luís Rodrigues, em 1539<sup>16</sup>.

Um ano mais tarde, em 1540, o infante D. Henrique confiou o exercício da censura literária a uma comissão, composta por três dominicanos, cujas principais funções recaíam na inspeção aos livros existentes nas livrarias, na apreensão de obras suspeitas, na ordem para não se imprimirem livros sem primeiro serem vistos e analisados por eles, e na aplicação de censuras eclesiásticas e de penas aos prevaricadores.

Segundo Francisco Bethencourt, em Portugal, as estratégias de inspeção dos livros iniciaram-se poucos anos após o estabelecimento da Inquisição. O primeiro relato de visitas a livrarias que temos conhecimento remota a 1551. Nesse mesmo ano, o dominicano Frei

---

<sup>14</sup> BASTOS, José Timóteo da Silva – *História da censura intelectual em Portugal...* cit., p. 41. Para além de Bastos, ver BETHENCOURT, Francisco – *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1994. pp. 173-185 e MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição...*, cit., pp. 90-97.

<sup>15</sup> BASTOS, José Timóteo da Silva – *História da censura intelectual em Portugal ... cit.*, p. 41.

<sup>16</sup> RODRIGUES, Graça Almeida – *Breve história da censura...* cit., p.16 e PAIVA, José Pedro – Bispos, imprensa, livro e censura... cit., p.715.

Jerónimo de Azambuja, inquisidor de Lisboa, ordenara que todos os livreiros da cidade elaborassem uma lista com todos os livros que estivessem na sua posse, com o intuito de retirarem de venda os interditos. As visitas posteriores às livrarias não deixaram vestígios, mas sabe-se que anos mais tarde, em 1571, o cardeal D. Henrique fez menção a uma visita feita às livrarias de Lisboa<sup>17</sup>. De acordo com o Índice Tridentino de 1564, os inquisidores deviam realizar frequentemente visitas às livrarias<sup>18</sup>. Para os livreiros que fossem apanhados a vender livros proibidos, eram aplicadas penas, tais como a suspensão da sua profissão por tempo limitado, prisão em certos casos e a instauração de processos<sup>19</sup>.

As livrarias não foram os únicos estabelecimentos alvo de fiscalização por parte do Santo Ofício. Por meio de uma carta de 29 de abril de 1575, D. Henrique determinara uma visita anual às tipografias, tendo por base a justificação de que estariam a circular livros impressos sem a devida autorização, “com o recurso à contrafação de marcas de tipógrafos e à indicação de falsos locais de edição”<sup>20</sup>.

Em 1606, foi realizada uma visita geral às livrarias de Lisboa, Coimbra e Évora. Aos livreiros destes locais foi exigido que redigissem uma lista com os livros possuídos em armazém. Os inspetores que realizavam estas visitas eram supervisionados pelos inquisidores locais, que escolhiam qualificadores do tribunal e outros membros letrados pertencentes a ordens religiosas, nomeadamente jesuítas, franciscanos, dominicanos e agostinhos. Estes inspetores, recrutados pelos diferentes tribunais, não eram renumerados. As funções de superioridade que exerciam e o próprio prestígio que tinham por se sentarem com os restantes membros do Tribunal nos cadafalsos erigidos para os rituais dos autos-da-fé nas principais praças das cidades sede de tribunal distrital, eram condição suficiente. Não foram só as livrarias públicas que estiveram na mira do Conselho Geral. Por meio do edital da fé de 1571, D. Henrique anulava as licenças até então passadas que autorizavam a posse de livros proibidos<sup>21</sup>.

A vigilância às livrarias e às tipografias foi alargada aos navios. As visitas às embarcações que chegavam aos portos marítimos, como forma de controlo da circulação do livro surgiram em Portugal por volta de 1550. Em outubro de 1551, o Conselho da Inquisição

---

<sup>17</sup> BETHENCOURT, Francisco - *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália... cit.*, p.177.

<sup>18</sup> <sup>18</sup> BUJANDA, J.M – *Index de L’Inquisition Portugaise: 1547, 1551, 1561, 1564, 1581*. Éditions de l’Université de Sherbrooke : Centre d’Études de la Renaissance, 1995, p. 48.

<sup>19</sup> GOUVEIA, António Camões - *Censura*, in *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000, pp. 121-124.

<sup>20</sup> BETHENCOURT, Francisco - *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália... cit.*, p. 177.

<sup>21</sup> Ver MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição... cit.*, pp. 94-95.

determinou que sem a licença de Jerónimo da Azambuja, os livreiros estavam proibidos de desalfandegar livros chegados por via marítima. Em 1561, D. Henrique publicou um regimento referente às visitas a efetuar aos navios provenientes do estrangeiro, sobretudo dos países onde predominavam heresias. O visitador, juntamente com o solicitador e o notário, estava encarregue de questionar o capitão e os oficiais do navio sobre o possível transporte de livros proibidos. De seguida, deviam recensear os clérigos presentes, ordenando-lhes que se apresentassem ao tribunal. Não obstante, devia ainda ser elaborada uma lista com o nome de todos os estrangeiros residentes na cidade, bem como o nome de todas as pessoas que os alojavam. Estes hospedeiros estavam cientes da obrigatoriedade de denunciar à Inquisição a posse de livros pelos seus hóspedes<sup>22</sup>.

A inspeção aos navios levou à definição de um corpo de comissários nos portos, cuja atividade foi mais regular na década de 80 do século XVI. Como afirma Bethencourt, nestes anos, o inquisidor geral exigira aos bispos das dioceses com portos marítimos a nomeação de comissários responsáveis pelas visitas aos navios, ao mesmo tempo que o rei apelara aos juízes da alfândega para auxiliarem essa fiscalização. Apesar da criação desta rede de comissários nos portos do reino, a verdade é que ainda prevaleciam problemas estruturais. Uma carta de 1 de agosto de 1583, da autoria do arcebispo de Braga, D. João Afonso de Meneses, reporta a insuficiência de religiosos qualificados ou de confiança para efetuar as tarefas relacionadas com a inspeção dos navios. Também na carta D. Frei Marcos de Lisboa, bispo do Porto, de 14 de agosto de 1583, estão contidas queixas de desobediência às ordens da Inquisição sobre as visitas dos livros por parte dos oficiais das alfândegas. Apesar das inspeções realizadas a milhares de navios, as referências aos livros apreendidos são bastante escassas, o que suscita dúvidas quanto à real eficácia das visitas aos navios<sup>23</sup>.

Para além das bibliotecas, tipografias e navios, os mecanismo de controlo abrangeram ainda a Universidade, uma vez que era das principais instituições de cultura do país, além de que nela que se formavam os ministros do Tribunal. Em 1572, por ordem do Conselho Geral, os inquisidores de Coimbra e Évora estavam autorizados a conceder licenças para se imprimirem as conclusões nas escolas destas duas cidades, englobando as Universidades. Já no final do século XVI, a defesa pública das conclusões estava dependente da censura dos qualificadores do Santo Ofício<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> BETHENCOURT, Francisco – *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália... cit.*, pp. 178-180.

<sup>23</sup> *Idem*, p. 178.

<sup>24</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição... cit.*, pp. 95-96.



Além das medidas acima elencadas, que mostram como o Tribunal da Fé estava bem ciente dos mecanismos de circulação e produção do livro, para esclarecer qualquer dúvida relativa aos livros que poderiam circular, foi reconhecida a necessidade de tornar pública a lista dos livros defesos<sup>25</sup>. Deste modo, em 1547, foi elaborado o primeiro rol de livros proibidos, designado *Prohibicam dos livros defesos*, a mando de D. Henrique. De acordo com Bujanda, a lista de livros condenados neste índice é precedida por uma disposição do inquisidor-geral que proíbe todos os fiéis de possuir e ler os livros mencionados, bem como a determinação de que os proprietários das obras defesas estavam obrigados a entregá-las ao Santo Ofício<sup>26</sup>. A criação deste índice visava, sobretudo, impedir a “infiltração de propaganda do protestantismo” em Portugal, ao mesmo tempo que proibia a circulação de partes da Bíblia em vulgar. Mas, sem dúvida, que conferia grandes poderes aos inquisidores, uma vez que as obras não podiam circular no reino sem primeiro serem examinadas e aprovadas pelo Santo Ofício<sup>27</sup>.

Este primeiro índice não gerou os efeitos pretendidos, nem chegou a ser publicado. A população portuguesa continuava, portanto, a mais facilmente poder ler e a ter contato com livros proibidos, tanto mais que muitos deles apareceram posteriormente ao índice de 1547. O sistema de elencar livros proibidos e regras para acesso ao livro foi-se sucessivamente atualizando. A 4 de julho de 1551, o inquisidor-geral ordenou a impressão pública e obrigatória de um novo rol dos livros defesos, no qual reforça o conteúdo do índice de 1547<sup>28</sup>.

O desejo de transformar a censura num mecanismo eficiente e poderoso não dependia exclusivamente das decisões deliberadas em Portugal. As questões referentes aos limites, às competências e às entidades responsáveis pelo exercício da censura literária eram igualmente discutidas em Roma. José Pedro Paiva, tendo por base, sobretudo, os trabalhos de Gigliola Fragnito, nomeadamente *Proibito capire: La chiesa e il volgare nella prima età moderna*, afirma que este foi um processo demorado e pode ser repartido em três etapas. A primeira culminou com a publicação do *Index auctorum et librorum prohibitorum*, o primeiro índice romano, em 1558, por ordem de Paulo IV (1555-1559), representante em Roma da corrente oposta ao humanismo erasmiano. As suas disposições colocaram a Inquisição num lugar privilegiado, no sentido em que ficou determinado que todos aqueles que possuíssem livros

---

<sup>25</sup> RODRIGUES, Graça Almeida – *Breve história da censura... cit.*, p. 17.

<sup>26</sup> BUJANDA, J.M – *Index de L'Inquisition... cit.*, p. 52.

<sup>27</sup> PAIVA, José Pedro - Bispos, imprensa, livro... *cit.*, pp. 716-718.

<sup>28</sup> RODRIGUES, Graça Almeida- *Breve história da censura... cit.*, pp. 19-20.

suspeitos deveriam denunciá-los única e exclusivamente à Inquisição e entregá-los aos seus agentes, em detrimento dos bispos que, temporariamente, ficaram excluídos desta tarefa<sup>29</sup>.

A segunda etapa ocorreu durante o pontificado de Pio IV (1559-1565). Neste ciclo assistiu-se à publicação de um novo índice, o denominado índice tridentino, publicado em 1564, no qual se verifica um alargamento das competências dos bispos a nível de matéria censória. Ficou, deste modo, acordado que bispos e inquisidores deviam partilhar a censura, “especificando-se duas categorias de livros que passavam a ter apenas censura dos bispos: os “obscenos e lascivos” e os de magia, astrologia e geomancia”<sup>30</sup>. Para além disso, o mesmo papa autorizou que a concessão de licenças para que se pudesse ler a Bíblia em vulgar fossem atribuídas por inquisidores e bispos. Em Portugal, por ordem de D. Sebastião, o índice tridentino foi impresso em Lisboa e aplicado em todo o território, reforçando a conjugação entre a censura romana e a portuguesa.

Apesar das tentativas de conciliar o poder episcopal com o inquisitorial, as medidas de Pio IV e as resoluções do índice tridentino não prevaleceram durante muito tempo, isto porque os seus sucessores, Gregório XIII (1572-1585) e Sixto V (1585-1590), entre 1566 e 1590, empenharam-se em concentrar as competências associadas à censura do livro nas mãos dos inquisidores. Com a ascensão ao sólio pontifício de Clemente VII (1592-1605), este panorama voltou a sofrer algumas alterações. Em 1596, a Congregação do Santo Ofício Romano bloqueou o novo *Index* que se estava a preparar, e o papa viu-se obrigado não só a ceder algumas pretensões da poderosa Congregação, nomeadamente o impedimento dos bispos de atribuírem licenças para que se pudesse ler a Bíblia em vulgar, como também a dar aos inquisidores, em conjunto com os bispos, aptidões para garantir o controlo dos livros de astrologia judiciária. Em conformidade, os prelados passariam a deter apenas o controlo dos livros lascivos<sup>31</sup>.

Desde a criação do Tribunal do Santo Ofício até ao final do século XVI, a Inquisição assumiu-se como uma verdadeira máquina de repressão, possuindo amplos poderes de controlo da produção tipográfica. A título de exemplo, o terceiro índice português de 1561, assinado por Frei Francisco Foreiro, um dominicano português, não fez uma única menção à ação dos bispos. Este índice reproduz as resoluções do Índice de Paulo IV, e contém as mesmas proibições dos índices anteriores promulgados pela Inquisição portuguesa de 1551<sup>32</sup>. Como demonstra

---

<sup>29</sup> PAIVA, José Pedro – *Bispos, imprensa, livro... cit.*, p. 720-721.

<sup>30</sup> PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé...cit.*, p. 98.

<sup>31</sup> PAIVA, José Pedro – *Bispo, imprensa, livro...cit.*, pp. 720-722.

<sup>32</sup> BUJANDA, J.M. – *Índice de L'Inquisition... cit.*, p. 55.

Bujanda, as disposições deste Índice tinham como foco principal impedir a disseminação dos ideais heréticos e suspeitos.

Três anos mais tarde, em 1564, foi publicado o quinto índice quinhentista, impresso em Lisboa, na tipografia de Francisco Correia e preparado pelo dominicano Manuel da Veiga, o que denota a influência que a Ordem dos Pregadores assumiu no âmbito dos encargos censórios que competiam ao Santo Ofício. A sua criação deve-se à intenção do Infante D. Henrique de reproduzir em Portugal o índice tridentino, publicado no mesmo ano, com a tradução para português das suas regras. Este índice, compaginando-se com decisões tomadas pelo papado, voltou a dar atenção às funções do episcopado. Os bispos, juntamente com os inquisidores, tinham permissão não só para conceder autorizações para a leitura da Bíblia em linguagem, como também só eles podiam autorizar a impressão de livros de arte mágica e de feitiçarias, bem como de livros lascivos e desonestos<sup>33</sup>.

O sexto índice português foi publicado no ano de 1581. A sua publicação teve em conta o contexto político do país. Após a morte do rei D. Sebastião (1578) e pouco depois do seu tio-avó e rei D. Henrique, antigo inquisidor-geral, Portugal passou a estar integrado na compósita monarquia hispânica.. A Inquisição portuguesa e a castelhana atuaram separadamente, mas tiveram os seus momentos de colaboração em certas áreas. Neste sentido, a publicação do índice de 1581, quando a Inquisição era comandada por D. Jorge de Almeida, dois anos antes da publicação do Índice espanhol de 1583-1584, pode ser interpretada como uma manifestação da defesa da autonomia da Inquisição portuguesa<sup>34</sup>.

Em termos de atribuição de delegação de funções e nomeação de quem praticava a censura, porém este índice não acrescentou nada de novo. A grande novidade diz respeito à proibição de livros “em que ha desonestidade ou amores profanos, porque alem do tempo que na lição delles se perde, fazem muito dano e prejuízo as consciencias e movem a muitos vícios”<sup>35</sup>. Em 1581, D. Jorge de Almeida, ordenou que se publicasse em Lisboa o sétimo *Rol dos livros proibidos*, que incluía uma tradução mais exata do que foi estabelecido em 1564. Por fim, o último índice romano quinhentista surgiu em 1597, impresso na oficina de Pedro Craesbeck, sob aprovação do papa Clemente VIII, no ano anterior, e precedido de uma ordem de D. António de Matos de Noronha, inquisidor-geral<sup>36</sup>.

---

<sup>33</sup> PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé...cit.*, p. 98.

<sup>34</sup> BUJANDA, J.M. – *Índex de L’Inquisition... cit.*, pp. 58-59.

<sup>35</sup> PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé...cit.*, p. 98.

<sup>36</sup> PAIVA, José Pedro – *Bispos, imprensa, livro... cit.*, p. 723.

Desde 1547 até 1597, foram publicados, em Portugal, nove índices de livros defesos, sendo que três deles correspondiam a deliberações romanas aplicáveis em Portugal, o que fez com que, segundo alguns autores, opinião que é discutível, este último se tornasse no “país católico mais estritamente protegido contra a heresia e a imoralidade literária”<sup>37</sup>.

Um novo índice português só surgiu em 1624. Preparado por Baltasar Álvares, a mando do inquisidor-geral, D. Fernão Martins Mascarenhas, este índice foi o único publicado no século XVII, e vigoraria até 1768. Tendo por base a regra do Índice de 1581, o novo Índice de 1624 apresentava uma lista de autores proibidos e expurgados<sup>38</sup>. Entre eles avultavam os nomes de Francisco Foreiro e Jerónimo de Azambuja, que serviram a Inquisição no século XVI, e que agora viam as suas obras expurgadas. As proibições abrangeram também o teatro. António Ribeiro Chiado, Afonso Álvares, Fr. António de Lisboa, Baltasar Dias e Francisco Vaz de Guimarães foram alguns dos autores que surgiram pela primeira vez no Índice<sup>39</sup>. De igual modo, textos em castelhano, obras de polémica antijudaica em português e obras da autoria de judeus ou cristãos-novos foram proibidos. A elaboração deste Índice dependeu também do recurso a autores consagrados de Cânones e Teologia, como eram os casos de Diego de Simancas, Francisco Peña e Prospero Farinacci, e de obras que suportavam o funcionamento e os modos de proceder do Tribunal do Santo Ofício, de entre as quais se destacam a reimpressão, em 1620, do livro de Rodrigo da Cunha, intitulado *Advertencias ao jubileu do anno de mil e seiscentos e vinte*<sup>40</sup>.

Todas estas diligências ilustram a partilha de competências entre o poder inquisitorial e o poder episcopal, no que diz respeito à censura literária, partilha essa que é especificada nas Constituições diocesanas. As Constituições de Viseu (1617), da Guarda (1621), Portalegre (1632) e de Lisboa (1640), têm em comum as prerrogativas das Constituições de Miranda, de 1565, nas quais ficou determinado a pena de excomunhão para quem possuísse ou lê-se livros proibidos<sup>41</sup>.

A divisão de responsabilidades entre a Inquisição e ordinário começa a demonstrar, em 1560, sinais de decadência, uma vez que a Inquisição principiou a vigiar as obras da autoria dos bispos. Ou seja, com vista a garantir a supremacia inquisitorial neste domínio, os qualificadores

<sup>37</sup> RODRIGUES, Graça Almeida – *Breve História da censura... cit.*, p. 22.

<sup>38</sup> MARTINS, Maria Teresa Payan – *O Índice inquisitorial de 1624 à luz de novos documentos. Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*. Centro de História da Cultura. Volume 28, 2011, pp. 67-68.

<sup>39</sup> RODRIGUES, Graça Almeida – *Breve história da censura... cit.*, p. 23.

<sup>40</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição... cit.*, pp. 150-151.

<sup>41</sup> PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé...cit.*, pp. 100-103.

do Santo Ofício controlavam agora as obras que regulamentavam o funcionamento e a jurisdição da diocese. Os sinais desta hegemonia estão presentes nas Constituições de Lisboa (1565), nas quais é visível a marca de aprovação do Santo Ofício. No entanto, verificam-se alguns casos de obras que foram publicadas sem as respetivas licenças, como por exemplo *a Axiomata Christiana ex diuinis scripturis*, em 1550, da autoria de frei Gaspar do Casal, impressa sem licenças, e a primeira edição do *Catecismo*, de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, em 1564, que foi publicada sem a aprovação do Santo Ofício. As edições seguintes desta mesma obra, todavia, já foram impressas com a licença da Inquisição<sup>42</sup>. Segundo Paiva, “A Inquisição vigiava o governo episcopal e, o que é mais, abonava e certificava que nesse mesmo governo nada havia “contra a fé e bons costumes”<sup>43</sup>.

Mas qual foi a reação dos bispos ao verem o seu poder a ser controlado pela Inquisição? De um modo geral, os prelados aceitaram a hegemonia da Inquisição. Contudo, houve exceções. Apesar da licença da Inquisição ser necessária e requerida para a impressão de livros, certos prelados publicaram obras sem o consentimento do Tribunal, como foi o caso do arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro que, em 1595, mandou imprimir um texto sem a licença da Inquisição. O mesmo aconteceu com D. João Mendes de Távora, bispo de Coimbra, em 1640, que também imprimiu uma obra sem a permissão da Inquisição. Estes casos singulares não representam a generalidade da situação, visto que não se registaram outros indícios de contestação episcopal perante a predominância da censura inquisitorial. Aliás, muitos bispos chegaram mesmo a colaborar com a Inquisição<sup>44</sup>.

Em 1570, o inquisidor-geral concentrou a concessão de licenças de impressão de livros nas mãos do Conselho Geral do Santo Ofício, tendo por base as regras que chegavam de Roma. Sob o pontificado de Gregório XIII, as providências tridentinas, que conferiam aos bispos grande poder de decisão no domínio da censura literária, foram-se desvanecendo cada vez mais à medida que os inquisidores passaram a exercer estas funções. A partir desta década, são raros os livros impressos somente com a licença do ordinário. Pelo contrário, são escassos os livros que não contêm a licença da Inquisição. A esmagadora maioria dos livros não foram publicados sem a devida licença inquisitorial, o que reforçava a autoridade do Tribunal do Santo Ofício<sup>45</sup>.

---

<sup>42</sup> *Idem*, pp. 101-102.

<sup>43</sup> PAIVA, José Pedro – *Bispo, imprensa, livro...cit.*, p. 728.

<sup>44</sup> *Idem.*, pp. 730-732.

<sup>45</sup> *Idem*, pp. 730-733.

Em Portugal, nas últimas décadas do século XVI, “instalou-se um ambiente de relativa hegemonia da atividade censora inquisitorial, de fiscalização cumulativa de bispos e inquisidores na censura prévia e na vigilância da circulação do livro proibido, mas também de cooperação e envolvimento de bispos na política de atuação inquisitorial”<sup>46</sup>. Os vestígios desta cooperação manifestaram-se profundamente na década de 80 do século XVI. Por esta altura, era desejo da Inquisição vigiar os portos marítimos, com o intuito de controlar a entrada de livros inspirados nos ideais da Reforma, livros de cristãos-novos descendentes de ancestrais judeus, ou outras obras com temas heréticos provenientes do estrangeiro. Fê-lo com o auxílio da autoridade episcopal e com a disponibilidade de certos prelados, como foram os casos de D. João Afonso de Meneses, arcebispo de Braga, e de D. frei Marcos de Lisboa, prelado do Porto, que procuraram colaborar com o Tribunal para que este seguisse medidas de atuação mais eficientes, nomeadamente a nomeação de pessoas qualificadas para efetuar corretamente a inspeção dos navios<sup>47</sup>.

A colaboração destes dois poderes refletiu-se ainda na elaboração dos índices de livros defesos. Em 2 de setembro de 1586, o cardeal Alberto, inquisidor-geral, escreveu uma carta ao bispo de Coimbra D. Afonso Castelo Branco, na qual solicitou a sua ajuda para reformular o catálogo de livros proibidos. Dez anos mais tarde, em 1596, também D. António Matos de Noronha, então à cabeça do Santo Ofício, contactou D. Fernão Martins Mascarenhas, bispo do Algarve, para colaborarem juntos na construção do novo rol de livros proibidos. O entrelaçamento destas duas jurisdições está bem presente nos inícios do século XVII, e tornou-se num traço normal. Em 1603, nas Ordenações Filipinas, a respeito da obrigatoriedade do exame prévio e da publicação de livros, não se fez menção específica do ordinário, uma vez que, por volta desta altura, os Inquisidores-Gerais também eram bispos ou arcebispos<sup>48</sup>.

A adoção deste articulado sistema censório teve fortes impactos no mundo religioso e cultural do reino, no entanto, não foi totalmente eficiente. A título de exemplo, por meio da queixa do reitor do Colégio jesuítico do Funchal, sabemos que, ainda em 1685, circulavam bíblias em castelhano e noutras línguas, o que fora proibido logo no primeiro monitório d fé inquisitorial em 1536-1537. Com o intuito de combater o pensamento heterodoxo, foram concedidas, a certas pessoas e instituições de confiança, licenças para a leitura de livros vetados.

---

<sup>46</sup> PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé...cit.*, p. 108.

<sup>47</sup> *Idem*, pp. 108-110.

<sup>48</sup> MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *A censura literária em Portugal...cit.*, pp.22-23. Ver também PAIVA, José Pedro – *Bispos, imprensa, livro...cit.*, pp. 735-737.

Inicialmente, estas licenças começaram a ser atribuídas por bispos e inquisidores, e mais tarde pelo papa. Em 1575, D. Henrique concedera privilégio à Universidade de Évora para que se publicassem as conclusões aprovadas pelo reitor, sem a revisão prévia dos qualificadores do Santo Ofício<sup>49</sup>.

A censura literária não se concentrou apenas nas mãos da Igreja. O poder político, atuando em conjunto com o poder espiritual, manteve um papel ativo na publicação de livros, por meio da concessão de privilégios reais. Como já foi referido, o primeiro privilégio foi concedido no ano de 1537, mas só em 1576 é que as competências do Desembargo do Paço, neste domínio, foram devidamente estabelecidas. D. Sebastião, através do alvará de 1576, determinou que todas as obras que pretendessem obter licença de publicação estavam sujeitas ao exame prévio e aprovação por parte do Desembargo<sup>50</sup>.

Segunda consta nas *Ordenações Filipinas*, estas determinações entraram em vigor em 1603. No entanto, não foram adequadamente respeitadas, uma vez que se verifica, até 1628, a impressão de certos livros com estampa de licenças apenas do ordinário e da Inquisição<sup>51</sup>. Tome-se como exemplo o caso dos livros que foram publicados em Coimbra. Entre 1603 e 1628, conseguimos determinar com precisão a atribuição de licenças a 38 livros. Deste 38 livros, apenas 13 contêm a licença do Desembargo do Paço.

Tal como a Inquisição, os censores do Desembargo analisavam as obras e davam os seus próprios pareceres. Como realça Maria Teresa Payan, as opiniões relativas à atividade e importância do Desembargo do Paço, enquanto aparelho de repressão literária, divergem. A autora apresenta a perspetiva de Cabral Moncada, que defende a concentração do controlo efetivo da censura literária nas mãos da Inquisição e, neste sentido, o Desembargo do Paço só intervinha por uma questão de respeito às regras do reino. Ao analisar os estudos de Laureano Carreira, Maria Teresa Payan deparou-se com uma visão diferente, uma visão que coloca a censura do Desembargo num patamar superior às censuras do ordinário e da Inquisição, interpretação que é bastante questionável<sup>52</sup>. Após uma análise profunda sobre o tema, partilho a visão de Cabral Moncada e de outros autores, que advogam em favor da supremacia do ordinário e da Inquisição. Como se procurou demonstrar neste capítulo, estas duas instâncias, comparativamente à censura protagonizada pelo Desembargo do Paço, desempenharam um

---

<sup>49</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição... cit.*, p. 97.

<sup>50</sup> MARTINS, Maria Teresa Payan – *A censura literária... cit.*, p. 44.

<sup>51</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 46.

papel mais relevante. A vigilância do livro efetuou-se tanto pelos bispos como pelos os inquisidores. Porém, a criação de instrumentos eficazes de repressão literária juntamente com as decisões de Roma, não só dotaram a Inquisição de grande poder de decisão, como também a colocaram num patamar superior face ao ordinário, visto que os inquisidores passaram a vigiar os textos dos bispos. Tendo em conta todos estes aspetos, alegar que o Desembargo do Paço foi a instituição dominante em matéria censória é uma visão pouco credível e não muito fundamentada.

O Desembargo do Paço, enquanto instituição de censura literária, de acordo com alguns autores, só viria a manifestar sinais visíveis de força no século XVIII, momentos antes da criação da Real Mesa Censória, acompanhando a nova política regalista levada a cabo pelo célebre ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, que em 1770 receberia o título de Marquês de Pombal, pelo qual é usualmente conhecido<sup>53</sup>.

Em jeito de conclusão, no Portugal de Quinhentos e de Seiscentos, a vigilância do livro efetuou-se, maioritariamente, pelo Santo Ofício e pelos bispos das dioceses onde o livro era impresso. Face a estas duas instituições, o Desembargo do Paço ocupou um papel secundário, tanto mais que bastantes dos livros foram publicados com as licenças do ordinário e da Inquisição. Por meio da análise feita neste capítulo, é visível a predominância do Santo Ofício em questões de censura literária.

Contudo, as fragilidades deste sistema também foram evidentes, sobretudo no século XVI. Sabe-se que, na década de 50, circulavam livros sem qualquer licença, e até à década de 60 apenas com a da Inquisição ou do ordinário.

---

<sup>53</sup>*Idem*, p. 53



## Capítulo 2 – A imprensa em Coimbra nos séculos XVI e XVII

Uma vez ilustrado o panorama geral da aplicação da censura literária em Portugal nos séculos XVI e XVII, o corrente capítulo centra-se na cidade de Coimbra. De modo a proporcionar um melhor entendimento dos assuntos tratados, encontra-se repartido em três tópicos. Em primeiro lugar, será apresentado o contexto da introdução da imprensa em Coimbra, enfatizando o papel muito relevante da Universidade nas dinâmicas da edição impressa. A segunda parte debruça-se sobre aspetos práticos. O foco principal é o livro impresso e as questões que lhe estão associadas. Neste sentido, pretende-se traçar a evolução do ritmo de publicação de livros impressos, bem como explicitar quem foram os seus autores e editores. O último segmento deste capítulo debruçar-se-á sobre as temáticas das obras publicadas.

### 2.1. O papel da Universidade de Coimbra e dos bispos na impressão de livros

O surgimento da imprensa de caracteres móveis, por Johannes Gutenberg, em meados do século XV, foi responsável por uma revolução cultural que se manifestou em vários países da Europa. Embora a nova forma de difusão de conhecimento não tenha erradicado o papel do manuscrito, a invenção da imprensa não só alterou a comunicação por escrito, como também proporcionou o acesso mais alargado à cultura. Segundo Fernando Taveira da Fonseca, que neste plano segue a obra *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal*, de José Vitorino de Pina Martins, Portugal aderiu a esta inovação desde a década de 1470-1480, embora as primeiras obras impressas datem de finais do século XV e inícios do século XVI<sup>54</sup>.

Jorge Borges de Macedo, ao debruçar-se sobre o estudo da produção tipográfica em Portugal de Quinhentos, afirma que, durante o primeiro quartel do século, o principal polo de atividade tipográfica era Lisboa, juntamente com três outras localidades cujo volume de obras impressas era muito pouco significativo: Braga, Almeirim e Setúbal. No segundo quartel do século XVI (1526-1550), este panorama alterou-se com a introdução da imprensa em Coimbra, em 1530<sup>55</sup>.

A introdução tardia da imprensa na cidade do Mondego, numa altura em que já se instalara noutras cidades europeias e noutras localidades do país, “parece fazer parte do processo que

<sup>54</sup> FONSECA, Fernando Taveira da– *Imprensa da Universidade... cit.* p.8.

<sup>55</sup> MACEDO, Jorge Borges de – *Livros impressos em Portugal no século XVI: interesses e formas de mentalidade*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, p. 195

conduziu à transferência da Universidade e à fundação do Colégio das Artes”<sup>56</sup>. Este processo terá sido iniciado através da proposta de reforma do Mosteiro de Santa Cruz, levada a cabo por Frei Brás de Braga, cujas premissas assentavam na educação literária e moral, e num programa de renovação cultural aberto ao estudo das humanidades. Fernando Taveira da Fonseca, em conformidade com outros autores, realça a importância do Mosteiro de Santa Cruz enquanto instituição cultural e financeira que impulsionou a instalação da Universidade em Coimbra<sup>57</sup>.

O ambiente espiritual, cultural e artístico que predominava no Mosteiro levou a que os cónegos regantes procurassem reunir condições e capacidades técnicas propícias à fundação de uma imprensa nas suas instalações. Neste sentido, em 1530, D. Dionísio de Moraes, eleito prior crasteiro, a mando de Frei Brás de Braga, convidou o impressor de origem francesa Germão Galharde para dirigir a imprensa de Santa Cruz<sup>58</sup>. O desenvolvimento de uma imprensa própria, levou a que os crúzios se dedicassem à aprendizagem da arte de impressão. Após a chegada de Germão Galharde a Coimbra, as primeiras obras não tardaram a ser publicadas. Logo em agosto de 1530, foi impresso o pequeno livro intitulado *Repertorio pera se acharem as materias no livro Spelho de Conciencia* e, em abril de 1531, foi publicado o *Breviarium secundum usum insignis monasterii sancte crucis colimbriensis*<sup>59</sup>. O impressor francês retornaria a Lisboa em 1532. Graças aos seus ensinamentos, nesse mesmo ano, os cónegos regantes de Santa Cruz começaram a imprimir obras em regime totalmente autónomo.

Não foram apenas os crúzios que reconheceram as vantagens da utilização da imprensa. D. João III tinha grande respeito e admiração pelo Mosteiro de Santa Cruz, onde se hospedou quando visitou Coimbra no ano de 1550. Assim, com vista a enriquecer as capacidades da nova tecnologia ali instalada, o rei procurou dotar a imprensa de caracteres mais modernos, sobretudo de caracteres aldinos e itálicos, recorrentes em Veneza desde os primórdios do século XVI. Para este exercício, o monarca confiou exclusivamente na ação dos cónegos de Santa Cruz, sem a intervenção de nenhum secular<sup>60</sup>.

A imprensa de Santa Cruz continuaria ativa até 1577. A partir de então, de acordo com Fernando Taveira da Fonseca, a quem seguimos de perto nesta sinopse, as suas ligações com a Universidade entraram em declínio, devido a tensões relacionadas com uma parcela de bens

---

<sup>56</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – *Imprensa da Universidade... cit.*, p.9

<sup>57</sup> *Idem*, pp. 9-10

<sup>58</sup> VITERBO, Sousa – *O movimento tipográfico no século XVI: apontamentos para a sua história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1924, pp. 115-116.

<sup>59</sup> FONSECA, Fernando Taveira da - *A imprensa da Universidade... cit.*, p. 12.

<sup>60</sup> *Idem*, pp. 12-13.

que eram do priorado-mor, segundo consta na bula *Cum atente*, de Paulo III, datada de 8 de junho de 1545.

Apesar deste período conturbado, manteve-se a relação institucional com a Universidade, uma vez que o prior de Santa Cruz era a entidade responsável pela concessão dos graus superiores de licenciado e de doutor no Estudo Geral. Porém, este vínculo não foi suficientemente forte para promover a cooperação entre estas duas instituições<sup>61</sup>.

No ano de 1546, a tipografia coimbrã conheceu novos progressos. No dia 2 de novembro, Frei Diogo de Murça, então reitor da Universidade de Coimbra, que para esta cidade fora transferida em 1537, conjuntamente com os deputados, conselheiros e síndico passaram uma procuração a João Álvares para que este fosse a Lisboa arrecadar toda a tecnologia de impressão que D. João III doava à Universidade. Esta procuração foi a primeira referência documental a material tipográfico destinado a ficar ao serviço da Universidade. João Álvares formou parceria com João de Barreira, em 1542, em Coimbra. Entre 1542 e 21 de março de 1548, os dois impressores celebraram contrato com a Universidade, o qual se encontra detalhado numa provisão régia. Por meio da contratação destes dois impressores, a Universidade de Coimbra integrou-se no conjunto de universidades que tinham ao seu dispor instrumentos técnicos capazes de garantir a divulgação e difusão das obras dos seus mestres<sup>62</sup>.

Em Coimbra, a administração da imprensa, passou pela adoção de estratégias que visavam garantir a salvaguarda da independência dos impressores, que estava apenas condicionada pelas cláusulas estipuladas nos contratos. Fernando Taveira da Fonseca, tendo por base o testemunho de Fernão Lopes de Castanheda, partilha a visão de que os impressores eram da Universidade, mas não necessitavam de abandonar as suas oficinas tipográficas independentes. O alvará de 13 de março de 1548, que contém um pedido de renumeração por parte de Fernão Lopes de Castanheda, dá a conhecer algumas informações importantes sobre esta personagem e a sua relação com a Universidade. Antes deste alvará, Castanheda era responsável pela guarda do cartório e da livraria, isto é, da biblioteca da Universidade. Quando o material tipográfico veio para Coimbra, ele ficou encarregue da sua preservação, sendo que devia disponibilizá-lo aos impressores de acordo com as suas necessidades, com a obrigação de que, mais tarde, o devolvessem. As suas funções abrangiam também a manutenção da imprensa. Quer isto dizer

---

<sup>61</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>62</sup> *Idem*, pp. 13-14

que, tendo em conta o elevado valor do material tipográfico, seriam pedidas contas em caso do seu extravio ou deterioração.

Fernão Lopes de Castanheda faleceria em 1559 e, um ano mais tarde, Branca Vieira, sua viúva, casou-se com Gaspar de Seixas, que passou a exercer o cargo de guarda do cartório e da livraria, ao mesmo tempo que ficou responsável pela regulamentação dos materiais de impressão. Para além dos instrumentos que Fernão Lopes de Castanheda recebera, graças à concessão que D. João III fizera à Universidade, foram acrescentados outros, em 1555, provenientes do Colégio das Artes, onde trabalhara o impressor Francisco Correia. Terá sido este conjunto de meios que, por via da escritura de 6 de julho de 1560, foram entregues a João Álvares e a João de Barreira, ficando estes com a obrigação de os restituir sempre que as autoridades académicas o exigissem<sup>63</sup>.

Os contratos estabelecidos entre a Universidade e João Álvares e João de Barreira não contém informações suficientes que consintam perceber qual era o seu conteúdo. O mesmo não acontece com as contratações de alguns dos seus sucessores, como é o caso de António de Barreira e António de Mariz, nas quais estão estipuladas as condições e os termos de contrato.

Em 1587, ocorreu a morte de João Álvares. O seu sucessor foi António de Barreira, filho de João de Barreira, que exerceu funções em conjunto com António de Mariz. Tal como consta na escritura de 10 de janeiro, estes dois novos impressores garantiram a continuidade do processo tipográfico da Universidade, uma vez que ficou determinado que esta instituição de ensino tinha de ter sempre dois impressores que a serviriam “em todas as cousas necessarias a impressão”<sup>64</sup>. Para este efeito, os impressores tinham à sua disposição os mecanismos essenciais para a impressão de “todas as cousas que fossem necessarias aos lentes e mais pessoas da universidade.” Perante o incumprimento das cláusulas do contrato ou a falta de instrumentos de impressão, a Universidade tinha o direito de denunciar o referido contrato. Caso este fosse cumprido, existia uma compensação anual de 6.000 réis, tal como se pagava a João Álvares<sup>65</sup>.

A escritura de António de Barreira dá ainda a conhecer que a compensação monetária não era a única. O privilégio também era de grande importância. Conceder privilégio a um impressor significava garantir a sua proteção e exclusividade, uma vez que “a Universidade e

---

<sup>63</sup> *Idem*, pp. 19-21

<sup>64</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

os senhores da mesa favoreserão em tudo o pusivel e ajudarão a elle Antonio de Barreira no que tocar a dita impressão e defenderão que nenhum outro impressor assy desta cidade como de fora della se possa intitular, nem chame impressor da Universidade porque não usurpe por este modo o proveito que elle dito Antonio de Barreira deve e pode pretender por ser impressor obrigado a Universidade”<sup>66</sup>. Para um impressor, receber o título de tipógrafo da Universidade valia tanto como receber o título de tipógrafo régio, dado o prestígio da Universidade, o facto de ela ser de proteção régia e ainda a capacidade que tinha para se constituir como o garante da produção livreira e da estabilidade económica dos seus impressores<sup>67</sup>.

O contrato de António de Mariz, celebrado no dia 7 de outubro de 1595, segue estes moldes gerais, mas apresenta algumas singularidades. A primeira é referente a uma formalidade atinente à celebração do próprio contrato. Antes da elaboração dos Estatutos da Universidade de 1591, era comum os contratos dos impressores serem celebrados “por ordem e regimento dos reis passados e costume da Universidade”. Os Estatutos de 1591 alteraram esta situação, no sentido em que passaram a incluir, entre os oficiais da Universidade, dois impressores. Por essa razão, no contrato de António de Mariz, explicita-se que ele foi celebrado “por ordem e regimento dos statutos e custume da Universidade<sup>68</sup>.”

Um segundo aspeto diz respeito à atividade tipográfica deste impressor. A declaração feita por António de Mariz ilustra que, antes da assinatura do seu contrato com a Universidade, este exercia, na prática, as funções que pertenciam a João de Barreira, e manifestara, logo que este falecera, a intenção de ocupar o seu lugar “com seu ordenado e privilégio”<sup>69</sup>. Para esse efeito, António de Mariz deveria fazer um contrato tal como António de Barreira fizera, de modo a prestarem auxilio mútuo. Como afirma Fernando Taveira da Fonseca, esta parceria visava prevenir o aparecimento de eventuais dificuldades, que pudessem colocar em causa o funcionamento da impressão na Universidade. Para além disso, esta declaração esclarece que a Universidade, em certos casos, não recorria apenas a impressores privilegiados<sup>70</sup>.

António de Barreira terá falecido em 1596. Por intermédio de uma carta de 9 de novembro de 1598, passada por D. Afonso Furtado de Mendonça, reitor da Universidade de Coimbra e, mais tarde bispo e arcebispo de várias dioceses e ainda vice-rei de Portugal, Diogo Gomes de

---

<sup>66</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> *Idem*, p. 24.

<sup>69</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

Loureiro foi nomeado para substituir Barreira. A confirmação oficial encontra-se na escritura começada a 30 de abril e concluída a 8 de maio de 1602, na qual Diogo Loureiro aparece como sucessor de António de Mariz, seu sogro. Este contrato é a primeira referência em que se estabelece que a Universidade, para além do pagamento do ordenado de 6.000 réis, tinha que pagar a mesma quantia “pera ajuda das casas em que tenha as ditas prensas”.<sup>71</sup>

Como consta na escritura de 6 de fevereiro de 1601, os sucessores de António de Mariz, nomeadamente Diogo Gomes de Loureiro, Maria João, sua mulher, Francisco Gomes de Loureiro, Gracia de Mariz, sua mulher, Pedro de Mariz, Salvador de Mariz e Joana de Mariz, exigiram à Universidade o pagamento de 30.000 réis “que se ficarão devendo ao dito Antonio de Mariz de cinco annos que lhe ficarão por pagar a rezão de seis mil réis por anno & isto de casas que a dita Universidade custuma de dar aos empresarios seus antecessores”.<sup>72</sup> A Mesa da Fazenda, após uma revisão dos termos do contrato de António de Mariz, pagou apenas 20.000 réis<sup>73</sup>.

Alguns anos mais tarde, o contrato que se celebraria com Maria Flores, viúva do impressor Nicolau de Carvalho, e com o seu filho Manuel de Carvalho, a 24 de dezembro de 1633, contém informações sobre as funções de Nicolau de Carvalho. Este foi aceite como impressor privilegiado da Universidade, em 21 de maio de 1611, para substituir António de Barreira, que beneficiara do subsídio de aposentaria desde 13 de outubro de 1612. No entanto, o reformador e reitor D. Francisco de Meneses privara-o desse subsídio até que não provasse o seu direito ao mesmo, algo que só conseguiu encontrar no cartório da Universidade anos mais tarde<sup>74</sup>.

O designado subsídio de aposentadoria é de grande importância e ajuda para identificar a localização da tipografia que servia a Universidade de Coimbra. Sabe-se que João Álvares e João de Barreira passaram a ser os depositários dos prelos. Consequentemente, sendo estes os impressores privilegiados, detinham instalações próprias, ou seja, a imprensa da Universidade. Neste sentido, o subsídio para ajuda das casas em que a instalassem era benéfico, visto que “duplicava o salário que auferiam pela sua função”.<sup>75</sup>

Nicolau de Carvalho faleceria em 1632. Pouco depois, Manuel de Carvalho, juntamente com sua mãe, obteve o privilégio de impressor da Universidade. Uma das cláusulas dos seus

---

<sup>71</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – *A imprensa da Universidade...cit.*, p. 26

<sup>72</sup> *Idem*, p. 27.

<sup>73</sup> *Idem*, pp. 26-27.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>75</sup> *Idem*, pp. 28-29.

contratos confirma a disponibilidade destes terem três prelos e os devidos oficiais para que se concedesse prioridade aos trabalhos de lentes e oficiais da Universidade. Tal condição não impedia a publicação de outros géneros de obras. Para além de ter a seu cargo a impressão dos *Estatutos*, Manuel de Carvalho estava a trabalhar na *Reformação* e no *Regimento do Médicos e Boticários*. O impressor suportava os custos de impressão destas obras, enquanto que a Universidade se comprometia a auxiliar com um empréstimo, de modo a tornar a obra mais perfeita<sup>76</sup>.

Manuel de Carvalho encerrou a sua oficina tipográfica em 1651, e viria a falecer em agosto de 1652, sem ter a possibilidade de cumprir este contrato. Os Estatutos viriam a ser impressos, em 1654, por Tomé de Carvalho. Segundo consta no processo de habilitação a familiar do Santo Ofício, analisado por José Gonçalves, Tomé de Carvalho possuía uma oficina junto ao Arco de Almedina. Acresce ainda que, após o falecimento de Diogo Gomes de Loureiro, Tomé de Carvalho comprou a sua oficina<sup>77</sup>. Este investimento chamou a atenção dos deputados da Universidade, que o consideraram como a pessoa ideal para administrar a tipografia<sup>78</sup>.

Tomé de Carvalho não imprimiu nada em 1652. Nesse mesmo ano, celebrou um contrato com a Universidade para que Maria Coutinha, viúva de Manuel de Carvalho, continuasse com as funções e o privilégio que fora do seu marido. Paralelamente, em 1652, a Universidade de Coimbra contratou um terceiro impressor chamado Manuel Dias. Apontam-se como principais motivos para esta contratação não só o facto de Manuel Dias dispor de bons meios de impressão, mas também a circunstância de os senhores do Conselho da Universidade concordarem que um terceiro impressor iria contribuir para um melhor desempenho da atividade tipográfica<sup>79</sup>.

Este leque de conteúdos sobre os impressores privilegiados demonstra a preocupação e o empenho da Universidade no desenvolvimento de um sistema tipográfico eficiente e capaz de responder às necessidades de impressão de obras dos professores, dos estudantes e de outros papéis relativos ao seu governo. Daí a importância do corretor da imprensa, que tinha como principais funções ver, emendar e garantir a perfeita impressão de todas as obras. Para o exercício deste cargo, D. João III nomeou, em 1554, Fernão de Oliveira, licenciado e clérigo de

---

<sup>76</sup> *Idem*, p. 31.

<sup>77</sup> GONÇALVES, José – *A imprensa em Coimbra no século XVII*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, tese de doutoramento em História Económica e Social, realizada sob orientação científica do Professor Doutor João José Alves Dias.

<sup>78</sup> FONSECA, Fernando Taveira da – *A imprensa da Universidade...cit.*, p.32.

<sup>79</sup> *Idem*, p. 33.

missa. Entretanto, Oliveira foi preso pela Inquisição de Lisboa. José Pedro Paiva e Giuseppe Marcocci, seguindo Henrique Lopes de Mendonça, reforçam que o padre Fernão de Oliveira foi punido por afirmar que “nas terras dos infieys se salvão os que bem vivem na ley da natureza, que o rei de Inglaterra não era herege, os ingleses se poderiam salvar apesar de não se submeterem à Igreja romana, e que não pecava quem queimava os ossos de São Tomás e destruía mosteiros”.<sup>80</sup> O caso desta personagem é deveras interessante, uma vez que mostra que até os censores podiam ser perseguidos pela Inquisição. Como seus substitutos seguiram-se Cristóvão Nunes, em 1555, e Sebastião Stochamer, em 1557. Fernando Taveira da Fonseca, ao analisar os Estatutos da Universidade de 1597, repara no peso e na importância atribuída ao cargo de corretor de imprensa. O corretor era eleito pelo Conselho de Deputados e pelos Conselheiros. Tendo em conta o teor das suas funções, nenhuma obra podia sair dos prelos sem a respetiva revisão e emenda. O corretor tinha ainda jurisdição sobre os impressores, podendo aplicar-lhes as penas que considerasse mais apropriadas<sup>81</sup>.

Durante os séculos XVI e XVII, a Universidade de Coimbra desempenhou um papel muito ativo no processo de publicação de obras impressas na cidade de Coimbra. O apoio financeiro concedido pela própria Universidade demonstra o seu interesse em promover a difusão dos livros da autoria seus professores. O empenho da Universidade em aperfeiçoar e estimular a tipografia em Coimbra é inquestionável. No entanto, é incorreto pensar que esta instituição foi a única que contribuiu para o florescimento da imprensa na cidade. A atuação dos bispos foi, de igual modo, importante. Por meio da leitura dos textos de José Pedro Paiva, verifica-se que os bispos utilizaram a imprensa para múltiplos fins, nomeadamente “para normalizar os ritos e as liturgias nos seus territórios, para melhorar a preparação do clero e doutrinar os fiéis e até para embelezar e enriquecer o património das catedrais.”<sup>82</sup>

Uma análise quantitativa das obras publicadas em Coimbra, desde 1531, data do primeiro livro com local de publicação na cidade universitária, até 1673, que marca o término desta investigação, demonstra que saíram dos prelos 11 títulos da autoria de bispos, a saber, D. frei João Soares, bispo de Coimbra (1545), D. frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga (1559), D. frei Marcos de Lisboa, bispo do Porto (1581), D. frei Amador Arrais, bispo de Portalegre (1581), D. Afonso de Castelo Branco, bispo do Algarve (1581) e de Coimbra (1585), D. frei Aleixo de Meneses, arcebispo de Goa (1595), D. frei João de Portugal, bispo de Viseu

<sup>80</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro Paiva - *História da Inquisição... cit.*, p. 78.

<sup>81</sup> FONSECA, Fernando Taveira da - *A imprensa da Universidade... cit.*, pp. 35-39.

<sup>82</sup> PAIVA, José Pedro - Bispos, imprensa, livro...cit., p. 689.



(1625), D. frei Lourenço Garro, bispo de Cabo Verde (1625), D. Rodrigo da Cunha, bispo do Porto (1627) e D. Francisco de Meneses, bispo do Algarve (1627). À exceção de D. Afonso de Castelo Branco, que se destaca pela publicação de dois títulos, os restantes foram responsáveis pela impressão de apenas uma obra.

O processo de afirmação do poder episcopal, assim como o reconhecimento do seu estatuto beneficiou também de um conjunto de obras dedicadas a bispos e a outros clérigos. Encontram-se algumas referências, mas, nos séculos XVI e XVII, o número de obras dedicadas aos prelados é relativamente reduzido. A título de exemplo, Aires Barbosa dedicou a sua *Antimoria eiusdem nonnulla epigrammata*, impressa em Coimbra, pelo Mosteiro de Santa Cruz, em 1536<sup>83</sup>, ao então cardeal e infante D. Afonso, arcebispo de Évora. Em 1566, Juan de Pedraza, dedicou o prólogo do seu livro a D. Julián de Alba, bispo de Miranda. Verifica-se também um grande volume de obras dirigidas ao infante D. Henrique, arcebispo de Lisboa. Salienta-se, por exemplo, o *Compendio e svmario de confessores...*, da autoria de Rodrigo do Porto, impresso em Coimbra, por António à de Mariz, em 1567<sup>84</sup>. Para o século XVII, a pesquisa realizada por mim permite identificar um maior número de textos dedicados aos prelados. Inseridos neste rol, encontram-se figuras eclesiásticas, como o bispo de Viseu, D. João de Bragança (1599-1609). Logo em 1603, António de Madeira dedicou-lhe uma carta<sup>85</sup>. O cônego da Sé de Viseu Baltasar Estaço também dedicou duas das suas obras ao referido bispo. Leandro de Figueiroa Fajardo, em 1604, redigiu uma obra que contém uma carta dirigida a D. Miguel de Castro, arcebispo de Lisboa<sup>86</sup>.

Alguns anos depois, Luís dos Anjos atribuiu duas obras suas a dois bispos diferentes. Primeiramente, em 1612, dedicou a D. frei Aleixo de Meneses, que agora já era arcebispo de Braga, o livro *De vita, et laudibus Sancti Patri Nostri Aurelli Augustini*, impresso em Coimbra, por Diogo Gomes de Loureiro. Anos mais tarde, em 1618, ofereceu ao sucessor deste arcebispo, D. António Furtado de Mendonça o seu *Sermão em lovvor de nosso padre Sancto Agostinho*, publicado em Coimbra, por Diogo Gomes de Loureiro<sup>87</sup>. Também em 1618, Pedro Talésio

---

<sup>83</sup> BARBOSA, Aires – *Arri Barvosae... Antimoria eiusdem nonnulla epigrammata*. Coimbra: Coenobium Crucis, 1536

<sup>84</sup> PORTO, Rodrigo do – *Compendio e svmario de confessores*. Coimbra: por António à Mariz, 1567. Conhecem-se duas edições posteriores, a de 1569 e 1571

<sup>85</sup> COSTA, Gabriel da – *Postilas de Teologia*. Coimbra, [s.n.], 1603-1605.

<sup>86</sup> FAJARDO, Leandro de Figueiroa - *Arte de computo ecclesiastico segundo a nova reformação de Gregorio XIII com algumas outras coriosidades tocantes ao movimento do sol e luna posto novamente em taboas perpetuas & reduzido todo á mao esquerda*. Coimbra: Universidade de Coimbra, impresso por Manuel d' Araújo, 1604.

<sup>87</sup> ANJOS, Luís dos – *De vita, ed laudibus Sancti Patri Nostri Aurelli Augustini*. Coimbra: Diogo Gomes de Loureiro, 1612 e ANJOS, Luís dos – *Sermão em lovvor do nosso padre Santo Agostinho*. Coimbra: Diogo Gomes de Loureiro, 1618.

dirigiu a D. António Furtado de Mendonça a sua *Arte do canto chão...*, impressa por Diogo Gomes de Loureiro<sup>88</sup>.

Note-se que estes casos singulares não permitem formular um panorama geral da quantidade de obras que, ao longo destes dois séculos, foram dedicadas a eclesiásticos. Uma análise mais abrangente demonstra que, para além dos bispos, outras personalidades foram também alvo de dedicatórias, nomeadamente alguns monarcas, reitores da Universidade de Coimbra, deputados da Inquisição e da Mesa de Consciência, assim como diversos clérigos.

O reconhecimento e a influência de certos bispos manifestou-se ainda por meio da ordenação da publicação de livros sobre matérias relativas ao governo das respetivas dioceses. As constituições sinodais são o exemplo que melhor corrobora esta ideia. Todas as constituições foram ordenadas pelos bispos responsáveis pelo governo da diocese. O rol mereceser referido: As constituições sinodais do bispado de Coimbra, publicadas em 1548, foram ordenadas por D. João Soares, bispo de Coimbra e conde de Arganil<sup>89</sup>; em 1556, foram impressas em Coimbra, por João Álvares, as constituições do bispado de Viseu, a mando de D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Viseu<sup>90</sup>; as constituições sinodais de Lamego foram impressas na cidade de Coimbra, em 1563, por João Álvares, a mando de D. Manuel de Noronha, bispo de Lamego<sup>91</sup>; seguiram-se as constituições sinodais do bispado do Porto, impressas por António de Mariz, em Coimbra, no ano de 1585, ordenadas por D. frei Marcos de Lisboa, bispo do Porto; em 1591, foram impressas novas constituições para o bispado de Coimbra, feitas e ordenadas pelo bispo D. Afonso de Castelo Branco, e impressas por António de Mariz<sup>92</sup>; D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria, mandou imprimir as constituições sinodais do bispado de Leiria, em 1601, impressas por Manuel d' Araújo<sup>93</sup>; as últimas constituições publicadas em Coimbra foram do bispado de Viseu, por ordem de D. João Manuel, em 1617<sup>94</sup>.

Não foram apenas textos referentes ao governo eclesiástico que foram mandados imprimir pelos prelados. Noutro plano, D. Afonso de Castelo Branco, o Bispo Conde como na altura se intitulavam os bispos conimbricenses, ordenou, em 1592, a impressão de um regimento para o

---

<sup>88</sup> TALÉSIO, Pedro - *Arte de canto chao, com huma breve instrucção, pera os sacerdotes, diaconos, subdiaconos, & moços do coro, conforme ao uso romano*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1618.

<sup>89</sup> *Constituições synodaes do bispado de Coimbra*. Coimbra: por João de Barreira e João Álvares, 1548.

<sup>90</sup> *Constituições synodaes do bispado de Viseu*. Coimbra: por João Álvares, 1556.

<sup>91</sup> *Constituições sinodais do bispado de Lamego*. Coimbra: por João Álvares, 1563.

<sup>92</sup> *Constituições sinodais do bispado de Coimbra*. Coimbra: por António de Mariz, 1591.

<sup>93</sup> *Constituições sinodais do bispado de Leiria*. Coimbra: por Manuel d' Araújo, 1601.

<sup>94</sup> *Constituições sinodais do bispado de Viseu*. Coimbra: Por Nicolau Carvalho, 1617.

Tribunal Eclesiástico<sup>95</sup>. Também D. Rodrigo da Cunha, bispo do Porto, concedeu autorização para a publicação das *Advertências ao Jubileu...*, em 1620, texto publicado na cidade de Coimbra<sup>96</sup>.

A escolha do bispo do Porto de publicar obras da sua autoria em Coimbra, prende-se não só com o facto de ter obtido o grau de doutor em Cânones na Universidade de Coimbra, mas também com as limitações da imprensa na cidade de que então era antístite. Segundo Jorge Borges de Macedo, o Porto, enquanto local de impressão, surge referenciado nas obras publicadas a partir do segundo quartel do século XVI. No entanto, até aos inícios do século XVII, a produção tipográfica que se desenvolveu nesta cidade foi de reduzida importância, o que fundamenta a preferência por outros polos de maior difusão cultural<sup>97</sup>.

Esta análise permite ainda constatar que, já na segunda metade do século XVI, certos bispos chegaram a ter impressor próprio. Estes casos são bastante raros, uma vez que a generalidade das obras foram impressas por impressores da Universidade de Coimbra ou do rei. Contudo, em 1567, existe uma referência a António de Maris como impressor do arcebispo de Braga, função que acumulou juntamente com o cargo de impressor da Universidade<sup>98</sup>.

O papel dinamizador que teve a Universidade, Santa Cruz e os colégios das diversas ordens religiosas, juntamente com o prestígio cultural da cidade e a existência de uma elite intelectual que produziu e consumia livros, tornava Coimbra num centro relevante da edição em Portugal, contribuindo para que fosse uma cidade requisitada por muitos bispos e outros eclesiásticos quando queriam imprimir livros.

## 2.2. Os livros: evolução cronológica, autores, impressores e temáticas

O estudo da imprensa conimbricense, nos séculos XVI e XVII, engloba uma multiplicidade de aspetos, que vão para além do reconhecimento dos principais meios e agentes de produção tipográfica. Centrada em aspetos mais concretos e objetivos, a segunda parte deste

---

<sup>95</sup> *Regimento dos officiaes do auditorio ecclesiastico do Bispado de Coimbra feyto e ordenado em synodo pelo sōr Dom Affonso Castelo Branco, Bispo Cōde de Arganil*. Coimbra: por António de Mariz, 1592.

<sup>96</sup> CUNHA, Rodrigo da - *Advertências ao Jubileu do ano de mil seiscentos e vinte*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1620.

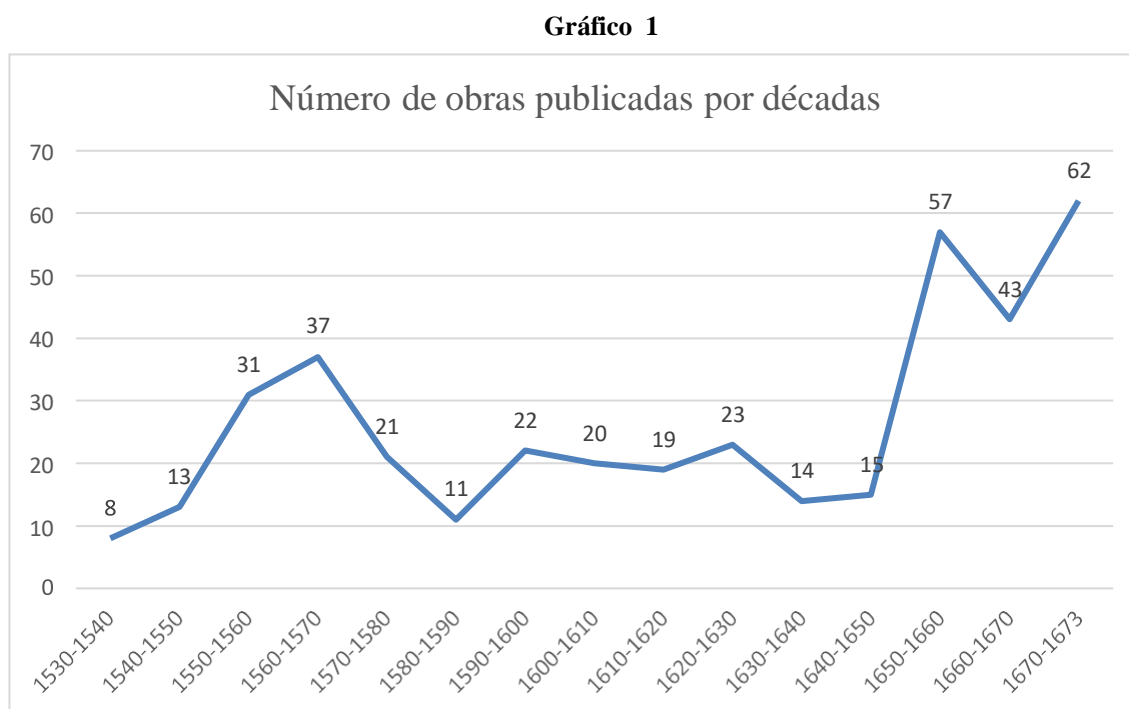
<sup>97</sup> MACEDO, Jorge Borges de – *Livros impressos em Portugal... cit.*, pp. 199-201.

<sup>98</sup> PORTO, Rodrigo do - *Compendio e svmario de confessores, tirado de toda a substancia do manual/ copilado e abreuiado por um religioso frade menor, da ordem de S. Francisco da pronuncia da Piedade: acrecentará se lhe em os lugares conuenientes as cousas mais comuns que se ord.* Coimbra: por António de Maris, impressor do Arcebispo de Braga, 1567.

capítulo aborda o volume e ritmos da edição, os seus autores e editores, e as categorias temáticas.

### 2.2.1 Volume e ritmos da edição

Principie-se por aferir a evolução cronológica do número de títulos impressos entre 1531 e 1673. Os resultados obtidos podem observar-se no gráfico seguinte:



Tendo por base a análise do total de títulos impressos por decénio representada no gráfico nº 1, constata-se que, entre 1531 e 1673, foram impressas em Coimbra 396 obras. Nesta contabilização consideram-se todos os títulos impressos, incluindo as várias edições que uma mesma obra possa ter tido. Significa isto que se imprimiram em Coimbra, no arco cronológico em análise, cerca de 2,78 livros por ano. Todavia, o ritmo da produção tipográfica não foi uniforme.

A tardia introdução da imprensa em Coimbra contribuiu, em parte, para a reduzida atividade tipográfica na primeira metade do século XVI. Entre 1531 e 1550, saíram dos prelos somente 21 obras, uma média anual de cerca de uma por ano, o que contrasta com o panorama editorial da segunda metade do século. Logo na década de 1550-1560, regista-se o primeiro pico de produção, com um total de 31 livros publicados. O aumento do número de impressores

estabelecidos na cidade ajuda a entender este crescimento. Sabe-se que, por esta altura, encontravam-se instalados em Coimbra três impressores ativos: João da Barreira e João Álvares que, durante 1543 e 1589, publicaram algumas obras em conjunto e também individualmente, além de António de Mariz, que exerceu o seu ofício entre 1557 e 1603. Antes de 1550, foram ativos os prelos de Santa Cruz que, no entanto, deixaram de ter atividade em 1548.

O aumento da intensidade de produção prosseguiu no decénio seguinte, 1560-1570, com a edição de 37 obras impressas, o equivalente a cerca de 3,7 livros por ano. Este aumento do número de títulos pode refletir um impacto das determinações do Concílio de Trento (1545-1563), que estimulou a edição de muitas obras que visavam responder às medidas tomadas naquele importante concílio da Igreja, como é o caso de sínodos diocesanos, de alguns catecismos destinados a melhorar os conhecimentos do catolicismo por parte dos fiéis, ou de manuais para instrução de confessores<sup>99</sup>. É ainda relevante o facto de esta quantidade de obras coincidir com o período em que João Álvares e João de Barreira publicaram apenas uma obra juntos, registando-se um grande volume de impressões publicadas por João de Barreira, cerca de 20, em detrimento da atividade de João Álvares, responsável pela impressão de 8 títulos. Porém, este aumento do volume de títulos publicados não foi insólito. De facto, conforme já foi notado por Borges de Macedo, no terceiro quartel do século, Coimbra e Lisboa eram os grandes polos dinamizadores da edição<sup>100</sup>.

O movimento crescente que se manteve até 1570 foi interrompido nos anos seguintes. Entre 1570-1580, o número de publicações diminuiu para os 21 títulos e, entre 1580-1590, para os 11. Seguramente que este cenário também decorreu da instabilidade política que se viveu em Portugal, nos inícios da década de 80, resultado da disputada transição do poder entre a dinastia de Avis e os Habsburgo, que originou aceras disputas no seio da própria Universidade<sup>101</sup>. Por outro lado, durante estas décadas, não se instalaram em Coimbra novos impressores. A produção dependeu, portanto, dos tipógrafos já existentes, sobretudo de João de Barreira e de António de Mariz, que foram responsáveis pela impressão de todas as obras publicadas entre

---

<sup>99</sup> Ver, por exemplo, MÁRTIRES, Beato Bartolomeu dos - *Catechismo ou doutrina christã & praticas spirituaes/ ordenado por Dom Frey Bartholomeu dos martyres*. Coimbra: por António de Mariz, 1566 e PORTO, Rodrigo do - *Compendio e smario de confessores, tirado de toda a substancia do manual/ copilado e abreviado por um religioso frade menor, da ordem de S. Francisco da pronuncia da Piedade: acrecentará se lhe em os lugares conuenientes as cousas mais comuns que se ordenará em o scñõ Cõcilio tridentino*. Coimbra: por António de Mariz, 1567.

<sup>100</sup> MACEDO, Jorge Borges de - *Livros impressos em Portugal... cit.*, p. 199.

<sup>101</sup> Sobre a transição política em 1580, ver, por exemplo, BOUZA, Fernando - *D. Filipe I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005 e VALLADARES, Rafael - *La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad politica en Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008.

1570 e 1590. É de notar que, depois de 1589, data da última obra impressa por João de Barreira, António de Mariz era o único impressor ativo. No entanto, em 1592, surge a primeira obra impressa em Coimbra por António de Barreira. Tendo por base as determinações dos Estatutos da Universidade de 1591, António de Mariz e António de Barreira auxiliaram-se mutuamente, de modo a garantir o bom funcionamento da imprensa. A atividade destes dois impressores, entre 1590 e 1600, resultou na publicação de 22 obras.

Segundo José Gonçalves, na transição do século XVI para o século XVII, a cidade universitária deparou-se com uma conjuntura desfavorável, que contribuiu para a baixa produção tipográfica visível nas três primeiras décadas do século XVII. Em 1599, foi assolada por uma epidemia que afetou gravemente a população. Paralelamente a esta situação, a Universidade manteve-se encerrada durante um período de 11 meses, entre fevereiro de 1599 e janeiro de 1600, o que provocou um decréscimo do número de estudantes<sup>102</sup>. Tendo em conta este período conturbado, assistiu-se a um decréscimo do volume das obras impressas entre 1600 e 1630. Entre 1600 e 1610, foram impressos 20 títulos. No decénio seguinte, o número de obras baixou para as 19, e aumentou para as 23, no decénio 1620-1630, ou seja, sempre uma média a rondar os 2 títulos publicados por ano.

O início do século XVII foi marcado pelo surgimento de novos impressores, nomeadamente Manuel de Araújo e Diogo Gomes de Loureiro. O período de atividade de Manuel de Araújo foi bastante reduzido e pouco significativo. Os primeiros registos de obras impressas por si surgem em 1600 e terminam em 1604. Já a carreira de Diogo Gomes de Loureiro é mais notória, tendo publicado um avantajado número de obras entre 1601 e 1647. Para além de Diogo Gomes de Loureiro, quem também contribuiu para o desenvolvimento da imprensa durante este período foi Nicolau Carvalho, que exerceu as suas atividades entre 1612 e 1632.

Até ao final da primeira metade do século XVII, a produção editorial sofreu novamente um declínio. Entre 1630 e 1650, o volume decenal rondou os 15 títulos, ou seja, uma média anual de cerca de 1,5 livros por ano. Como principais razões para esta quebra, José Gonçalves realça uma nova epidemia, que se fez sentir em Coimbra em 1629-1634, e que atingiu o seu pico em 1632<sup>103</sup>. Não obstante, houve outros fatores a considerar. Por um lado, a grave instabilidade política e económica causada pela *Restauração* de 1640, que pôs fim à união das

---

<sup>102</sup> GONÇALVES, José – *A imprensa em Coimbra... cit.*, pp. 3-4.

<sup>103</sup> *Idem*, p. 4.

coroas e ao Portugal dos Filipes, colocando à cabeça da monarquia portuguesa uma nova dinastia na figura do rei D. João de IV, duque de Bragança<sup>104</sup>. Por outro lado, a intensificação das políticas censórias por parte da Inquisição, de que a publicação de um volumoso e muito restritivo novo Índice de livros proibidos em 1624 é um claro sinal, ou ainda as ofensivas da mesma Inquisição sobre algumas elites de cristãos-novos da cidade com vinculações à Universidade e ao cabido da diocese, as quais também condicionaram as atividades editoriais na cidade<sup>105</sup>. Considere-se, a título de exemplo, o caso do doutor António Homem. Lente de Prima de Cânones da Universidade de Coimbra e cónego doutoral da sé, foi perseguido pela Inquisição por compactuar com práticas judaicas, altamente repreendidas pelo Tribunal da Fé. Em Lisboa, foi-lhe atribuída a pena máxima, após a celebração auto-da-fé no dia 5 de março de 1624<sup>106</sup>.

Terminada esta conjuntura, verifica-se uma rápida recuperação do ritmo editorial. Na década de 1650-1660 já se notou um flagrante aumento de produção, com 58 obras impressas, isto é, uma média anual de cerca de 5,7 títulos por ano. Nos anos seguintes da série em apreço, 1670 a 1673, atingiu-se o pico máximo da produção, com um total de 63 livros. Em boa parte, este crescimento foi o resultado do retorno de alguma estabilidade política, com a consolidação da nova dinastia, mas também e sobretudo de uma fortíssima dinâmica de edição de textos parenéticos. O sermão barroco, muito estimulado por diversos setores do clero, estava a atingir uma fase de enorme fulgor e isso teve impactos na edição de sermões<sup>107</sup>.

Por volta da década de 50, todos os impressores da primeira metade do século já tinham encerrado a sua atividade, com exceção de Manuel Carvalho que ocupou o seu ofício até 1651. A instalação de novos impressores ativos na cidade impulsionou este aumento vigoroso de impressão de livros, que se verificou até 1673. Logo em 1651, instalaram-se em Coimbra dois impressores: Tomé de Carvalho e Manuel Dias, cuja atividade se prolongou até 1672. Entre

---

<sup>104</sup> Sobre a Restauração ver, por exemplo, PAIVA, José Pedro – "Agora que Portugal tem rey que o governe, pay que o console, senhor que o defenda (...) Senhor, levai-me para vós", e D. Rodrigo da Cunha e a *Restauração de 1640*", *Lusitania Sacra*, 2<sup>o</sup> série, XXXVI (2017), 135-157; COSTA, F. Dores – *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004 e VALLADARES, Rafael – *A independência de Portugal. Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.

<sup>105</sup> Ver, por exemplo, MAGALHÃES, Joaquim Romero - *A Universidade e a Inquisição*, in *História da Universidade em Portugal. Coimbra: Universidade de Coimbra*; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, vol. 1, t. 2, p. 971-988 e MARTINS, Maria Teresa Payan – *O Índice inquisitorial de 1624...cit.*, pp. 67-68.

<sup>106</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição... cit.*, pp. 166-167.

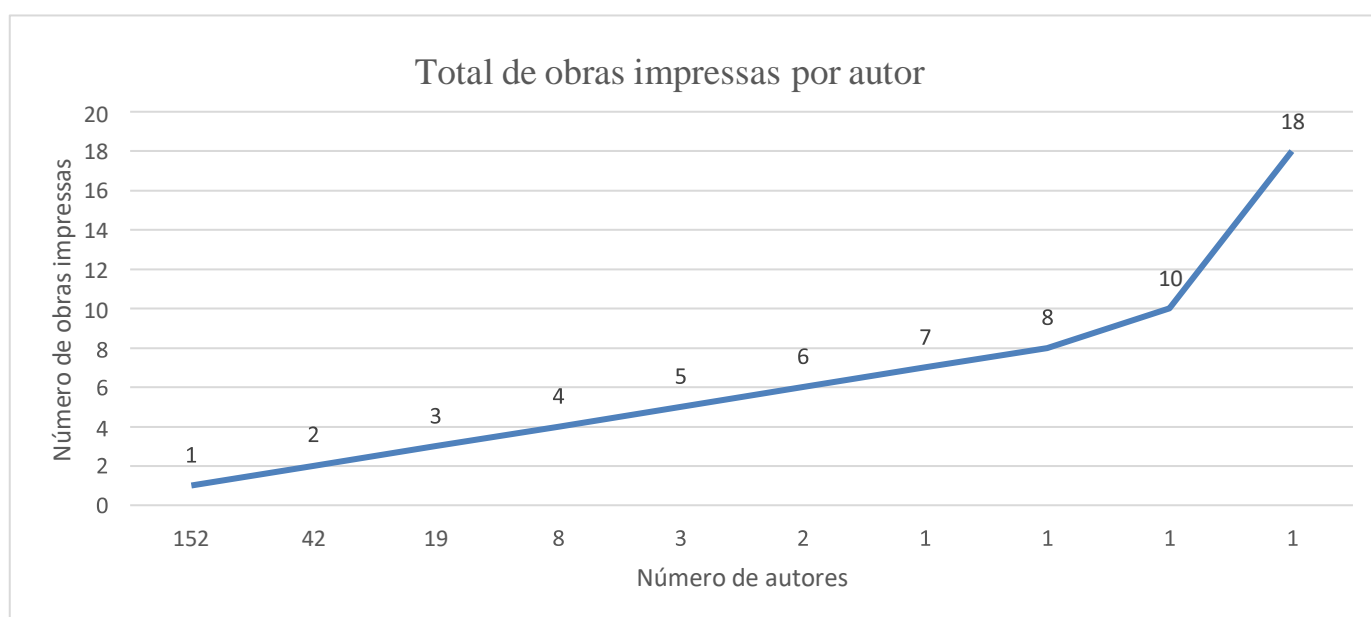
<sup>107</sup> MARQUES, João Francisco - *A parenética portuguesa e a Restauração 1640-68: a revolta e a mentalidade*. Porto: INIC, 1989 e MARQUES, João Francisco – "A palavra e o livro", in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 377-447, sobretudo p. 393-417.

1664 e 1672, encontram-se algumas obras publicadas pela viúva de Manuel de Carvalho. Para além destes, destaca-se José Ferreira (1671) e Rodrigo Carvalho Coutinho, em 1672.

### 2.2.2 Os autores

Os textos impressos foram produzidos com a intervenção de autores muito variados. Uma primeira análise permite conhecer determinados aspetos que merecem ser realçados. Atente-se, para tanto, no gráfico nº2.

Gráfico 2



O gráfico permite visualizar que os livros publicados entre 1531 e 1673 contaram com o contributo de 230 autores diferentes, tanto portugueses como estrangeiros. A maioria dos autores, 152, o que equivale a cerca de 66% do universo total, compôs somente 1 obra. Em termos quantitativos, surge depois um conjunto de 42 autores responsáveis pela redação de 2 obras cada. Seguem-se 19 autores que publicaram 3 obras cada. Ou seja, a esmagadora maioria dos autores editaram entre 1 e 3 livros e foram responsáveis pela publicação de 293 dos 396 que saíram dos prelos de Coimbra entre 1531 e 1673.

Foi escasso o conjunto de autores que tiveram uma atividade mais intensa e publicaram mais de três obras cada, na realidade 19 pessoas. Alguns deles destacam-se pelo muito expressivo conjunto de títulos publicados. O mais produtivo assinou 18 obras e houve outro com 10. Importa, portanto, destacar alguns dos que publicaram mais de cinco títulos e que, por



esta via, muito dinamizaram a atividade editorial em Coimbra. Salientem-se os cônegos regentes de Santa Cruz, autores de 5 obras dedicadas ao governo eclesiástico do Mosteiro de Santa Cruz, impressas entre 1532 e 1558. Ou também Manuel Tavares, natural de Ançã, perto de Coimbra, que entrou para a Ordem do Carmo em 1560, congregação em que chegou a ser prior em 1605. Exerceu ainda funções de qualificador no Santo Ofício e foi professor de Teologia na Universidade de Coimbra. Esta atividade levou-o a compilar os ensinamentos das suas aulas e, entre 1574 e 1597, redigiu 5 obras de Teologia<sup>108</sup>.

Outro famoso professor da Universidade, Martín de Azpilcueta teve notável atividade. Era natural de Barásoain, no reino de Navarra, e foi lente de Prima de Cânones na Universidade de Coimbra entre 1538 e 1553, para onde veio a convite de D. João III. Entre 1545 e 1567, foi responsável pela composição de 6 obras, com local de impressão em Coimbra. Foi um eclesiástico que, entre muitas outras facetas da sua vida, orientou diversos membros da Companhia de Jesus. Produziu, sobretudo, tratados de Direito e de Teologia<sup>109</sup>.

Para além de Martín de Azpilcueta, Francisco Suárez foi o segundo autor estrangeiro com maior número de volumes impressos. Natural de Granada, foi um jesuíta, teólogo e canonista muito versátil, que assumiu a cátedra de Prima de Teologia na Universidade de Coimbra, entre 1597-1616. De 1575 a 1620, foram publicadas em Coimbra 6 obras da sua autoria. Os seus livros de teologia e apologética tiveram um enorme impacto por toda a Europa, especialmente nas universidades<sup>110</sup>.

Além de impressor, João de Barreira aparece referenciado como autor de 7 obras impressas, entre 1549 e 1571<sup>111</sup>.

---

<sup>108</sup> Ver <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/catbnp/2049662>, e RODRIGUES, Manuel Augusto – *Memoria professorum universitatis conimbrigensis 1290-1772*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, p. 54.

<sup>109</sup> Abundam estudos sobre Martín de Azpilcueta. Neste esboço, segui LIRA, Rafaela Franklin da Silva – Um estudo sobre as relações entre Martín de Azpilcueta Navarro e a Companhia de Jesus. *XXVII Simpósio nacional de história*. Natal: RN, 2013. Ver também RODRIGUES, Manuel Augusto – *Memoria professorum... cit.*, pp. 71-72.

<sup>110</sup> Segui, sobretudo, RODRIGUES, Manuel Augusto – *Memoria professorum... cit.*, pp. 52-54.

<sup>111</sup> Por exemplo: BARREIRA, João de - *Copia de vnas cartas embiadas del Brasil por el padre Nobrega dela companhia de Jesus: y otros padres que estan debaxo de su obdiencia: al padre maestre simon preposito de la dicha compañia en Portugal: y los padres y hermanos de Jesus de Coimbra*. Coimbra: João Álvares e João de Barreira, 1551-1552 ou BARREIRA, João de - *Siguiese vn tractado muy prouechoso llamado manual de las cosas essenciales a que son obligados los frayles menores por su regla*. Coimbra: por João de Barreira, 1571.

Jerónimo Peixoto da Silva, mestre em teologia e cónego magistral na Sé do Porto foi autor de 8 obras, entre 1661 e 1672. Publicou somente obras de oratória sacra<sup>112</sup>.

Um dos autores com maior quantidade de obras impressas foi o celeberrimo jesuíta padre António Vieira. Entre 1668 e 1672, publicaram-se 10 sermões seus em Coimbra. Neste caso, também se pode ler esta proliferação de textos de Vieira impressos em Coimbra como uma resposta que ele e a sua congregação davam à Inquisição. É que, em 1667, Vieira tinha sido condenado precisamente pela Mesa da Inquisição conimbricense. A edição de sermões seus na cidade onde o condenaram procurava demonstrar a sua superioridade e o amparo papal e dos superiores da Companhia de Jesus de que beneficiava<sup>113</sup>.

O autor que mais livros publicou em Coimbra foi Jerónimo Ribeiro de Carvalho, que deu à estampa 18 sermões. Natural de Braga, onde nasceu em 1609, em 1623 ingressou nos jesuítas, instituição que abandonaria mais tarde. Em 1653, já exercia as funções de cónego doutoral na Sé do Porto. Anos mais tarde, em 1664, o seu nome aparece referenciado como cónego doutoral da Sé de Braga e, em 1672, como chantre na Sé de Coimbra. Também exerceu funções docentes na Universidade de Coimbra, entre 1650 e 1657<sup>114</sup>.

Avulta desta análise o peso que os lentes da Universidade de Coimbra tiveram nas dinâmicas editoriais na cidade.

A avaliação dos autores de obras impressas em Coimbra levantou outras questões que vão além do número de títulos impressos por cada um deles. Observem-se agora os gráficos nº 3 e nº4 que explicitam, respetivamente, a naturalidade dos autores e o número de obras que publicaram.

---

<sup>112</sup> Ver, por exemplo, SILVA, Jerónimo Peixoto da - *Sermam da degolaçam de S. Joam Baptista que pregou no mosteyro das religiosas de Sam Bento*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1661.

<sup>113</sup> Sobre o processo inquisitorial contra Vieira, ver MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição... cit.*, pp.194-198.

<sup>114</sup> Ver CARVALHO, Jerónimo Ribeiro - *Sermão nas honras do serenissimo principe de Portugal Dom Theodosio que fez o reverendo cabido da Santa Sé do Porto em 28 de junho de 1653*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1653 e CARVALHO, Jerónimo Ribeiro - *Sermam do mandato/ que na sancta casa da misericordia da cidade de Coimbra pregou o doutor hieronymo Ribeyro de Carvalho, conego doutoral na santa see primaz de Braga*. Coimbra: por José Ferreira, 1672. Ver também RODRIGUES, Manuel Augusto – *Memoria professorum... cit.*, p.13

Gráfico 3

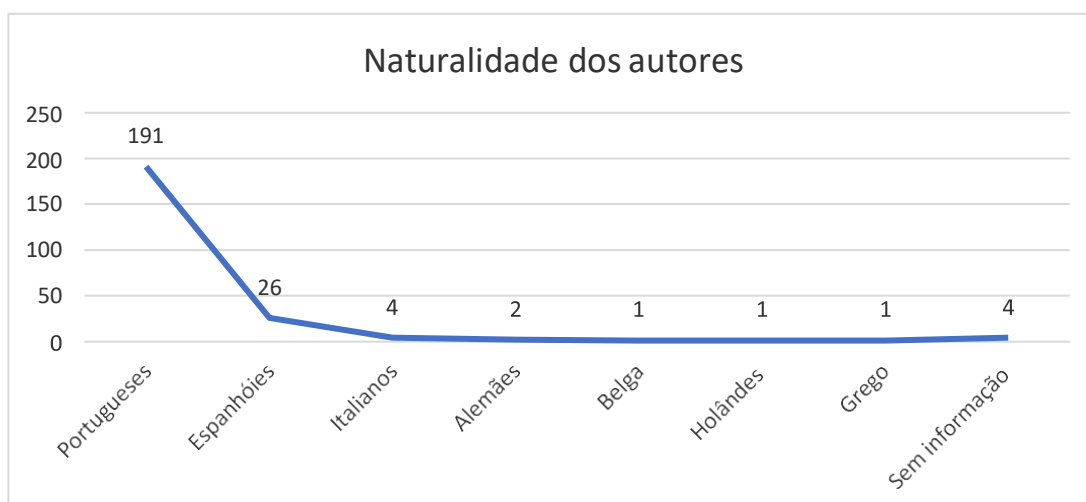
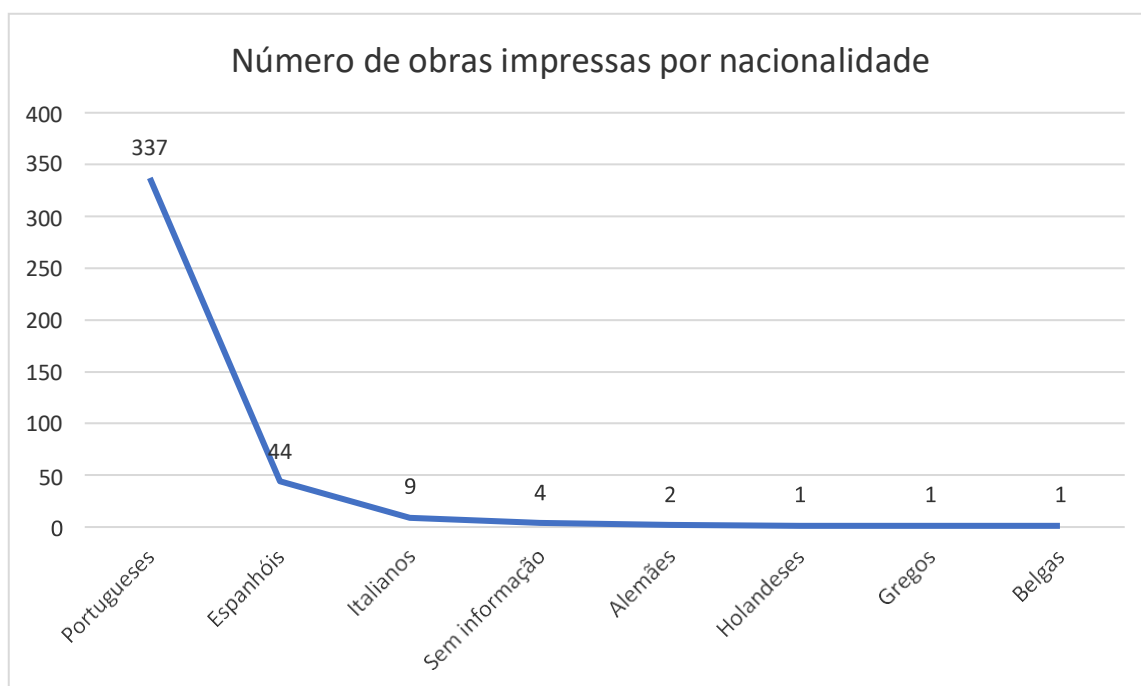


Gráfico 4



A produção tipográfica conimbricense beneficiou do contributo de autores portugueses e estrangeiros. Constate-se, desde já, a forte predominância de portugueses, cerca de 191, por contraponto ao conjunto de autores estrangeiros, composto por um total de 39. Quase todos os estrangeiros eram oriundos da Europa Católica, a saber, 26 espanhóis, 4 provenientes da Península Itálica, 1 grego, denominado Codrus Rufus, e o belga, Jean Desputère. Do mundo não católico apenas três, 1 holandês, Henricus Harphius, e 2 alemães, Gabriel Grisley e Johann Tauler.

Os 191 autores portugueses redigiram um total de 337 títulos e os 39 estrangeiros produziram 58. Os espanhóis foram responsáveis pela elaboração de 44 obras, constituindo assim o grupo de autores de nacionalidade estrangeira com maior volume de livros impressos. Seguem-se 9 obras pertencentes a 4 autores italianos, enquanto que os holandeses e alemães não ultrapassaram a composição de 1 obra cada um. O conhecido receio de tudo o que vinha de fora do mundo católico era suspeito e perigoso, temor que se acentuou cada vez mais a partir dos meados do século XVI, fica aqui bem patente.

### 2.2.3 Os impressores

O papel desempenhado pelos impressores é de extrema importância. Como já foi demonstrado, a sua intervenção no universo tipográfico foi muito significativa.

Esta análise apresentará os resultados do maior número de obras publicadas por editor para o menor. Os resultados obtidos estão sistematizados no gráfico nº5.

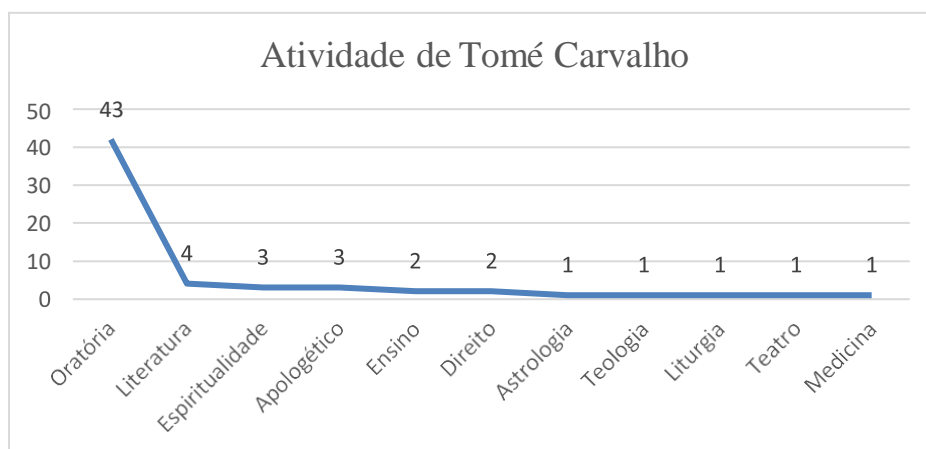
Gráfico 5



Como se pode apreciar, para além de 39 títulos publicados sem explicitação do editor, identificaram-se 18 editores, incluído alguns coletivos, como Santa Cruz de Coimbra ou a Igreja Católica, entre 1531 e 1673. De um modo geral, verificam-se oscilações respeitantes ao número de obras produzidas por cada impressor.

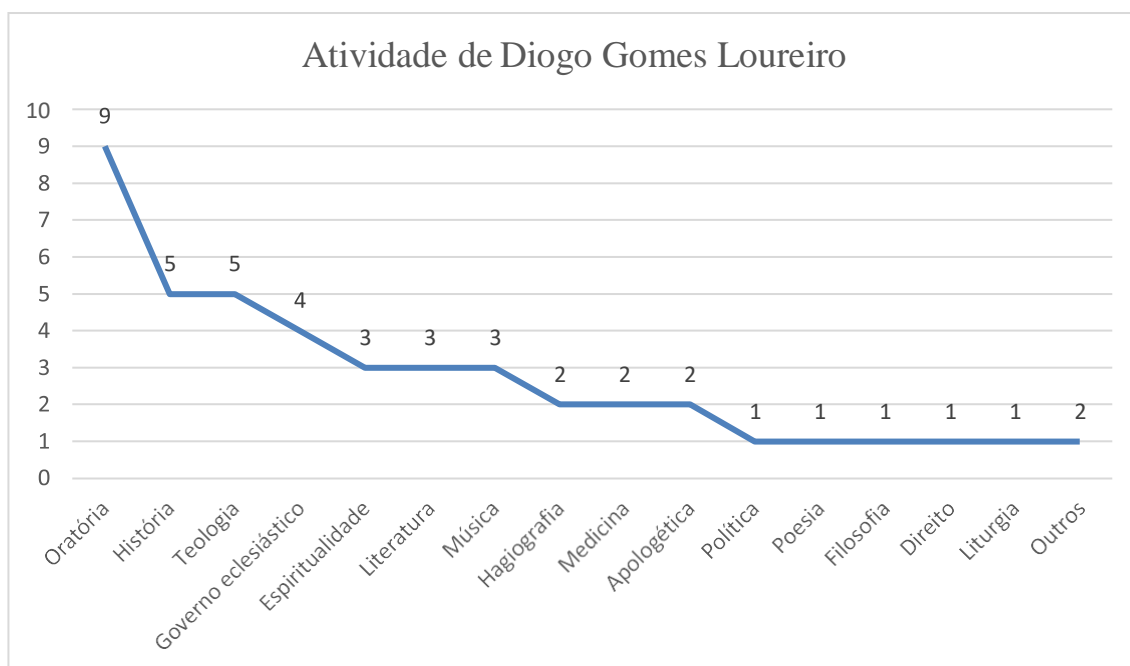
É notória a atividade tipográfica de Tomé Carvalho, que se distingue dos demais impressores, pelas 61 obras publicadas. Este impressor, que estabeleceu a sua oficina na segunda metade do século XVII, dedicou-se à produção de textos que englobam as mais variadas temáticas. O maior lote de obras impressas situa-se no âmbito da oratória, com 43 sermões impressos. Seguem-se 4 edições de literatura; 3 de espiritualidade e de apologética, e 2 de ensino. Com representação de 1 obra cada, encontram-se as categorias de direito, astrologia, teologia, liturgia, teatro e medicina.

Gráfico 6



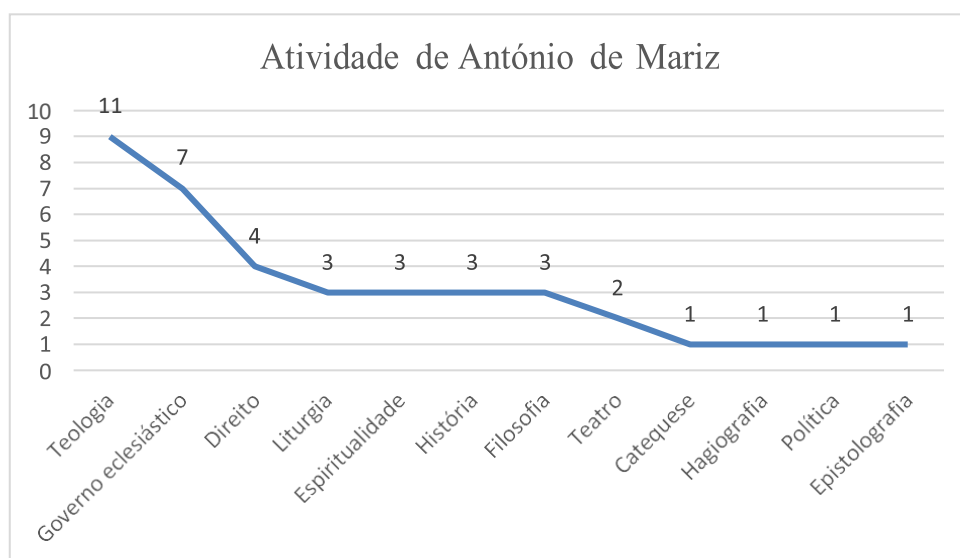
Em segundo lugar, com maior volume de obras impressas, encontra-se Diogo Gomes de Loureiro, responsável por 45 textos, entre 1601 e 1647. À semelhança de Tomé Carvalho, durante o seu período de atividade, Diogo Loureiro abriu as suas portas à edição de livros sobre várias áreas de conhecimento, com destaque para os 9 títulos de oratória, 5 obras de teor histórico e 5 de teologia, seguidas de 4 referentes ao governo eclesiástico. Os livros dedicados à espiritualidade, à literatura e à música registam valores mais baixos, com 3 volumes cada. Assinalam-se 2 hagiografias, 2 obras de medicina e 2 de apologética, além das áreas de política, poesia, filosofia, direito e liturgia, cuja impressão se cifrou em 1 volume. Registam-se ainda 2 obras, que não se enquadram nas categorias anteriores.

Gráfico 7



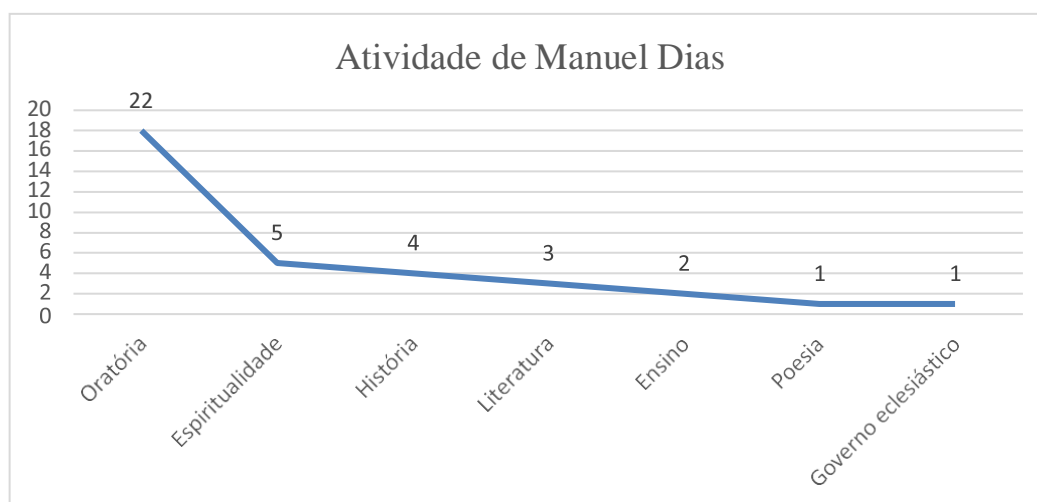
O terceiro impressor com maior destaque foi António de Mariz, cuja atividade se iniciou em 1557 e terminou em 1603. Com cerca de 40 impressões, dedicou-se, maioritariamente, à impressão de obras de teologia, cerca de 11 volumes, e obras referentes ao governo eclesiástico, com 7 publicações. Publicou também 4 obras de direito; 3 de liturgia, 3 de espiritualidade, 3 de história e 3 de filosofia. De reduzida impressão, foram as 2 obras de teatro, e as obras relacionadas com a catequese, hagiografia, política e epistolografia, compostas por 1 publicação cada.

Gráfico 8



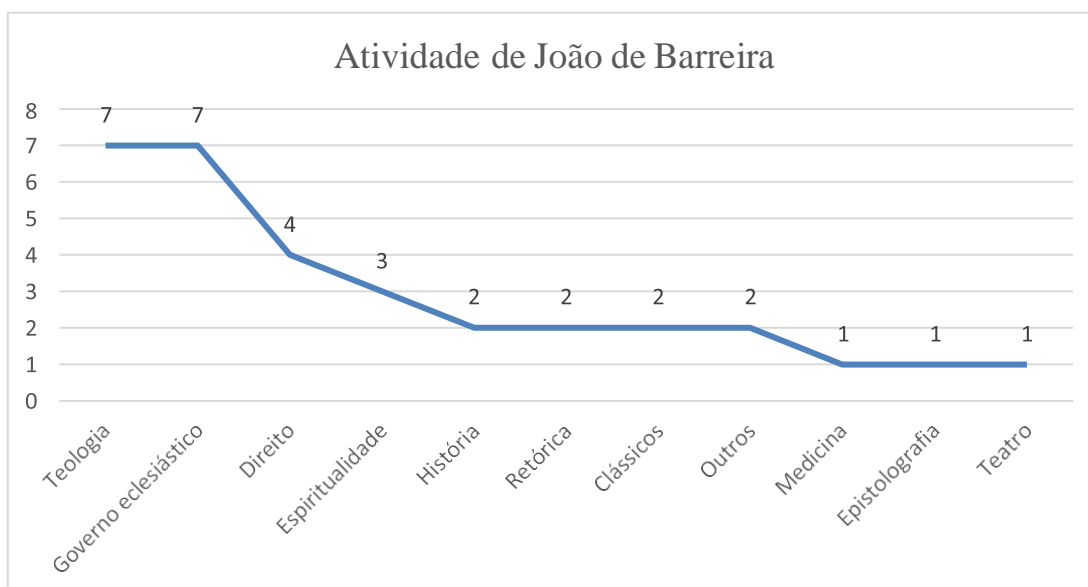
Juntamente com Tomé Carvalho, Manuel Dias foi o impressor que mais títulos imprimiu na segunda metade do século XVII, com atividade que se iniciou no ano de 1651 e se prolongou até 1672. Para além das 22 obras de oratória, encarregou-se da publicação de 5 obras de espiritualidade, 4 de história, 3 de literatura, 2 de ensino, 2 de teologia e 1 de poesia e de governo eclesiástico, além de 1 pertencente à categoria outros.

Gráfico 9



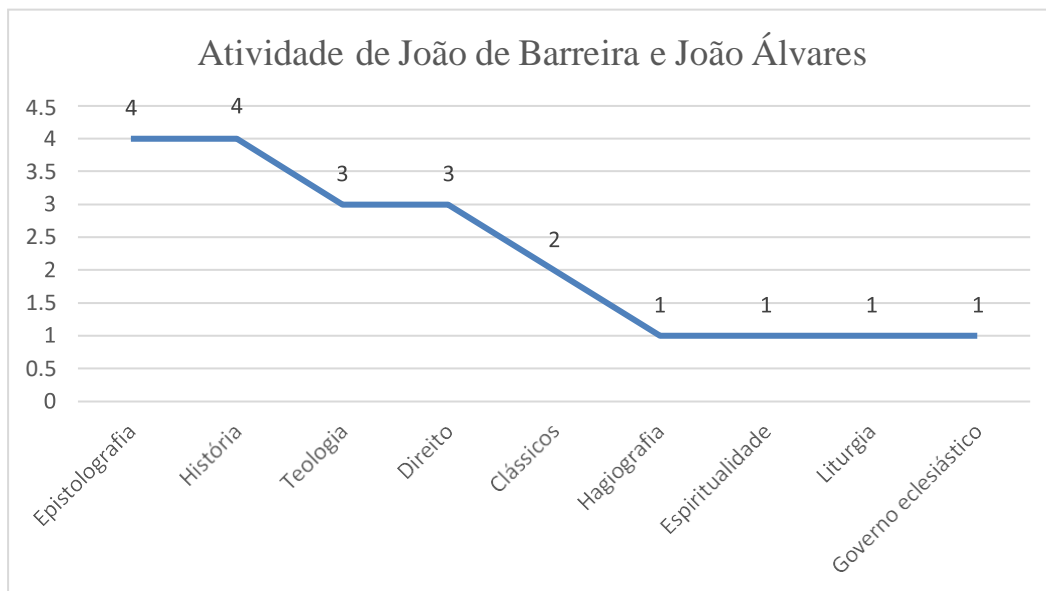
Já no que respeita ao século XVI, e tendo em consideração o número de obras impressas, João de Barreira foi o editor mais prolífico, responsável pela publicação de 32 títulos. Editou livros principalmente no campo teologia e de governo eclesiástico, num total de 7 obras cada.

Gráfico 10



Importa também destacar o número de obras provenientes da parceria entre João de Barreira e João Álvares. No decorrer desta parceria, foram impressas 20 obras, a maior parte textos de epistolografia e a obras de carácter histórico, com 4 títulos cada.

Gráfico 11



A atividade dos restantes impressores foi pouco representativa. Concentrando-se apenas numa categoria, Paulo de Craesbeck imprimiu 4 obras de oratória. António de Barreira publicou 2 obras de direito e 1 de ensino, e Manuel d’Araújo cingiu-se a 2 de espiritualidade e 1 de filosofia. Abaixo destes, Francisco Correia, Germão Galharde e Lourenço Craesbeck foram os impressores menos ativos, sendo que a oficina Craesbekiana foi a que menos imprimiu, assinalando-se apenas a impressão de 1 obra.

### 2.2.2 As temáticas

“Os livros impressos em Portugal, no século XVI, no seu conjunto, na densidade dos dados comuns, podem ser utilizados no sentido de se encontrarem tónicas gerais, ou mesmo, em certos casos, vias particularmente da expressão divergente; podem levar, pela consideração das suas finalidades, a que se alcancem alguns dos quadros, prévios e informativos, do

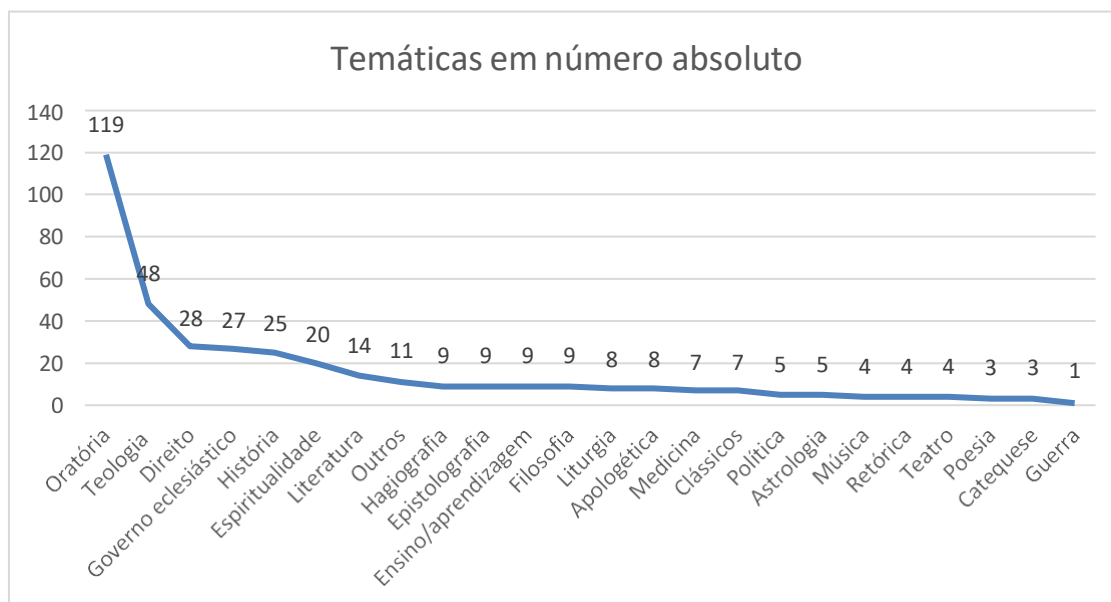


pensamento da época, completados ou delimitados no seu alcance, por sucessivas sondagens.<sup>115</sup>”

A relevância da imprensa, enquanto mecanismo de inovação e difusão cultural, reflete-se na quantidade de obras impressas. A imprensa procurou responder aos interesses e necessidades de uma sociedade que, com o passar dos anos, foi aumentando o consumo de livros. A partir dos livros editados em Coimbra quais foram os assuntos que suscitaram maior interesse tanto da parte de autores como de leitores?

Os gráficos seguintes apresentam a distribuição das obras impressas pelas áreas temáticas principais que versam, de acordo com uma classificação concebida neste estudo e para este efeito. Todos os livros foram apenas classificados num tema e essa avaliação foi feita, em geral, apenas a partir do título da obra. Assim, identificaram-se as seguintes temáticas: oratória; teologia; governo eclesiástico; direito; história; espiritualidade; liturgia; hagiografias; epistolografias; ensino/aprendizagem; apologética; medicina; música; clássicos; política; astrologia; retórica; teatro; poesia; catequese; guerra e outros.

Gráfico 12

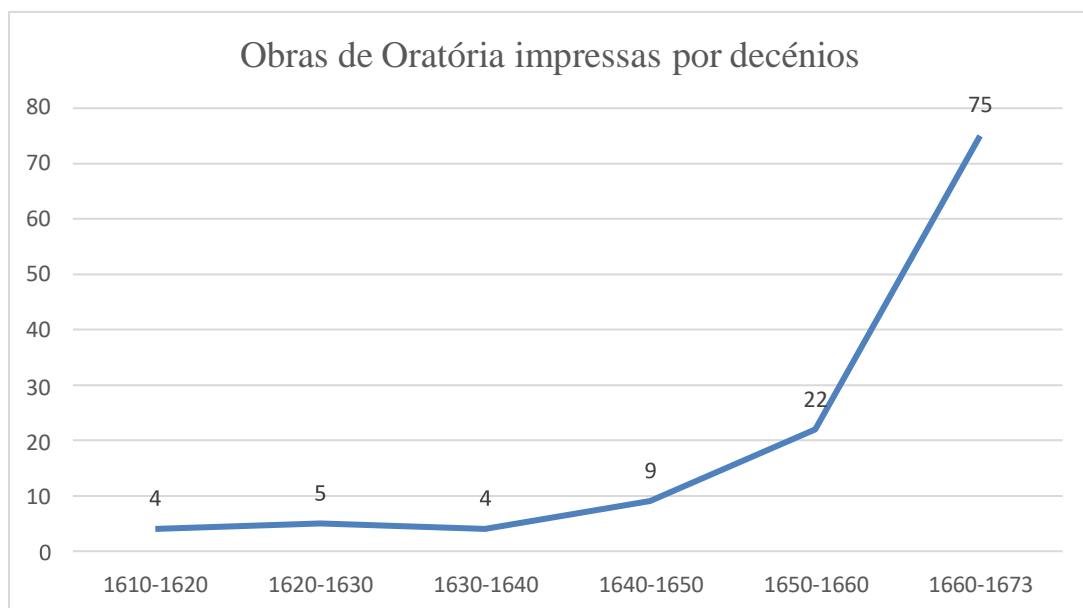


Uma primeira leitura do gráfico nº 12 permite facilmente constatar que a temática mais privilegiada foi a oratória, com 121 títulos, o que representa 31% do total de obras impressas. A publicação de sermões foi muito relevante ao longo de todo o século XVII, com especial

<sup>115</sup> MACEDO, Jorge Borges de – *Os livros impressos...cit.*, p. 187.

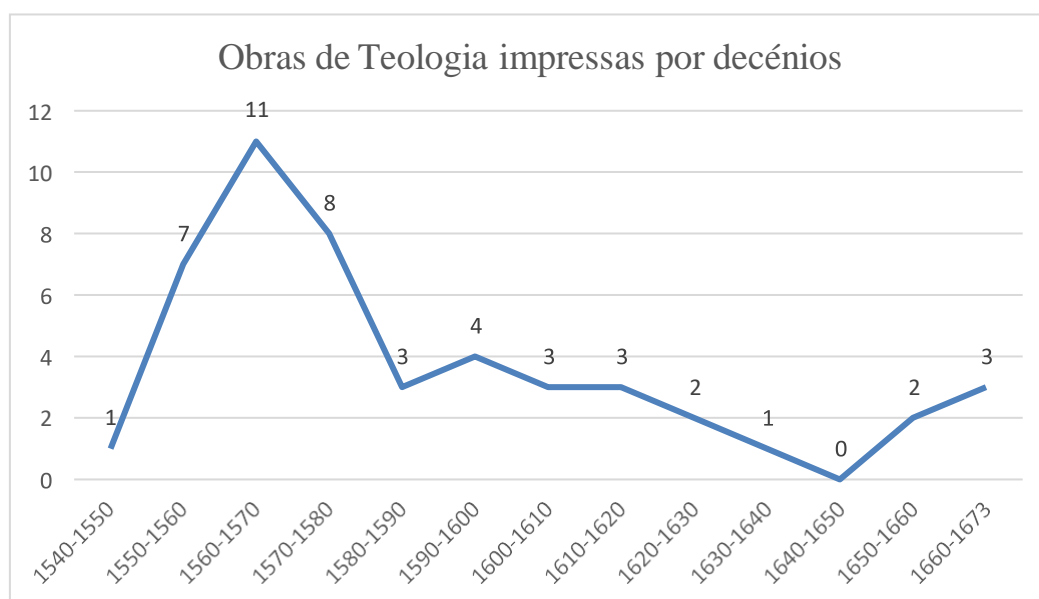
incidência para os anos entre 1660 e 1673, como se constata através do gráfico nº12. O elevado número de sermões impressos está diretamente ligado com o seu conteúdo. Durante o século XVII, para além de ser um momento de intensa sociabilidade, o sermão assumiu-se como um dos principais meios de comunicação da doutrina e dos valores da Igreja. e durante esses atos repletos de teatralidade os pregadores expunham os preceitos e comportamentos que os fiéis deveriam seguir.

Gráfico 13



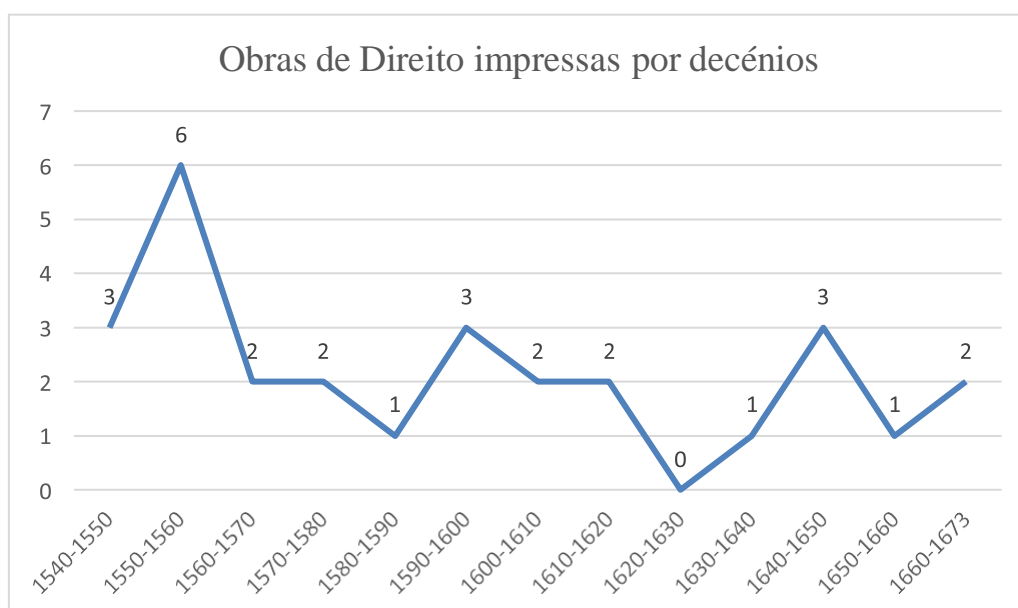
A segunda área com maior número de títulos publicados foi a teologia, com um total de 48 textos impressos, ou seja, 12% do total. Foi no século XVI que se publicaram mais livros desta temática, com destaque para o decénio de 1560-1570, que representa o pico de produção, com 11 impressões. A isto não será alheia a realização do Concílio de Trento e a reafirmação dos dogmas católicos ali estabelecida, o que estimulou a produção de tratados de teologia, também para combater as propostas oriundas do mundo protestante.

Gráfico 14



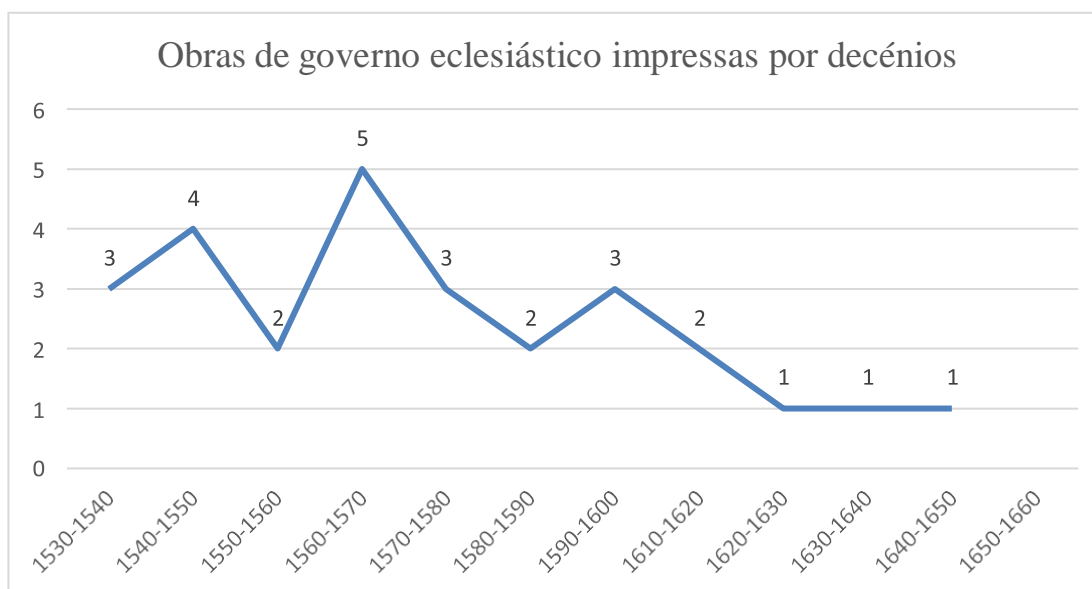
Representando 7% da produção tipográfica, encontram-se os livros de Direito. Entre 1545 e 1666, foram impressas 28 obras de Direito Canónico ou Civil. Aqui, destacam-se, essencialmente, os contributos de dois célebres autores, ambos professores na Universidade de Coimbra, Aires Pinhel e Martín de Azpilcueta. Os assuntos que compõem estas obras são variados, salientando-se, por exemplo os bens patrimoniais dos clérigos, as instituições, leis e regulamentos reais, a segurança e as leis do reino. No que toca à evolução cronológica, os valores médios variam entre a 1 e as 3 obras impressas, com exceção da década de 1550-1560, na qual se regista a impressão de 6 obras.

Gráfico 15



Em quarto lugar, com 27 títulos impressos, correspondendo a 7% do universo total, está um conjunto variado de livros que se enquadram sob o tópico governo eclesiástico. Aqui integraram-se as constituições sinodais dos bispados, regras monásticas ou bulas papais, mais uma vez um tipo de obras que a reforma tridentina impulsionou.

Gráfico 16

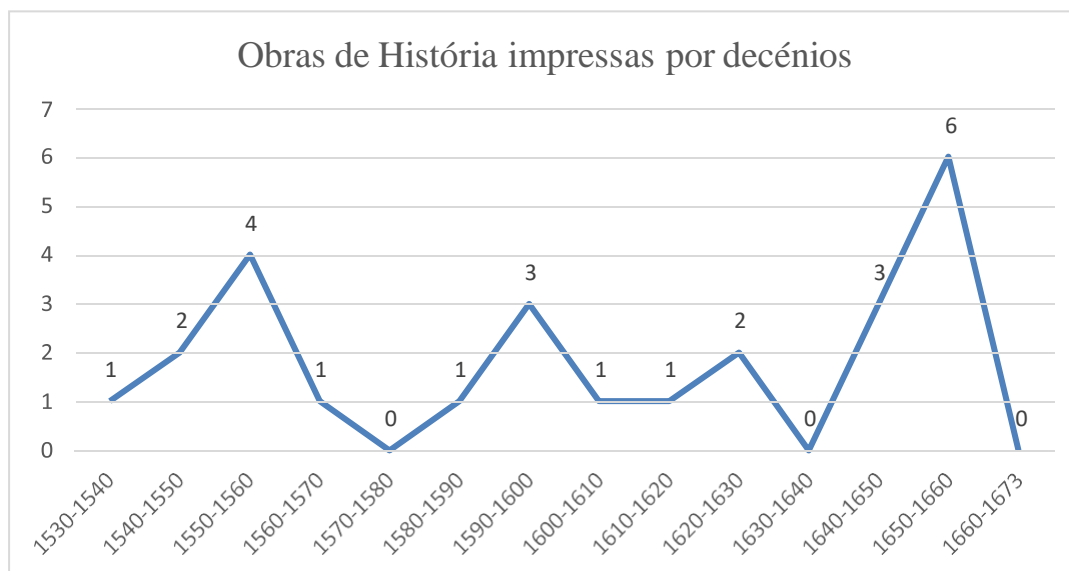


Na área da História compuseram-se 26 títulos, publicados entre 1538 e 1660, o que corresponde a uma fatia de 6% do total de impressões. No que tange à evolução de publicações, os valores médios variam entre os 1 e 3 textos por decénio, à exceção da década de 1650-1660, que conta com 7 títulos publicados. Atendendo à periodização destas obras, é compreensível o interesse de diversos autores em abordar a presença portuguesa nos territórios da Ásia como, por exemplo, António Pinto Pereira, quando compôs a *Historia da Índia*, em 1616<sup>116</sup>. Entre outros temas, a história da monarquia portuguesa também foi retratada, por exemplo por Pedro de Mariz, primeiramente em 1594, quando surgiu a primeira edição dos *Dialogos de Varia Historia*<sup>117</sup>, e mais tarde em 1598, quando foi publicada a segunda edição. Para além destes assuntos, encontram-se ainda trabalhos de história eclesiástica.

<sup>116</sup> PEREIRA, António Pinto – *História da Índia*, no tempo em que a governou o visorey Dom Luís de Ataíde. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1616.

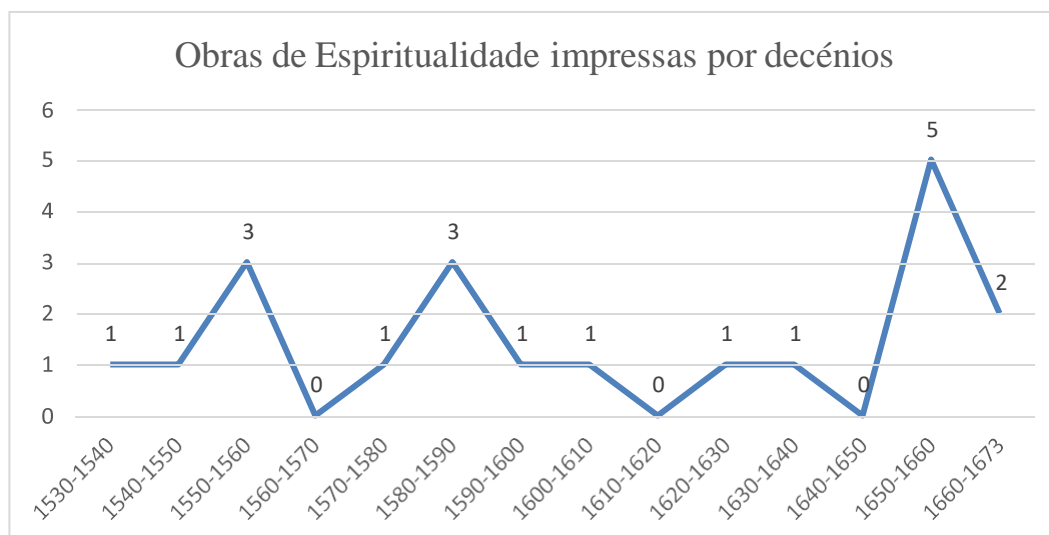
<sup>117</sup> MARIZ, Pedro de - *Dialogos de varia historiaem que summariamente se referem muytas cousas antigas de hespanha c todas as mais notauees que em Portugal acontecerão em suas gloriosas conquistas antes e depois de ser levantado a dignidade real, e outras muytas de outras muytas de outros reynos dignas de memoria*. Coimbra: na oficina de António de Mariz, 1594.

Gráfico 17



Aspetos relacionados com a vida cristã, a devoção a Deus, a vida religiosa, a doutrina cristã ou a paixão de Cristo são alguns dos vetores que preenchem as páginas das obras de espiritualidade<sup>118</sup>. Esta categoria, composta por 20 títulos, publicados entre 1533 e 1662, representa 5% do total, e não teve oscilações de ritmo relevantes no decurso do período aqui em consideração.

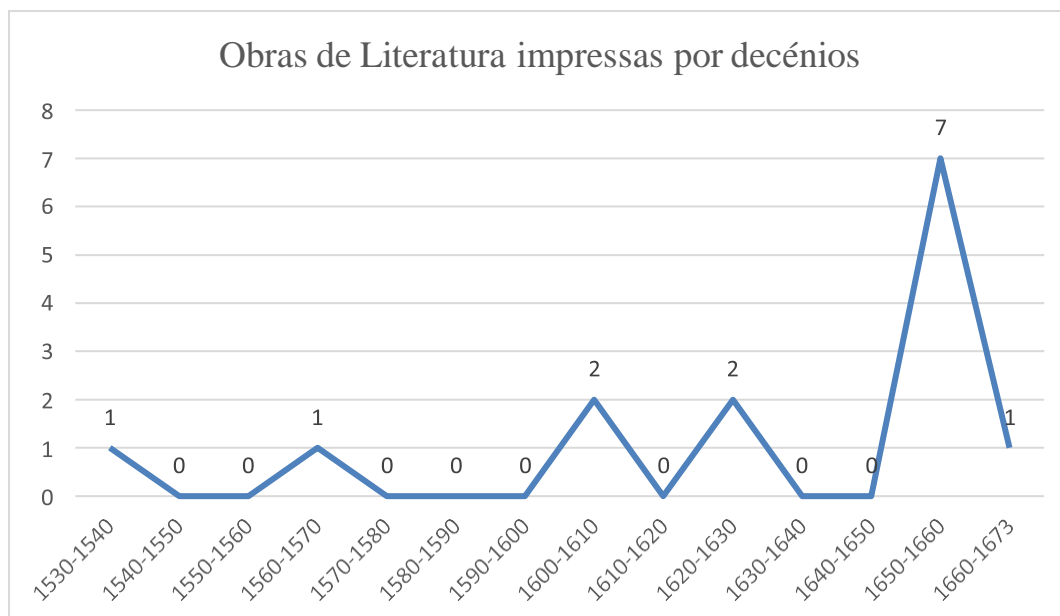
Gráfico 18



<sup>118</sup> Vejam-se, a título exemplificativo, Companhia de Jesus - *Doutrina christã que se diz em ho collegio da companhia de iesu nesta cidade de Coymbra*. Coimbra: por João de Barreira, 1559; TAULER, Johann - *Deutos exercitios e meditacoes da vida & paixao de nosso senhor iesu christo*. Coimbra: 1571; DIAS, Nicolau - *Liuro do rosario de Nossa Senhora*. Coimbra: por António de Mariz, 1582 e

Acima da dezena de títulos publicados, assinalem-se ainda as 14 obras de literatura (4% do total). Com expressão significativa somente no decénio de 1650-1660, em que saíram dos prelos 7 livros englobados nesta temática. Entre elas, destaca-se a obra de Visconde da Trindade, *Extracto e choros da tragicomedia de Sam Paulino*, imprensa em 1604<sup>119</sup>, e a *Esperança enganada*, composta por Manuel Fernandes Raia<sup>120</sup>.

Gráfico 19



As restantes áreas temáticas apresentam um reduzido número de títulos. A hagiografia, epistolografia, ensino e filosofia ocupam uma porção de 2%, com 9 obras impressas cada.

No que toca às hagiografias, a sua publicação não foi relevante no século XVI, registando-se apenas duas edições. Só a partir de 1612 e até 1650, é que passaram a ser mais frequentes, com 7 títulos publicados<sup>121</sup>.

<sup>119</sup> TRINDADE, Visconde da - *Extracto e choros da tragicomedia de Sam Paulino Bispo de Nola*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1604. Sobre a vida e obra do autor, veja-se, por exemplo, PERICÃO, Maria Graça – *Livros Quinhentistas de Visconde da Trindade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

<sup>120</sup> RAIÁ, Manuel Fernandes - *Esperança enganada composta por Manoel Fernandes Raya... dividida em cinco livros... dirigida ao... senhor Dom Andre de Almada*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1624.

<sup>121</sup> Veja-se, por exemplo, LEITE, António - *Historia da apariçam, e milagres da virgem da lapa*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1639 e MÁRTIRES, Timóteo dos - *Vida do Bemaventurado Padre Santo Theotónio primeiro prior do real mosteiro de santa cruz de Coimbra de conegos regrantes do patriarcha santo agostinho: escrita em latim por um religioso contemporaneo, & e discipulo do mesmo santo*. Coimbra: por Manuel de Carvalho, 1650.

O caso das obras de epistolografia é composto exclusivamente por cartas redigidas por jesuítas, dando conta da sua atividade em diversos espaços do império ultramarino português<sup>122</sup>. Tendo em consideração o número de impressões, estas cartas, publicadas entre 1551 e 1570, tiveram um forte impacto e foram utilizadas como mecanismo de propaganda, com a finalidade de promover a Companhia de Jesus, uma ordem nova, oficialmente reconhecida como tal pelo papa apenas em 1540, e que, portanto, precisava de se afirmar.

No que diz respeito à área Filosofia, evidencia-se a atividade dos *Conimbricenses*. Entre 1592 e 1606, redigiram uma série de comentários referentes às obras de Aristóteles, com o título *Commentari Collegii Conimbricenses Societatis Iesu*, os quais tiveram diversas edições e grande impacto por vários pontos da Europa. Os *Conimbricenses* recompilaram, reinterpretaram e discutiram os conhecimentos do filósofo ateniense em diversas áreas do conhecimento.

No âmbito das obras de liturgia, nas quais se enquadram breviários, missais e calendários romanos, foram publicados 8 títulos impressos, entre 1550 e 1665<sup>123</sup>.

No século XVII foram publicadas 8 obras de apologética. O que se compreende no contexto dos debates intensos e do combate dos autores católicos face à difusão das doutrinas protestantes<sup>124</sup>.

A área da medicina contou com a publicação de 7 obras, impressas entre 1543 e 1669. Os assuntos nelas tratados debruçam-se sobre a anatomia do corpo, a preparação de medicamentos, a sua composição e preceitos da prática farmacêutica, as qualidades e virtudes de algumas plantas<sup>125</sup>.

---

<sup>122</sup> Veja-se, por exemplo, ENRIQUEZ, Enrique - *Copia de vna carta que embio de la india el padre Enrrique de la compañía de iesu al padre maestre simon preposito de la dicha compañía en Portugal y a los hermanos de iesu de Coimbra, tresladada de portugues en castellano, recebidas el año de M.D.L.I.* Coimbra: João da Barreira e João Álvares, 1551 e BARREIROS, Gaspar - *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiro ó anno de MDXXXVJ começado na cidade de Badajoz em Castella te à de Milam em Italia.* Coimbra: João Álvares, 1561.

<sup>123</sup> Veja-se, por exemplo, *Liuro ordinario do officio diuino segundo a ordem de cister.* Coimbra: João Álvares, 1550 e ZABALETA, Juan de - *El dia de fiesta: primeira parte: que contiene el dia de fiesta por la mañana.* Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1666.

<sup>124</sup> Veja-se, por exemplo, AFONSO, Diogo - *Historia da vida e martyrio do glorioso sancto thomas arcebispo, senhor de cantuaria, primas de Inglaterra, legado perpetuo da sancta see apostolica.* Coimbra: por João Álvares, 1554 e Suárez, Francisco - *Defensio fidei catholicae, et apostolicae adversus Anglicanae secae errores, cum responsione ad apologiam pro juramento fidelitates, & praefationem monotoriam serenissimi Jacobi Angliae Regis.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1613.

<sup>125</sup> Veja-se, por exemplo, COELHO, José - *Phamarca de Joseph Coelho que fes sendo boticario no anno de mil e seis sentos e sessenta e oito na botanica da rua larga em Coimbra.* Coimbra, 1618 e GRISLEY, Gabriel - *Desenganos para a medicina ou botica para todo pay de familias: consiste na declaração das qualidades, &*

Entre 1531 e 1570, publicaram-se alguns autores clássicos, 5 títulos, o que se enquadra nas tendências do movimento humanista do Renascimento então em curso em Portugal<sup>126</sup>.

Salienta-se ainda a impressão de 4 obras musicais, todas entre 1604 e 1628. São obras instrutivas de música religiosa, compostas para sacerdotes, diáconos, subdiáconos e moços do coro<sup>127</sup>.

Há ainda 4 obras de retórica, entre 1562 e 1670, e 4 obras de teatro, entre os anos de 1560 e 1661<sup>128</sup>.

As categorias poesia, catequese e guerra são as que apresentam menor volume de títulos impressos. Entre 1561 e 1658, publicaram-se apenas 3 obras de poesia e 3 de catequese, e duas destas correspondentes às edições do *Catechismo ou doutrina christã & praticas spirituaes*, publicadas em 1566 e 1574, compostas pelo Beato Bartolomeu dos Mártires. Com apenas uma publicação, encontra-se a categoria guerra.

De tudo o exposto observa-se a clara predominância de obras sobre assuntos de natureza religiosa (sermões, tratados de Teologia, obras de espiritualidade, etc.), em detrimento das demais categorias, o que vai ao encontro do panorama da produção tipográfica da época a nível nacional.

---

*virtudes de 260 ervas, com o uso dellas: tambem de 60 agoas estiladas, com as regras da arte de estilação: dirigido ao senhor doutor André de Oliveira Lobo.* Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1669.

<sup>126</sup> Veja-se, por exemplo, Boécio - *De Diuisionibus et diffinitionibus/ anitius manilius boethius*. Coimbra: Cónegos de Santa Cruz, 1534 e BARREIROS, Gaspar - *Censuras de Gaspar Barreiros sobre quatro liuros intitulos em M. Portio Catam de Originibus, em Bereso Chaldaeo, em Manethon Aegyptio & em Q. Fabio Pictor Romano*. Coimbra: por João Álvares, 1561.

<sup>127</sup> Veja-se, por exemplo, ESTAÇO, Baltasar - *Sonetos, cançoens, eglosas e outras rimas/ compostas per Baltezar Estaço conego na sê de Viseu, natural da cidade de Evora: dirigidas ao illustrissimo & reverendissimo senhor Dom João de Bragança, Bispo de Viseu*. Coimbra: Diogo Gomes de Loureiro, 1604 e MARTINS, João - *Arte do canto chão, posta et reduzida em sua inteira perfeição, segundo a pratica delle, muito necessaria para todo o sacerdote, pessoas q hão de saber cantar*. Coimbra: Nicolau Carvalho, 1612.

<sup>128</sup> Veja-se, por exemplo, SUÁREZ, Cipriano - *D. Cypriani Soarez Societatis Iesu, De arte rethorica libri tres ex Aristotele, Cicerone & Quintiliano praecipué deprompti*. Coimbra: por João da Barreira, 1575 e SANTA CATARINA, Paulo de - *Sermão das chagas de Christo: que pregou no mosteiro de Lorvam em 23 de outubro de 1661*. Coimbra: viúva de Manuel de Carvalho, 1671.



## Capítulo 3 – Os censores e a censura

O terceiro capítulo desta dissertação tem três propósitos principais. Primeiro, identificar os censores que aprovaram a circulação das 396 obras impressas em Coimbra, entre 1531 e 1673. Segundo, esboçar uma caracterização geral desses mesmos censores, tendo por base a análise da sua atividade censória e das demais funções que exerceram. Terceiro, traçar o ritmo de evolução cronológica da atribuição de licenças levada a cabo pelos três órgãos de repressão literária: Inquisição, Desembargo do Paço e os bispos nas respetivas dioceses.

O exame prévio dos livros que se pretendiam publicar, para além do papel das instituições com competência na matéria, conforme já esclarecido no capítulo 1, dependeu da ação dos seus censores, também designados qualificadores ou revedores, os quais desempenharam um papel de enorme relevo na história do livro impresso. Conforme já foi esclarecido por Maria Teresa Payan, “os censores, investidos em uma missão de defesa ideológica, desempenharam, ao longos dos tempos, um cargo difícil, não tanto por ser da sua competência fazer a triagem entre os textos ortodoxos e os heterodoxos, mas especialmente por lhes caber a responsabilidade de estabelecer, com base em critérios poucos definidos, a fronteira entre o proibido e o tolerável”<sup>129</sup>.

Os dois gráficos seguintes dizem respeito ao número de censores responsáveis pela concessão das licenças prévias necessárias para a impressão de livros que foram impressos em Coimbra, distribuídos pelas três distintas instâncias que tiveram atribuições censórias.

---

<sup>129</sup> MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *Livros proibidos... cit.*, p. 11.

Gráfico 20

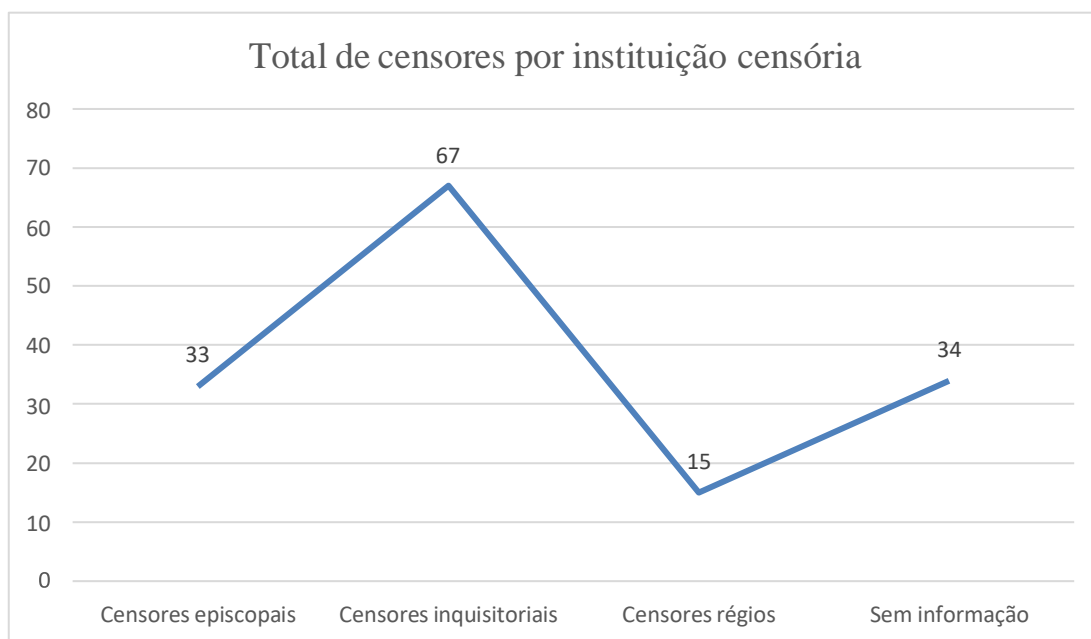


Gráfico 21

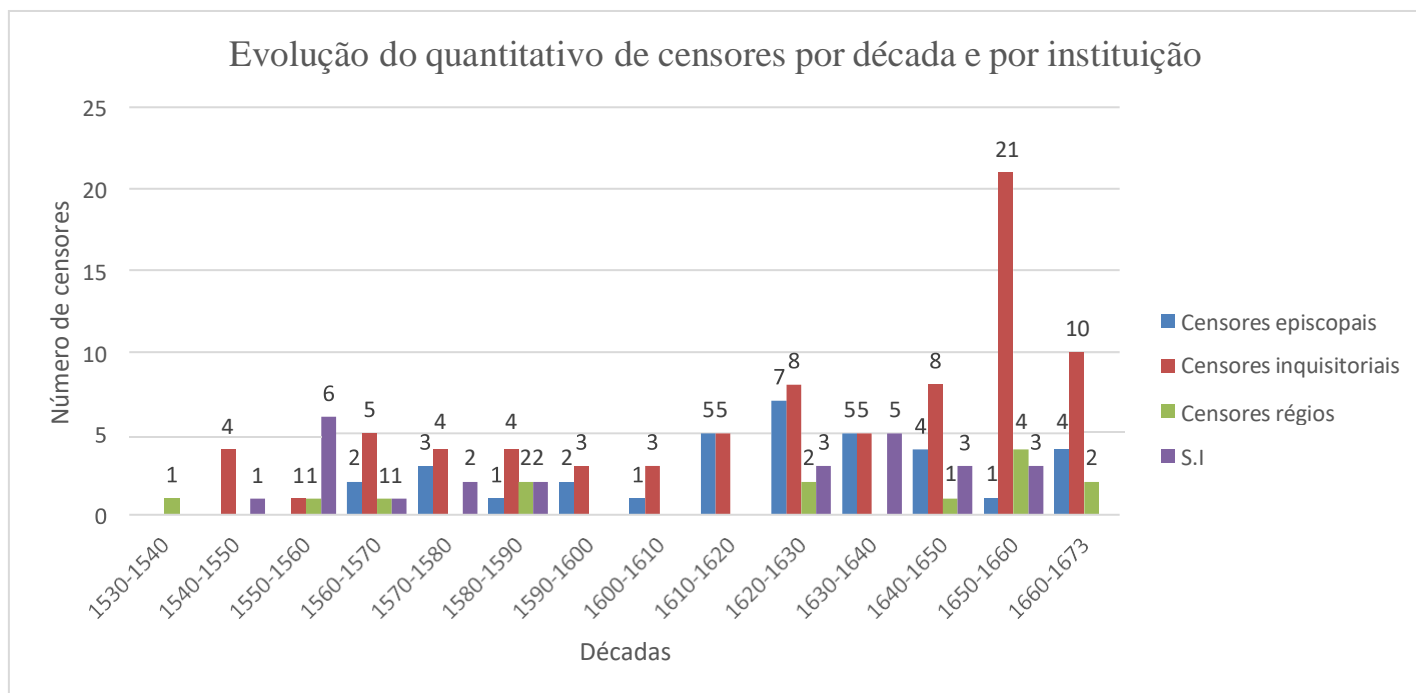
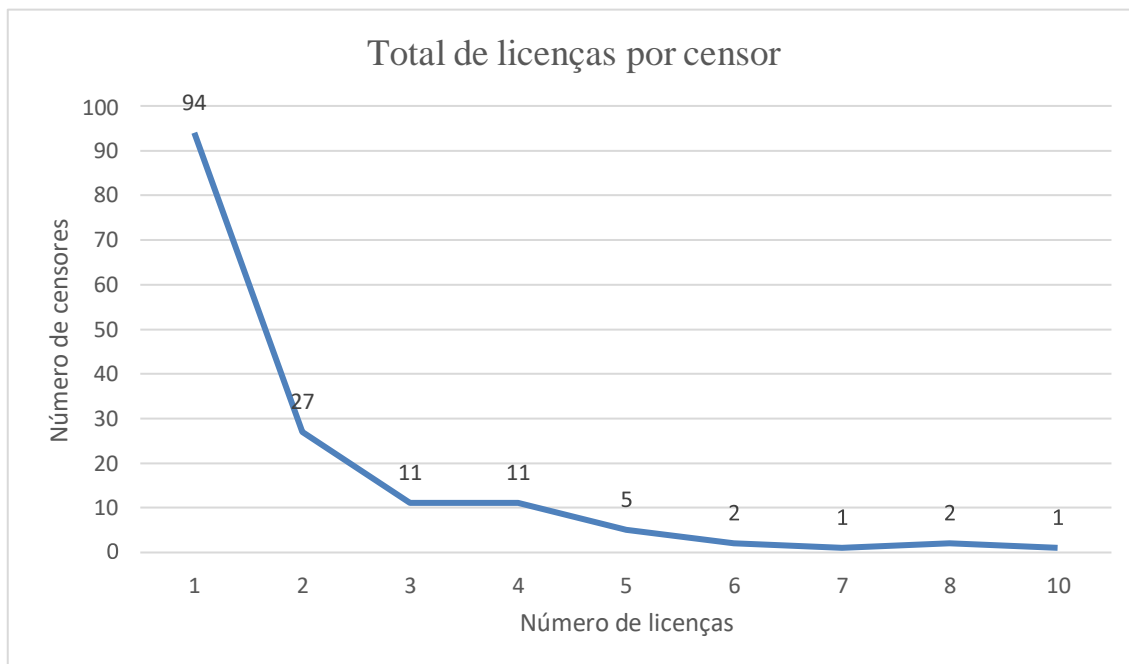


Gráfico 22



O gráfico nº22 permite visualizar que, entre 1531 e 1673, os censores do Santo Ofício, do ordinário e do Desembargo do Paço atribuíram 295 licenças para a impressão e circulação de obras, com local de publicação na cidade universitária. A generalidade dos censores, 94, o que corresponde a 61% do universo total de licenças emitidas, assinaram somente uma licença. Segue-se um leque de 27 censores, responsáveis pela atribuição de duas licenças cada. Surgem depois 11 censores que aprovaram a circulação de três obras diferentes. Quer isto dizer que, a esmagadora maioria dos censores concedeu entre uma a três licenças, e foram responsáveis pela emissão de 148 das 293 licenças promulgadas, entre 1531 e 1673.

O quadro de censores que proferiram mais do que três licenças foi alargado. Na verdade, compõem esse rol 22 indivíduos, a saber: António de Mendonça, Manuel Caldeira, Gabriel da Silva, Fernando de Mascarenhas, Gaspar dos Reis, Amador Arrais, António de São Domingos, Ângelo Pereira, Damião de Aguiar, Bartolomeu da Fonseca, Francisco Pereira, Jerónimo da Azambuja, Marcos Teixeira, Manuel Coelho, Adrião Pedro, António Correia, Inácio Galvão, Agostinho de Cordes, Cristóvão Almeida, Bartolomeu Ferreira, Filipe da Rocha e Francisco Brandão, os quais atuaram a solicitação do Santo Ofício e do Desembargo do Paço. Alguns deles salientam-se pelo acentuado número de licenças. O mais prolífero, Francisco Brandão, emitiu dez licenças de circulação a mando do Desembargo do Paço.

Estes valores denotam que, em geral, a atividade censória no percurso de um censor era um ato episódico e isolado, ou, dito de outro modo, que não havia tendência a que a função adquirisse a dimensão de um encargo fixo, não era uma espécie de profissão. Em geral, os censores seriam recrutados pelo prestígio que teriam em certa área de conhecimento relativa ao livro que lhes era pedido revissem, além de, bem entendido, serem pessoas de confiança das instituições que lhes requeriam o parecer. Neste contexto é, portanto, do maior interesse destacar aqueles que concederam mais do que três licenças, pela raridade da situação e porque esta maior regularidade de participação denota a relevância e poder destes indivíduos na configuração do campo cultural português.

Um desses qualificadores foi frei Manuel Caldeira, natural de Montemor. Sobre a sua vida, sabe-se que ingressou na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho e que professou no Colégio de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa, em 1615. Matriculou-se na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de doutor, em fevereiro de 1641. Foi, ainda, eleito provincial da sua ordem em 1660<sup>130</sup>. A sua atividade censória pauta-se pela atribuição de quatro licenças, entre 1656 e 1660, por ordem do Santo Ofício.

Outro censor que concedeu, tal como Manuel Caldeira, quatro licenças de circulação, foi frei Gaspar dos Reis, ativo como censor entre 1626 e 1651. Era um letrado, natural de Torres Novas. Entrou para a Ordem Carmelita, no convento da cidade onde nascera, a 12 de outubro de 1594, vindo a professar no de Lisboa, em 1595. Na Universidade de Coimbra, foi substituído da cadeira de Escritura Grande, entre 1615-26, e substituído de Durando, entre 1631-32. Foi, ainda, professor de Teologia no seu Colégio de Coimbra, e mais tarde seu reitor, em 1651. Foi qualificador do Santo Ofício, examinador das Três Ordens Militares e confessor dos duques de Aveiro<sup>131</sup>.

Também comparece como censor de quatro obras Fernando ou Fernão Martins Mascarenhas, ativo entre 1617 e 1631. Natural da província do Alentejo, ingressou na Universidade de Évora, onde estudou Artes, Teologia e Humanidades. Concluiu os estudos na Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de doutor em Teologia. Foi admitido porcionista no Colégio Real de São Paulo, a 20 de novembro de 1575. Em 1586, foi reitor da Universidade de Coimbra, por provisão do rei D. Felipe II, cargo que ocupou até 1594. Nesse mesmo ano, foi escolhido para substituir Francisco Cano como bispo do Algarve, e sagrou-se na catedral de Lisboa, em fevereiro de 1595. Por meio de bula de Paulo V, datada de 4 de julho de 1616, foi

---

<sup>130</sup> MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, crítica... cit*, vol.III p. 211.

<sup>131</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *Memoria professorum...cit.*, p. 40 e MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, crítica ,cit...* Vol.III,p. 369.

eleito inquisidor-geral, e exerceu a função de censor inquisitorial de um livro que seria publicado em 1617, intitulado *Da Immaculata Beatae Virginis Conceptione ab omni originali peccato immuni libri quator*, da autoria de Egídio da Apresentação, presumivelmente, tarefa de que fora incumbido antes de ser inquisidor-geral<sup>132</sup>. Enquanto ocupou as funções de inquisidor-geral, aprovou a circulação de duas obras, nomeadamente *Festa propria dicecesis conimbricensis*, em 1623<sup>133</sup>, e *Jardim de Portugal: em que se da noticia de alguas sanctas, & outras molheres em virtude, as quais nascerão, ou viverão, ou estão sepultadas neste reino, & suas cõquistas*, em 1626<sup>134</sup>, o que evidencia o seu interesse em dominar a censura.

Salienta-se, ainda, o franciscano frei António de Mendonça, autor de quatro licenças, entre 1591 e 1598, em nome do Tribunal do Santo Ofício. Governou o Convento de S. Francisco de Évora até ter sido aclamado provincial no Convento de Xabregas, a 2 de junho de 1607. Foi lente jubilado de Teologia e exerceu o ministério de confessor das religiosas do Convento de Sacavém<sup>135</sup>.

O padre Francisco Pereira, membro dos Eremitas de Santo Agostinho, também assinou quatro licenças, entre 1612 e 1627, a pedido do episcopado. Professou no convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, em 1585. Em 1602, foi eleito assistente do geral pelas províncias ultramarinas, e provincial, em 1609. Foi ainda bispo de Miranda, função que exerceu entre 1618 e 1621<sup>136</sup>.

Surge, também, como censor de quatro livros Bartolomeu da Fonseca. Foi nomeado deputado do Santo Ofício, em 1579. Obteve o grau de doutor em Cânones, a 15 de julho de 1583. Exerceu o cargo de deputado do Conselho Geral do Santo Ofício e da Mesa de Consciência e Ordens. Desempenhou ainda as funções de inquisidor em Goa e, mais tarde, em Coimbra. Entre 1603 e 1625, concedeu quatro pareceres censórios, a mando do Santo Ofício<sup>137</sup>.

Amador Arrais, que atuou em nome do Santo Ofício, foi responsável pela concessão de quatro licenças de circulação, entre 1567 e 1571. Natural de Beja, entrou para o Convento dos Carmelitas Calçados em Lisboa, em 1545, e professou no colégio do mesmo instituto em Coimbra. Distinguiu-se

---

<sup>132</sup> MARTINS, José António de Jesus - *D. Fernando Martins Mascarenhas: Um bispo na construção da identidade do Algarve dos finais do século XVI e inícios do século XVII*. Comunicação apresentada ao 1 Encontro de Estudos da Identidade, Universidade da Beira Interior, 21 de junho de 2011, Auditório da Biblioteca Central, pp. 2-4 e MACHADO, Diogo Barbosa - *Bibliotheca Lusitana histórica, critica...cit., vol.III* pp.34-35.

<sup>133</sup> S.A. - *Festa propria dicecesis conimbricensis*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1623.

<sup>134</sup> ANJOS, Luís dos - *Jardim de Portugal: em que se da noticia de alguas sanctas, & outras molheres em virtude, as quais nascerão, ou viverão, ou estão sepultadas neste reino, & suas cõquistas*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1626.

<sup>135</sup> MACHADO, Diogo Barbosa - *Bibliotheca Lusitana histórica, critica..., cit., vol.I*, pp. 329.

<sup>136</sup> MACHADO, Diogo Barbosa - *Bibliotheca Lusitana histórica, critica...cit, vol.II*, pp. 217-218 e PAIVA, José Pedro - *Os bispos de Portugal..., cit., p.583*.

<sup>137</sup> MONTEIRO, Pedro - *Coleção dos documentos... cit. vol.4*, p. 10.

pelos seus conhecimentos de Filosofia e Teologia, tendo exercido o cargo de professor da Universidade de Coimbra, entre 1566 e 1575. Posteriormente, teve relevante carreira, o que também se poderá articular com a solidez da sua ortodoxia religiosa, de que o lugar de censor ao serviço da Inquisição foi bom testemunho. A sua ligação ao cardeal D. Henrique contribuiu para que este o nomeasse como seu coadjutor, cargo em que foi confirmado por Gregório XII, a 23 de julho de 1568. Anos mais tarde, em 1581, foi eleito bispo de Portalegre, função que exerceu até 1596. Nesse mesmo ano, renunciou ao bispado para se recolher ao colégio dos carmelitas em Coimbra, onde faleceu no dia 1 de agosto de 1600<sup>138</sup>.

Salienta-se, também, frei Ângelo Pereira que, entre 1589 e 1604, emitiu quatro licenças. Este censor nasceu em Barcelos e tomou o hábito no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa. Foi eleito colegial do Colégio de Coimbra, em 1567, onde estudou Artes e Teologia. Entre 1571 até 1581, regeu os estudos no dito colégio. Foi vice-reitor e, mais tarde, reitor do Colégio de Coimbra, e prior do Convento de Lisboa, em 1591. Desempenhou, ainda, o cargo de qualificador do Santo Ofício. Foi nomeado coadjutor de D. Afonso de Castelo Branco, bispo de Coimbra<sup>139</sup>.

Damião de Aguiar, censor do Desembargo do Paço, ativo entre 1589 e 1604, assinou quatro licenças de circulação. Nasceu em Évora, em 1535. Em Coimbra, estudou Direito cesáreo, tendo obtido o grau de doutor. Foi desembargador dos Agravos na Casa da Suplicação, em 1577. Foi comendador das comendas de S. Cosme de Gondomar, no bispado do Porto, e de S. Mateus, no bispado de Coimbra, ambas da Ordem de Cristo<sup>140</sup>.

A respeito do dominicano António de São Domingos, faltam informações que possibilitam a reconstrução de uma biografia mais detalhada. Sabe-se que foi lente de Teologia na Universidade de Coimbra e deputado da Inquisição, em 1581. A mando da Inquisição, foi responsável pela emissão de quatro licenças, entre 1579 e 1593<sup>141</sup>.

O último dos censores que emitiu quatro licenças foi o padre frei Gabriel da Silva. Sobre a vida deste censor, as informações são escassas. Sabe-se que, em 1659, já exercia o cargo de

---

<sup>138</sup> MONTEIRO, Pedro - *Coleção dos documentos... cit.*, vol. 6, p. 101 e PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal...*, *cit.*, pp. 84 e 584.

<sup>139</sup> SA, Manuel – *Memória históricas dos ilustríssimos arcebispos, bispos e escritores portugueses da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*. Lisboa Oriental: na oficina de Ferreiriana, 1724, pp. 25-26.

<sup>140</sup> MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, critica... cit.*, vol.I, p. 610.

<sup>141</sup> A referência a lente de prima encontra-se em RODRIGUES, Manuel Augusto – Da Faculdade de Teologia para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. *Revista de História e Teoria das Ideias*. Vol. 11 (1989), p. 518.

qualificador do Santo Ofício, instituição em nome da qual emitiu as referidas quatro licenças de impressão, em 1658, 1659, 1660 e 1661<sup>142</sup>.

Frei Jerónimo da Azambuja, membro da Ordem dos Pregadores, assinou, entre 1552 e 1568, cinco licenças. Este célebre dominicano foi prior do Convento de S. Domingos, na Batalha, e enviado pelo rei D. João III ao Concílio de Trento, no final de 1545, juntamente com mais dois frades da sua ordem. Desde a década de 1540, notabilizou-se ao serviço da Inquisição, na qualidade de inquisidor no Tribunal de Lisboa, por ordem do cardeal infante D. Henrique<sup>143</sup>. Este inquisidor-geral indicou-o ainda para desempenhar funções censórias no aparelho da Inquisição, tendo o dominicano, por exemplo, colaborado ativamente na preparação do Índice de livros proibidos de 1552<sup>144</sup>.

Frei Adrião Pedro, qualificador do Santo Ofício, foi responsável, tal como Azambuja, pela emissão de cinco licenças. Ativo entre 1639 e 1656, este frade da ordem da Santíssima Trindade foi professor na Universidade de Coimbra, depois de ali ter alcançado o grau de doutor em Teologia, em maio de 1626. Como docente esteve ao serviço da instituição, primeiro como substituto da cadeira de Catedrilha de Escritura, em 1625-26 e depois da cadeira de Escritura Grande, em 1627-28<sup>145</sup>.

Outro censor responsável pela concessão de cinco licenças foi o padre Manuel Coelho, entre 1598 e 1625, em nome do ordinário e da Inquisição. Natural de Montemor-o-Novo, ingressou na ordem dos Pregadores, tendo professado no Convento de Benfica, em 1568. Foi eleito consultor do Santo Ofício e deputado do Conselho Geral, cargo concedido por Filipe II, em 1614<sup>146</sup>.

Entre 1663 e 1673, António Correia, censor inquisitorial, foi responsável pela emissão de cinco licenças. Natural de Lisboa, obteve o grau de doutor na Faculdade de Teologia, instituição da qual foi lente, entre 1664 e 1685, e vice-reitor. Foi, ainda, duas vezes ministro do Convento de Lisboa e provincial, em 1667 e 1683. Desempenhou as funções de qualificador do

---

<sup>142</sup> A referência ao qualificador encontra-se em PEREIRA, António - *Compendio, & declaração da regra, & estatutos da ordem militar de Santiago... ao... senhor D. Manoel de Noronha prior da mesma ordem*. Coimbra: por Manuel Dias, 1659.

<sup>143</sup> Estas informações encontram-se em SÃO DOMINGOS, António - *Começão as vidas de alguns santos da ordem dos pregadores*. Coimbra: por João de Barreira e João Álvares, 1552 e SABELLICO, Marco Antonio Coccio - *Cronica geral da Eneyda segunda de Marco Antonio Cocio Sabellico desde ho começo do mundo ate nosso tempo*. Coimbra: João de Barreira e João Álvares, 1553.

<sup>144</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro Paiva - *História da Inquisição... cit.*, pp. 92 e 94.

<sup>145</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto - *Memoria professorum...cit.*, p. 36 e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Adrião, maço 1, doc. 15.

<sup>146</sup> MACHADO, Diogo Barbosa - *Bibliotheca Lusitana histórica, critica...cit.*, vol.III, pp. 220-221.

Santo Ofício, examinador das três Ordens Militares e examinador sinodal no bispado de Coimbra<sup>147</sup>.

O último censor deste elenco a subscrever cinco licenças foi Marcos Teixeira, ativo entre 1597 e 1694. Proveniente de Lamego, estudou jurisprudência canónica na Universidade de Coimbra. Foi cónego doutoral da catedral de Évora, em 1611, e inquisidor da mesma cidade, em 1617. Exerceu as funções de bispo da Baía, entre 1621 e 1624<sup>148</sup>.

O dominicano frei Inácio Galvão foi um dos censores que emitiu seis licenças de impressão, entre 1635 e 1647. Natural de Évora, foi eleito reitor do Colégio de S. Tomás de Coimbra, em 1628. Foi promovido a apresentado na Faculdade de Teologia e recebeu as insígnias doutorais na mesma Faculdade, em 1618. Foi consultor do Santo Ofício<sup>149</sup>.

Outro censor a assinar seis licenças foi Agostinho de Cordes. Surge como censor inquisitorial, entre 1655 e 1666. Sobre a sua vida, as informações são escassas. Sabe-se que leu Artes e Teologia, e tomou o grau de doutor<sup>150</sup>. Em 1655, já era qualificador do Santo Ofício<sup>151</sup>.

Cristóvão de Almeida foi o único censor a promulgar sete licenças de impressão. Recebeu o hábito de Eremita de Santo Agostinho, no Convento de Évora, em 1637. Durante muitos anos, foi lente da cadeira de Prima, no Colégio de Santo Antão de Lisboa. Em 1657, já desempenhava o cargo de qualificado do Santo Ofício<sup>152</sup>. Em 1669, o príncipe D. Pedro nomeou-o bispo coadjutor de D. António de Mendonça, arcebispo de Lisboa. A mando da Inquisição, compôs licenças, entre 1657 e 1662<sup>153</sup>.

Filipe da Rocha assinou oito licenças, entre 1659 e 1670, por ordem da Inquisição, instituição da qual foi qualificador. A sua admissão nesta função, depois de ter sido provada a sua “limpeza de sangue”, está datada de 15 de fevereiro de 1658<sup>154</sup>. Natural de Lisboa, professou no Convento da Ordem da Santíssima Trindade, em 1629, e foi mestre jubilado em

---

<sup>147</sup> *Idem*, pp. 247-248

<sup>148</sup> *Idem*, pp. 411-412, e PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal...*, cit., p. 588.

<sup>149</sup> MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, critica...cit.*, vol.II, p. 539.

<sup>150</sup> MONTEIRO, Pedro - *Coleção dos documentos... cit.*, p. 9.

<sup>151</sup> A referência a qualificador encontra-se em PAREDES, Bernardo de - *Campaña espiritual ordenada com plumas de santos y de interpretes sagrados para conquistar el alma*. Coimbra: por Manuel Dias, 1655.

<sup>152</sup> A referência a qualificador encontra-se em CORREIA, António - *Sermão que pregou o M.R.P. Doutor FR. Antonio Correa... em a anniversaria accam de graças que a insigne Universidade de Coimbra faz em forma de prestito ao real convento de Sancta Cruz pella...aclamação do... rey Dom João o quarto*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1657.

<sup>153</sup> MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, critica...cit.*, vol. I, p. 569.

<sup>154</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, maço 4, doc. 67 (Filipe).



Teologia. Notabilizou-se ainda por ter sido bispo coadjutor de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Évora, em 1669, com o título de bispo de Madauro, cidade episcopal de África<sup>155</sup>.

Bartolomeu Ferreira, natural de Lisboa, foi outro dos que emitiu oito licenças de impressão, entre 1578 e 1600, por ordem do Conselho Geral do Santo Ofício. Professou na Ordem dos Pregadores, na cidade onde nascera e foi eleito deputado da Inquisição de Lisboa, a 3 de novembro de 1576, cujo ministério ainda exercia em 1588<sup>156</sup>.

O censor com maior número de licenças emitidas foi Francisco Brandão, que assinou nove, entre 1647 e 1655, por ordem do Desembargo do Paço. Era natural de Alcobaça, onde nascera a 11 de novembro de 1601. Dedicou-se ao estudo da língua latina e das humanidades, tendo professado no Convento de Alcobaça, onde recebeu o hábito monacal, em agosto de 1618. Substituiu o seu tio, frei António Brandão, monge cisterciense, no lugar de cronista mor, em que foi provido a 19 de janeiro de 1649. Ocupou, ainda, os cargos de qualificador do Santo Ofício, examinador das Três Ordens Militares, esmoler mor e duas vezes geral da sua congregação, entre 1677 e 1674<sup>157</sup>.

Estes dados, denotam que, no caso da Inquisição, algures pelos meados do século XVII, a instituição começou a ter ao seu serviço um conjunto de agentes da sua confiança, que recrutava para o efeito, a quem confiava a revisão de livros. Neste caso, pode começar a pensar-se que se tratava de censores especializados, que não atuavam apenas episodicamente, como a generalidade dos demais acima mencionados.

Para além dos casos acima mencionados referentes aos qualificadores mais ativos, procurámos conhecer melhor o universo de censores ativos em Coimbra. Para o efeito, e utilizando exclusivamente as informações relativas a cada um e fornecidas nos livros que eles aprovaram, juntamente com o seu parecer, recolheram-se dados sobre o seu estatuto clerical, isto é, se eram clérigos regulares ou seculares, e todas as funções/cargos por eles desempenhados e que foram fornecidos juntamente com os referidos pareceres.

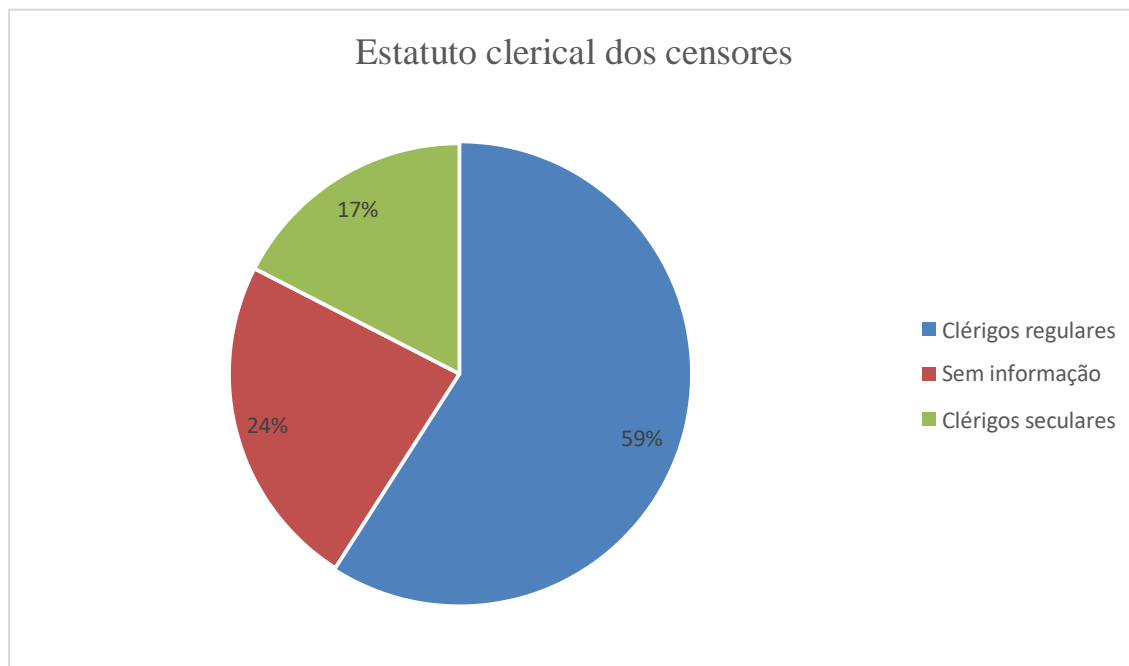
---

<sup>155</sup> MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, critica...cit.*, vol.II, p. 79.

<sup>156</sup> *Ibidem*, vol. III, p. 460.

<sup>157</sup> *Ibidem*, vol.III, p. 122-123.

Gráfico 23



Como se pode apreciar pela observação do gráfico nº23, o universo dos censores ativos em Coimbra foi composto por 88 religiosos do clero regular (59%) e 26 membros do clero secular (17%). Deparámo-nos ainda com 35 censores cujo estatuto clerical não foi possível determinar. Estes indicadores sugerem que, no que toca à fiscalização de livros, o Tribunal do Santo Ofício recorreu, sobretudo, ao clero regular para a emissão dos seus pareceres, pois, em geral, os membros das ordens religiosas tinham melhor formação académica e mais conhecimentos, sobretudo, na área da Teologia.

Antes do término do Concílio de Trento, em 1563, a instrução cultural e religiosa dos clérigos era, de um modo geral, de má qualidade. Esta situação foi reconhecida por alguns prelados, que reuniram esforços no sentido de alterar este panorama, sobretudo a nível do ensino<sup>158</sup>. A título de exemplo, destaca-se o empenhamento do futuro bispo de Portalegre, frei Amador Arrais, que entrou no convento dos Carmelitas Calçados em Lisboa, em 1545, e professou no colégio do mesmo instituto em Coimbra. Anos mais tarde, em 1596, renunciou ao bispado para se recolher ao colégio dos carmelitas em Coimbra<sup>159</sup>. Ação semelhante desempenhou o jesuíta, António de Mascarenhas. Após a obtenção do grau de doutor em

<sup>158</sup> PAIVA, José Pedro – “Os mentores”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 213.

<sup>159</sup> MONTEIRO, Pedro - *Coleção dos documentos... cit.*, vol.6, p. 101.

Teologia, pela Universidade de Évora, dedicou-se com bastante devoção à oração e aos exercícios espirituais, tendo sido mestre dos noviços em Évora, Coimbra e Lisboa<sup>160</sup>.

A fundação de uma rede de colégios e conventos foi, também, um mecanismo fundamental para a aprendizagem dos clérigos. Por intermédio da ação de frei Martinho de Ledesma, começou a funcionar, em Coimbra, o Colégio de São Tomás de Aquino, em 1549, onde, mais tarde, frei Jorge Pinheiro, religioso da ordem dos Pregadores, ensinou Artes e Teologia<sup>161</sup>. A lecionação nestas instituições religiosas ajudou a promover o desenvolvimento intelectual e religioso dos clérigos. Vários foram os que se debruçaram sobre esta questão. Baltasar Pais ensinou Teologia no Colégio da Trindade, em Coimbra. Gaspar dos Reis também manifestou interesse por esta instituição, onde lecionou Teologia<sup>162</sup>. No arcebispado de Lisboa, frei Bartolomeu dos Mártires, regeu as cadeiras de Artes e Teologia<sup>163</sup>. Também o eremita de Santo Agostinho frei Egídio da Apresentação professou no Mosteiro de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa, em 1558, onde lecionou Teologia<sup>164</sup>.

Dentro deste quadro, sublinhe-se o papel de relevo que a Universidade de Coimbra assumiu na formação religiosa dos clérigos. Entre 1531 e 1673, um elevado número de censores conimbricenses, antes de exercerem o dito ofício, frequentaram a Faculdade de Teologia, tanto como alunos, como integrantes do corpo docente. O ingresso na Faculdade de Teologia possibilitou que vários religiosos das ordens concluíssem os estudos que iniciaram nas instituições das respetivas ordens, por meio da obtenção dos graus de licenciado e doutor<sup>165</sup>. Uma análise ao perfil dos censores revelou que, para o período cronológico em questão, os religiosos das ordens que dominaram a Faculdade de Teologia, foram os eremitas de Santo Agostinho, os jerónimos, os beneditinos e os carmelitas.

Quanto à vinculação dos clérigos regulares que mais intervieram o exercício da censura, a ordem dos Pregadores foi a que teve maior influência, cerca de doze, à qual se seguiram os membros da ordem dos Eremitas de Santo Agostinho e da Companhia de Jesus, com onze e nove censores, respetivamente. A proveniência das restantes ordens religiosas foi relativamente reduzida. A quantidade de censores pertencentes às ordens da Santíssima Trindade, de São

---

<sup>160</sup> FRANCO, António – *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus*. Lisboa: na oficina real Deslandesiana, 1714. pp. 139-149.

<sup>161</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *Memoria professorum...cit.*, p. 29.

<sup>162</sup> *Idem*, p. 40.

<sup>163</sup> Diogo Barbosa - *Bibliotheca Lusitana histórica, critica...cit.*, vol. I, pp. 464-468.

<sup>164</sup> *Idem*, pp. 747-748.

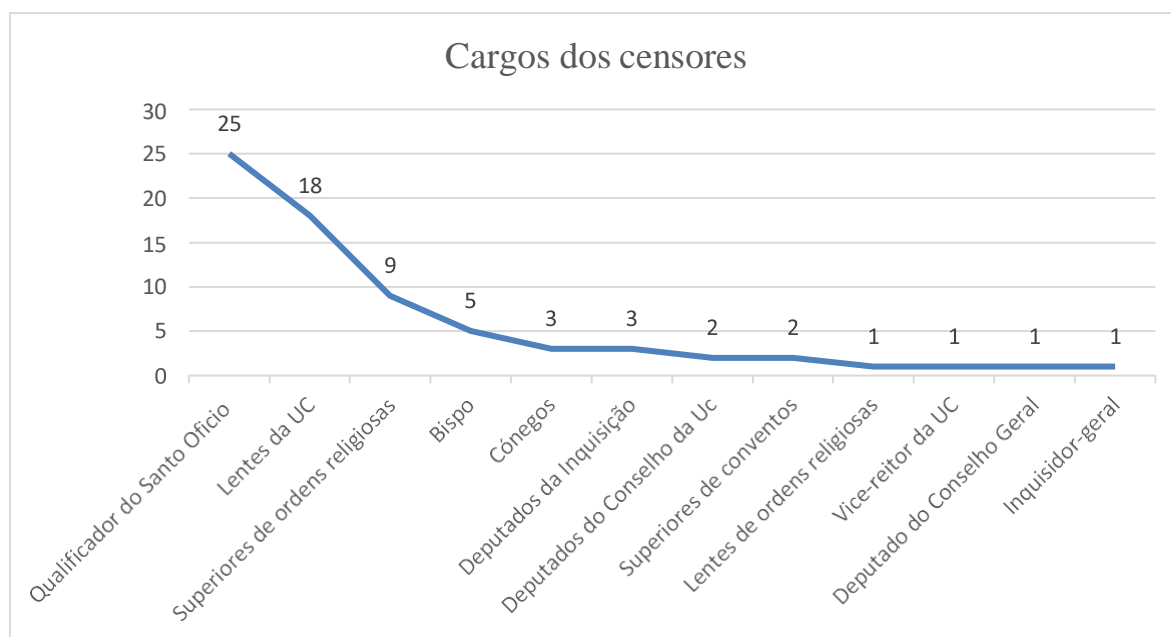
<sup>165</sup> PAIVA, José Pedro – “*Os mentores*”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa... cit.*, vol. 2, pp. 217-219.

Bento e de São Francisco foi de três censores cada. A ordem dos Carmelitas, dos Menores e a Ordem de Cristo contaram com dois censores cada, enquanto que as ordens de Cister, de São Jerónimo, do Carmo e de Santiago contabilizaram apenas um censor cada.

Também é significativo nestes dados o modesto peso do clero secular na atividade censória, sobretudo em comparação com o envolvimento do clero regular. Para a diocese de Coimbra, registaram-se apenas 26 membros do clero secular que emitiram pareceres favoráveis à circulação de livros. Destes 26, quinze atuaram em nome da Inquisição, sete a mando do episcopado e um em nome do Desembargo do Paço. Para os restantes três censores não se conseguiu apurar a vinculação a nenhuma destas três instituições.

Uma análise minuciosa ao percurso dos censores, revela que não foram exclusivamente qualificadores/revisores de livros.

Gráfico 24



Como se verifica pela leitura do gráfico nº 24, a esmagadora maioria dos censores, cerca de 71, ocupou cargos de grande importância durante o período em que exerceram a censura literária, e estes para os quais se possuem estas informações atuaram, principalmente, para o Santo Ofício e para o ordinário conimbricense.

As informações contidas nos livros impressos, em conjunto com a leitura de diversos autores, permitiram reconstituir as biografias de alguns censores. Para muitos casos, as biografias que foi possível reconstituir têm limites, o que explica o elevado número de censores

que exerceram a censura num momento em que se desconhece a função que teriam, neste caso 61.

Como seria expectável, a função de qualificador do Santo Ofício foi a mais desempenhada entre os censores dos livros publicados em Coimbra, contabilizando-se 25 censores que a exerceram, o que equivale a 35 % do total de censores para os quais há informação sobre as funções/cargos que desempenharam. Este era um lugar especificamente instituído pelo tribunal da Inquisição para auxiliar os inquisidores que, em geral, eram canonistas, a avaliar a existência ou não de “erros de fé”, isto é, heresias, quer nos textos escritos quer nas crenças de pessoas acusadas perante o Santo Ofício. Segundo Francisco Bethencourt, os qualificadores ou revisores/revedores de livros inserem-se no leque de agentes dos tribunais da Inquisição sem jurisdição para julgar delitos de fé, contrariamente ao que sucede com os inquisidores e deputados. Por norma, os qualificadores eram recrutados entre as ordens religiosas, eram graduados em Teologia pelas respetivas ordens ou pela Universidade, e eram responsáveis por dar parecer sobre livros apreendidos ou sobre declarações de presos e conteúdos de denúncias<sup>166</sup>.

A título de exemplo, destaca-se frei Duarte da Conceição. Natural de Vila Viçosa, recebeu o hábito da ordem da Penitência no Convento de Nossa Senhora de Jesus, em 1614. Estudou Artes e Teologia, tendo obtido o grau de mestre no Colégio de S. Pedro de Coimbra, até se jubilar em 1641. Foi reitor do dito Colégio e Ministro do convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa<sup>167</sup>. Segundo consta nos livros impressos que reviu, já exercia o cargo de qualificador do Santo Ofício, em 1651, ano em que examinou duas obras, a mando da Inquisição, nomeadamente a *Vida, e martyrio da gloriosa Santa quiteria, e de suas oyo irmãs*<sup>168</sup>.

Outra área onde de onde provieram os censores conimbricenses foi a docência universitária. Contabilizaram-se 18 censores que foram lentes da Universidade, o que corresponde a 25 % do universo em análise. A generalidade dos censores foram lentes da Faculdade de Teologia, visto que os teólogos estariam melhor apetrechados para julgar a

---

<sup>166</sup> BETHENCOURT, Francisco – “A Inquisição”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa...cit.*, vol. 2, p.114 e BETHENCOURT, Francisco – *História das Inquisições...cit.*, p.122.

<sup>167</sup> MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, crítica...cit.*, vol.I, pp. 729-730.

<sup>168</sup> ABREU, Pedro Henriques de - *Vida, e martyrio da gloriosa Santa quiteria, e de suas oyo irmãs todas nascidas de um parto, portuguesas, & protomartyres de Hespanha: com hum descurso sobre a antiga cidade cinania.* Coimbra: na oficina de Manuel Carvalho, 1651.

ortodoxia religiosa de um texto. A Faculdade de Teologia contou com alguns professores de grande prestígio. Considere-se o exemplo de Marcos Romeiro. Natural de Funchal, entrou no Colégio de Santa Bárbara, em Paris, como bolsheiro de D. João III, em 1524. Estudou Teologia na Universidade de Paris, obtendo o grau de licenciado, em 1538. Obteve o grau de mestre em Artes e lecionou na mesma Faculdade, na Sorbonne. Em 1540, regressou a Portugal e fixou-se em Guimarães, onde exerceu o magistério de Teologia. Foi capelão de D. João III e cónego da Sé de Coimbra, a partir de 1544. Enquanto lente de Escritura Grande na Universidade de Coimbra, entre 1545-48, assinou uma licença, a mando do Santo Ofício, em 1545, relativa ao livro de um colega seu, o *Commento en romance a manera de repeticion latina e scholastica de iuristas*<sup>169</sup>. Posteriormente, teve relevante carreira no seio da Universidade. Ocupou o cargo de deputado da Faculdade de Teologia em quatro períodos: 1545-46; 1547-48; 1549-50; e 1555-56. Em 1555, assumiu as funções de vice-reitor da Universidade<sup>170</sup>.

Este panorama demonstra bem como a Inquisição soube aproveitar os mais distintos professores de Teologia da Universidade para proteger as suas posições de defesa da ortodoxia católica e, ao mesmo tempo, como estes e a Universidade viram no poderoso e temido Tribunal da Fé um aliado para proteger o seu estatuto de bastiões da mesma fé católica.

Em termos quantitativos, depois dos lentes da Universidade e representando uma fatia de 13%, encontram-se os superiores de ordens religiosas, cerca de nove. Destaca-se, por exemplo, frei Pedro de Sousa. Recebeu a monaca cogula do príncipe dos patriarcas de São Bento no Convento de S. Tirso, em 1614. Obteve o grau de doutor em Teologia, pela Universidade de Coimbra. Foi geral da sua congregação, em 1641, e confessor do rei. Nesta qualidade de geral da ordem de São Bento emitiu duas licenças de impressão, uma delas referente à obra *Beneditina Lusitana*, em 1644<sup>171</sup>. Isto mostra que não se via qualquer incompatibilidade entre o ato de censurar e a pertença à mesma ordem religiosa do autor do livro que se censurava.

Também houve bispos que foram examinadores dos livros, contabilizando-se cinco que ocuparam esta posição, o que equivale a 7 % do total de censores para os quais há informação sobre as funções que desempenharam. Explicitou-se, no primeiro capítulo, que os bispos

---

<sup>169</sup> AZPILCUETA, Martín de - *Commento en romance a manera de repeticion latina e scholastica de iuristas*. Coimbra: por João da Barreira, 1545.

<sup>170</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *Memoria professorum...cit.*, p. 42.

<sup>171</sup> São Tomás, Leão de - *Beneditina Lusitana dedicada ao grande patriarca São Bento*. Coimbra: na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, 1644.

aproveitaram a invenção da imprensa “para expandir de um modo mais célere e especialmente mais abrangente as determinações do seu governo, para normalizar os ritos e as liturgias nos seus territórios, para melhorar a preparação do clero e doutrinar os fiéis e até para embelezar e enriquecer o património das catedrais”<sup>172</sup>. Pois bem, em muitos casos, na altura de se encomendar a revisão de manuscritos destinados a publicação, as instâncias censórias também recorreram à sabedoria, ao estatuto, à autoridade e até à confiança da ortodoxa crença dos bispos. Os bispos foram, sem dúvida, agentes decisivos no mundo da edição, seja enquanto promotores, seja enquanto censores de livros. Já para não falar da sua presença neste território enquanto leitores e proprietários de livrarias.

Salienta-se, como caso ilustrativo, o teólogo D. Afonso Castelo Branco, também ele proprietário de uma impressionante biblioteca. Originário de Santiago de Cacém, estudou na Universidade de Coimbra, onde frequentou os cursos de Teologia, entre 1560-1565, e de Artes, no ano de 1577. Obtido o grau em Teologia, foi nomeado cónego magistral da Sé de Coimbra, em 1570, e da Sé de Évora, em 1572, o que evidencia a sua importância no mundo eclesiástico. O seu estatuto levou a que, em 1578, ocupasse o lugar de Comissário da Bula da Cruzada. Anos mais tarde, foi nomeado bispo do Algarve (1581-1585) e de Coimbra (1585-1615)<sup>173</sup>. A nível de censura literária, no período em que exerceu as funções de bispo de Coimbra, foi responsável pela revisão de 5 livros, a mando da Inquisição, entre 1591 e 1613, de entre os quais se destaca a *Defensio fidei catholicae, et apostolicae adversus Anglicanae secae errores*, em 1613<sup>174</sup>. Enquanto foi bispo de Coimbra, foi vice-rei de Portugal, em 1603-1604, e capelão do cardeal infante D. Henrique<sup>175</sup>.

O leque de ofícios exercidos pelos censores contemplou três cónegos de catedrais, o que corresponde a 4 % do universo em apreciação. A título de exemplo, sublinhe-se o caso de Gaspar Rego da Fonseca, natural de Vila Maior. Ingressou na Universidade de Coimbra, onde frequentou o curso de cânones. A sua sapiência e erudição motivaram D. António Furtado de Mendonça, bispo da Guarda, a nomeá-lo como provisor, vigário geral e visitador das quatro dioceses que este bispo governou. O bom desempenho destas funções fez com que fosse

---

<sup>172</sup> PAIVA, José Pedro - Bispos, imprensa, livro... *cit.*, p.689.

<sup>173</sup> PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal...* *cit.*, pp. 577 e 579.

<sup>174</sup> Suárez, Francisco - *Defensio fidei catholicae, et apostolicae adversus Anglicanae secae errores, cum responsione ad apologiam pro juramento fidelitates, & praefationem monotoriam serenissimi Jacobi Angliae Regis*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1613.

<sup>175</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *Memoria professorum...* *cit.*, p.14 e PAIVA, José Pedro - A diocese de Coimbra antes e depois do Concílio de Trento: D. Jorge de Almeida e D. Afonso Castelo Branco in *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura. Ciclo de conferências 2003 Coimbra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2005, pp. 227-234. A referência à grandiosa biblioteca do prelado surge na p. 231.

promovido à mitra de Coimbra, em 1615, à primacial de Braga, em 1618, e à de Lisboa, em 1626. D. João Manuel, sucessor de D. Afonso Furtado de Mendonça, no ano de 1630, não só o conservou para os mesmos cargos, como também o elegeu seu bispo auxiliar, com o título de bispo de Targa, cargo confirmado por Urbano VIII<sup>176</sup>. A nível de censura literária, surge como censor de duas obras, uma delas foi a *De gratia increata, et creata*, em 1627, a mando do Santo Ofício, enquanto exercia as funções de cônego<sup>177</sup>. Após a morte de D. João Soares de Valadares, D. Filipe IV, nomeou-o como bispo do Porto, cargo que exerceu entre 1636 e 1639, nove anos depois emitir o último parecer censório, na diocese de Coimbra.

Representando 3% do universo em estudo, encontram-se os deputados do Santo Ofício. Estes deputados são específicos da Inquisição portuguesa, e fazem parte dos níveis superiores da hierarquia dos ministros dos tribunais. São considerados como aprendizes dos inquisidores. Em certos casos, o cargo de deputado pode servir de reforma para os inquisidores mais velhos, cuja experiência é menos exigente<sup>178</sup>. Destaca-se o cisterciense Remígio da Assunção. Entre 1612 e 1615, ocupou o cargo de reitor do Colégio de S. Bernardo. Foi duas vezes nomeado geral da Ordem de Cister, entre 1618 e 1634<sup>179</sup>. Tornou-se deputado da Inquisição de Coimbra, em 1620, ano em que emitiu um parecer favorável sobre a obra *Defensam da monarchia lusitana*, enquanto censor episcopal<sup>180</sup>. Este exemplo demonstra que, nalguns casos, o bispo de Coimbra elegeu para seu censor pessoas que também tinham vinculações à Inquisição, o que era mais um fator a robustecer o peso do Tribunal nos mecanismos de censura.

Ainda com funções na esfera da Universidade, salientam-se os deputados do Conselho da Universidade. Os dois deputados identificados, ou seja, 3 % do contingente em apreciação, foram deputados da Faculdade de Teologia. Frei Jorge Pinheiro foi deputado do Conselho da dita Faculdade. Matriculou-se em Artes, em 1586, e terá tomado o hábito dominicano em Évora, tendo professado no colégio de S. Domingos de Lisboa, em 1589. Doutorou-se em Teologia, em 1622. Foi, inicialmente, nomeado deputado da Faculdade de Teologia entre 1629-30. Após a conclusão deste primeiro mandato, foi eleito provincial da sua ordem, em 1634, função que desempenhou até 1637. Durante este período, foi nomeado deputado da Inquisição de Coimbra,

---

<sup>176</sup> PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal...* cit., p. 433 e MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, crítica...* cit., vol.II p. 368.

<sup>177</sup> PORTUGAL, João de - *De gratia increata, et creata*. Coimbra: na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, 1627.

<sup>178</sup> BETHENCOURT, Francisco – “A Inquisição”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa...* cit., vol.2, p.122.

<sup>179</sup> MONTEIRO, Pedro - *Coleção dos documentos, estatutos, e memórias da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa Ocidental: na oficina de Pascoal da Silva, 1721-1736, p. 495.

<sup>180</sup> SILVA, Bernardo da - *Defensam da monarchia lusitana*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1620.



em 1635. Entre 1637-38, foi, novamente, eleito deputado da Faculdade de Teologia, cargo que só viria a desempenhar pela última vez entre 1643-44<sup>181</sup>. Durante o primeiro período em que ocupou o cargo de deputado da Faculdade de Teologia (1629-1630), reviu o livro *Arte de orar*, em 1630, a mando do Santo Ofício<sup>182</sup>.

Entre o universo em apreciação houve dois censores que exerceram funções de superiores de conventos, o que equivale a 3% do total do universo em apreço. A título de exemplo, salienta-se frei Roque do Soveral. Natural do bispado de Lamego, professou na Ordem de Cristo, no Convento de Tomar, em janeiro de 1590. Os seus estudos contribuíram para que fosse nomeado deputado da Inquisição, em 1623. Foi, ainda, examinador das Três Ordens Militares e geral da Ordem de Cristo. Em 1640, data em que já ocupará a função de prior do Convento de Tomar, examinou e atribuiu licença de circulação à obra *Philosophia Moral*<sup>183</sup>.

A função de professor de ordens religiosas foi exercida por um censor, Baltasar Pais. Nascido em Lisboa, em 1570, o gosto pelos estudos bíblicos e patrísticos levou a que desempenhasse o cargo de lente da cadeira de Sagrada Escritura no Convento da Santíssima Trindade, em Lisboa, desde 1612 até 1618, pelo menos. Enquanto foi professor da ordem, reviu o livro *Sermão da fee. Pregou o doutor frey Manoel de Lemos*, em nome do ordinário, em 1618<sup>184</sup>. Foi pregador régio e reitor do colégio da sua ordem. Desempenhou o cargo de ministro do Convento de Santarém, em 1620<sup>185</sup>.

Frei Martinho de Ledesma foi o único censor a ocupar o cargo de vice-reitor da Universidade de Coimbra, o que ocorreu em três momentos distintos: 1562-1567; 1569-1570 e 1571<sup>186</sup>. No decorrer do primeiro mandato, foi responsável pela revisão da obra *Da arte rethorica libri tres ex Aristoteles, Cicerone & Quintiliano praecipue deprompti*, como censor inquisitorial, em 1562<sup>187</sup>.

---

<sup>181</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *Memoria professorum... cit.*, pp. 37-38.

<sup>182</sup> MONTEIRO, Diogo – *Arte de orar*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1630.

<sup>183</sup> Santo António, Aleixo de - *Philosophia Moral: tirada de alguns prouerbios ou adagios... composta pello Padre Fr. Aleixo de Sancto Antonio*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1640.

<sup>184</sup> Lemos, Manuel de - *Sermão da fee. Pregou o doutor frey Manoel de Lemos ... na primeyra publicação da sancta Inquisição, que por principio de sua visita fez ... Sebastião de Mattos Noronha*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1618.

<sup>185</sup> MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, critica...cit*, vol.I, pp. 455-456.

<sup>186</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – *Memoria professorum...cit.*, p. 29.

<sup>187</sup> SUÁREZ, Cipriano - *Da arte rethorica libri tres ex Aristoteles, Cicerone & Quintiliano praecipue deprompti*. Coimbra: João da Barreira, 1562.

Entre 1531 e 1673, contabilizou-se apenas um deputado do Conselho Geral do Santo Ofício, que além de ocupar um lugar no topo da hierarquia inquisitorial emitiu pareceres censórios. O examinador de livros que desempenhou esta função foi Pantaleão Rodrigues Pacheco, natural de Évora. Estudou Direito em Coimbra, onde foi sagrado cônego doutoral da Sé. Após a conclusão dos seus estudos, foi lente de Cânones e eleito deputado do Conselho Geral do Santo Ofício, em 1641, cargo que desempenhará até 1651<sup>188</sup>. Durante este período, concedeu dois pareceres favoráveis de circulação, um sob a obra *Relação e discurso sobre a insigne, & notável prosição em que foy levada à cidade do Porto a sagrada imagem do S. Christo de Bouças*, em 1645<sup>189</sup>.

Identificou-se um censor que ocupou o cargo de inquisidor-geral. Fernando ou Fernão Martins Mascarenhas, foi responsável pela concessão de quatro licenças, entre 1617 e 1631<sup>190</sup>. Duas dessas peças censórias foram compostas enquanto ocupou as funções de inquisidor-geral, nomeadamente *Festa propria dicecesis conimbricensis*, em 1623<sup>191</sup>, e *Jardim de Portugal: em que se da noticia de algumas sanctas, & outras molheres em virtude, as quais nascerão, ou viverão, ou estão sepultadas neste reino, & suas cõquistas*, em 1626<sup>192</sup>, o que evidencia o seu interesse em dominar a censura.

Já Manuel da Veiga exercia o cargo de inquisidor quando foi chamado a rever livros para publicação. Proveniente de Coimbra, professou na Companhia de Jesus, onde adquiriu bons conhecimento de Teologia. Foi lente na Universidade de Vilnius, Lituânia, função que ocupou durante vários anos. Na qualidade de inquisidor, reviu a obra *Imagem da Vida Christam*, em 1563<sup>193</sup>.

Um outro aspeto importante decorrente desta análise revela que, em algum momento das suas vidas, os revedores de livros ocuparam posições de muito destacado relevo.

Dos 149 censores ativos, em Coimbra, 36 desempenharam funções de grande distinção, principalmente depois de praticarem a fiscalização dos livros, o que significa que o facto de serem censores também lhes era muito favorável do ponto de vista das suas próprias carreiras.

---

<sup>188</sup> MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, critica...cit*, vol.III, p. 511

<sup>189</sup> Carvalho, Manuel Tavares de - *Relação e discurso sobre a insigne, & notável prosição em que foy levada à cidade do Porto a sagrada imagem do S. Christo de Bouças*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1645.

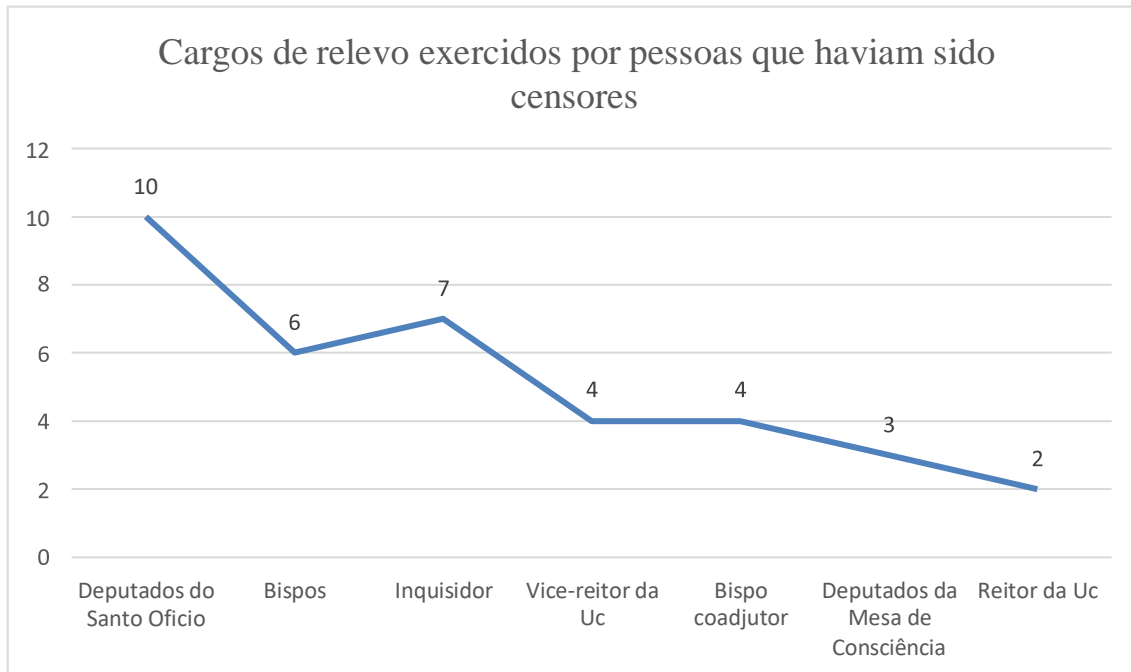
<sup>190</sup> Para a sua breve biografia, veja-se acima pp. 63-64.

<sup>191</sup> *Festa propria dicecesis conimbricensis*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1623.

<sup>192</sup> ANJOS, Luís dos - *Jardim de Portugal: em que se da noticia de algumas sanctas, & outras molheres em virtude, as quais nascerão, ou viverão, ou estão sepultadas neste reino, & suas cõquistas*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1626.

<sup>193</sup> Pinto, Heitor - *Imagem da vida Christam ordenada per dialogos como membros da sua composição*. Coimbra: por João da Barreira, 1563.

Gráfico 25



Através da leitura do gráfico nº25, verifica-se que, nos anos subsequentes à concessão de licenças, bastantes censores ascenderam tanto no campo religioso, como no seio da Universidade.

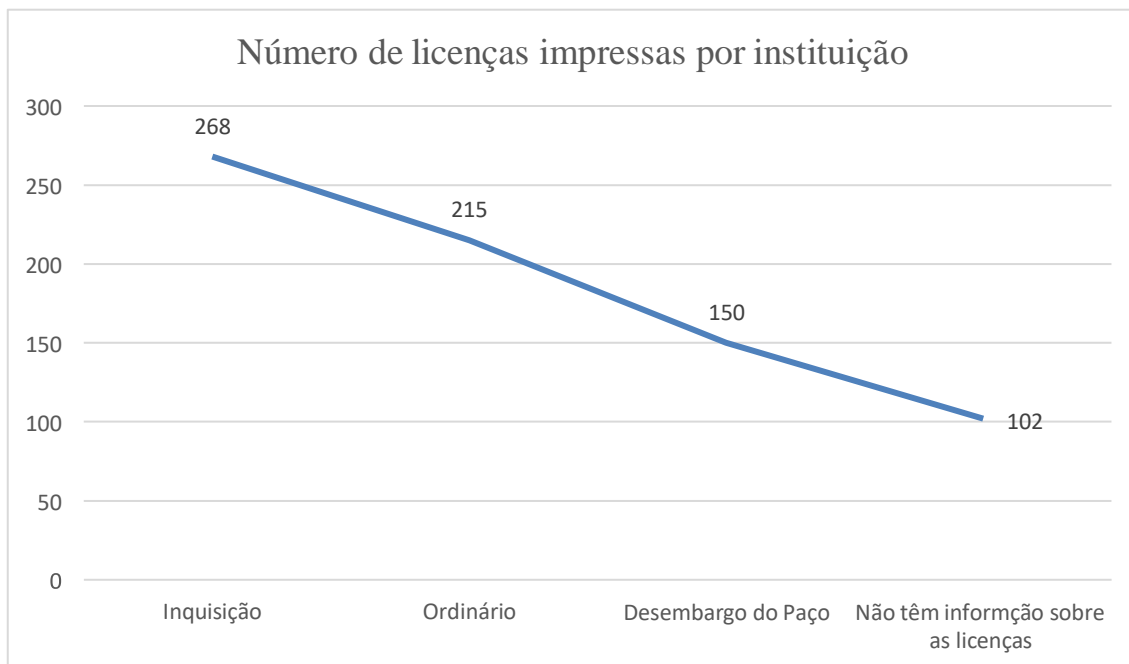
Na maior parte dos casos, era comum entre os censores desenvolverem relações com episcopado, antes de chegarem a bispos. Os bispos eram o expoente máximo da autoridade religiosa. Gaspar Rego da Fonseca, para dar apenas um exemplo, foi um revedor que ocupou este cargo de distinção.

Outro protagonista que ocupou um cargo de relevo foi frei Vicente Pereira. Contrariamente a outros casos de deputados da Inquisição que já foram apresentados, não se conhece nada de relevante que frei Vicente Pereira tenha feito antes de ter sido nomeado deputado da Inquisição em 1618, excluindo o facto de ter sido professor de Prima de Teologia na Universidade de Coimbra, em 1617<sup>194</sup>.

Os pareceres dos órgãos de censura, ou as licenças de circulação publicadas nos respetivos livros são peças fundamentais para o estudo da história da censura literária.

<sup>194</sup> MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, critica...cit*, vol.III, p. 786.

Gráfico 26

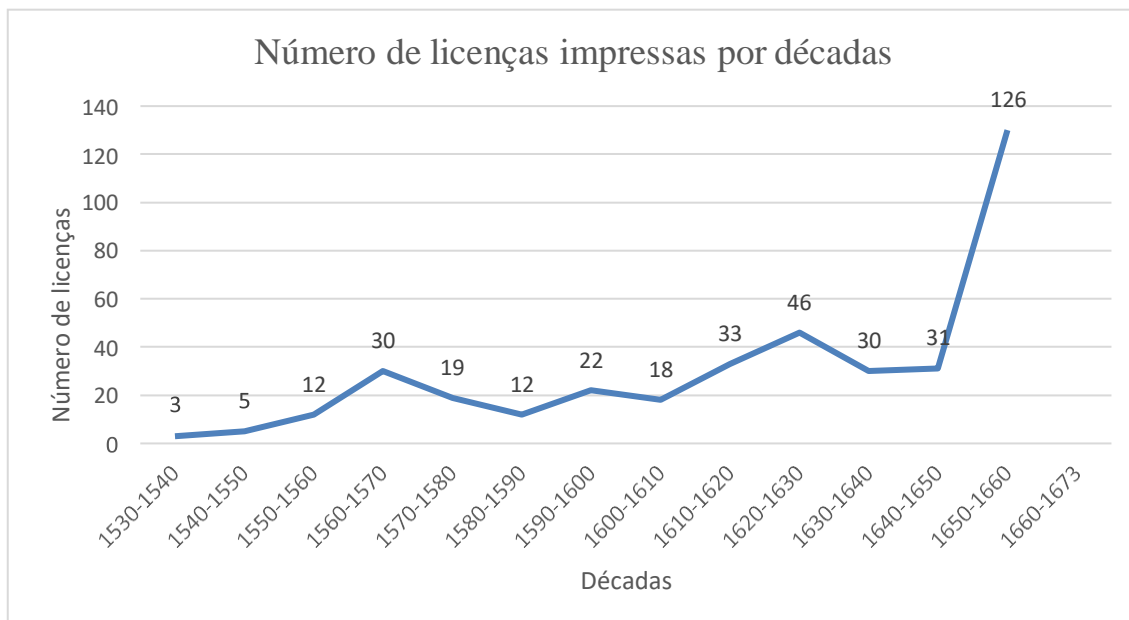


A leitura do gráfico nº 26 revela, desde logo, que foram atribuídas 633 licenças para a impressão das 396 obras em análise. Nesta contabilização, para além das licenças atribuídas autonomamente por cada uma das três instâncias, encontram-se títulos que obtiveram aprovação por parte das três instituições, neste caso 136. Significa isto, que uma única obra poderia e deveria receber licença de circulação por parte da Inquisição, do ordinário e do Desembargo do Paço, o que explica a quantidade de licenças concedidas.

Com exceção das 102 obras que não têm informação sobre as licenças, observa-se a proeminência do Tribunal do Santo Ofício, como a instância que mais licenças concedeu, cerca de 268, o que equivale a 42% do número total de licenças. Seguem-se 215 licenças da responsabilidade dos ordinários, isto é, dos bispos, o que corresponde a 34%. Por sua vez, o Desembargo do Paço foi apenas responsável pela concessão de 150 licenças, representando 24% do leque de pareceres publicados nos livros. Estes valores ilustram, desde logo, que o peso da atividade repressiva desempenhada pelo poder régio, em comparação com o poder inquisitorial e episcopal, não foi tão significativo.

O gráfico nº27, por sua vez, permite analisar a concessão de licenças de impressão de uma forma mais pormenorizada, por décadas.

Gráfico 27



Por meio da análise do gráfico nº27, verifica-se que o ritmo de concessão de licenças foi um processo que sofreu oscilações. De um modo geral, tal como seria de esperar, o número de licenças concedidas por decénios acompanhou o ritmo de edições impressas, em Coimbra.

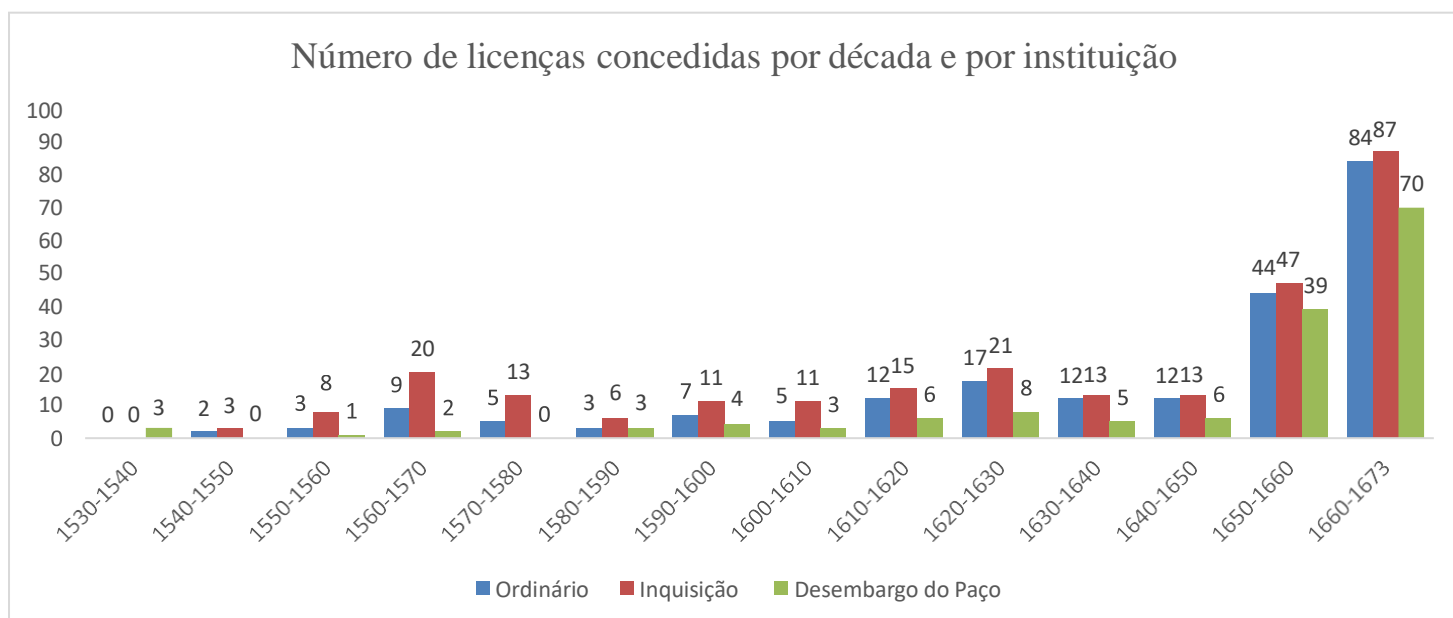
Até à segunda metade do século XVI, a atribuição de licenças não foi muito significativa. Entre 1531 e 1550, contabilizaram-se oito obras que contaram com os pareceres dos censores das três instituições repressivas. É importante lembrar que, antes de 1540, a censura literária foi pouco ativa, o que se reflete no reduzido número de licenças concedidas e de censores. Como se pode observar no gráfico nº28 no decénio de 1530-1540, as obras que saíram dos prelos foram aprovadas pelos censores régios. Durante este período, o único censor ativo em Coimbra cujo nome consegui identificar foi Duarte de Resende, cavaleiro e fidalgo da casa do monarca, que autorizou a impressão do livro *Marco Tulio Ciceron de Amicia Paradoxas e Sonho de Scipião*<sup>195</sup>.

Com o estabelecimento definitivo da Inquisição em Portugal, em 1536, começaram a surgir indícios da sua atividade censória. Entre 1540 e 1550, regista-se o aparecimento dos primeiros censores inquisitoriais e episcopais, que foram autores de cinco licenças de

<sup>195</sup> Esta referência encontra-se em GALHARDE, Germão - *Marco Tulio Ciceron de Amicia Paradoxas e Sonho de Scipião*. Coimbra: por Germão Galharde, 1531.

circulação. Alguns destes censores foram figuras de renome, como os catedráticos frei Martinho de Ledesma e Martín de Azpilcueta Navarro, que atuaram em nome do Santo Ofício, entre 1545 e 1562.

Gráfico 28



A quantidade de licenças aumentou na década de 1550-1560, para as 12, e prossegue no decénio seguinte, 1560-1570, para as 30. O incremento da quantidade de licenças do Santo Ofício neste período, especialmente na década de 1560-1570, não foi insólito. Deve-se, seguramente, à publicação dos índices de livros proibidos, nomeadamente o de 1551, no qual se encontra estipulado, entre outras resoluções, a obrigatoriedade de verificação prévia de todas as obras por parte do Santo Ofício; o de 1561, que concentrou a censura literária nas mãos do Santo Ofício, excluindo a atividade episcopal neste ramo; e o de 1564, que constitui uma reprodução do índice tridentino

Em 1562, saí dos prelos a primeira obra que recebeu duas licenças de impressão, uma por parte da Inquisição e outro do ordinário. Esta situação, que se intensificou a partir de 1568, certifica que a partir desta década, pouco depois do termo do Concílio de Trento, se intensificou a atividade censória por parte do Santo Ofício e dos bispos portugueses.

Este movimento crescente foi interrompido nos anos seguintes e assim prevalecerá até ao final do século XVI. Entre 1570-1580, assiste-se a um decréscimo para as 19 licenças. Apesar deste declínio, prevaleceu a hegemonia do Tribunal, com 13 licenças. Este panorama

pode articular-se com o surgimento do Regimento do Conselho Geral do Santo Ofício, publicado em 1570, por ordem do infante D. Henrique, no qual ficou determinado que a realização de visitas às livrarias públicas e privadas, assim como a elaboração dos róis de livros proibidos eram competências da Inquisição. Estas medidas foram reforçadas com a promulgação de uma carta, em abril de 1575, na qual o infante D. Henrique definiu a obrigatoriedade de a Inquisição visitar as oficinas tipográficas anualmente<sup>196</sup>. Em suma, há sinais de que a vigilância censória inquisitorial estava a agravar-se.

No último decénio do século XVI, 1590-1600, assiste-se a um ligeiro aumento para as 22 licenças. Constata-se, de novo, o predomínio da censura inquisitorial, responsável pela emissão de 11, em detrimento da censura episcopal e do Desembargo do Paço, com sete e quatro licenças respetivamente. A prevalência da Inquisição dependeu, por um lado, da publicação do *Catálogo dos livros que se proibem* de 1581, que alargou a esfera de atuação do Tribunal, no que toca às visitas de tipografias e livrarias<sup>197</sup>, e do índice romano de 1597, sob aprovação do Papa Clemente VIII.

Desde 1600 até 1650, não se observam alterações significativas no volume decenal de licenças de circulação. Entre 1600 e 1610, o número de licenças manteve-se estável, permanecendo nas 18. Salienta-se, sobretudo, a superioridade dos censores inquisitoriais, responsáveis pela concessão de 11 pareceres. Este número foi, em parte, um reflexo das medidas do inquisidor geral D. Pedro de Castilho, a nível da censura literária. Em janeiro e setembro de 1606, foram organizados dois regimentos, um para os revedores que deviam efetuar as inspeções, e um respetivo às visitas aos navios. Não obstante, Castilho ordenou que se realizassem visitas a todos os depósitos de livreiros, mercadores de livros e qualquer outra pessoa que os tivesse, e reforçou o número de agentes responsáveis pela realização de inspeções<sup>198</sup>.

Assinala-se um aumento considerável da emissão de licenças nas décadas de 1610-1620, para as 33 licenças, e para as 46, entre 1620-1630. Este período sucede à morte do inquisidor geral, D. Pedro de Castilho, em 1615. Como seu substituto, foi nomeado D. Fernão Martim Mascarenhas, ex-reitor da Universidade de Coimbra. Conforme já estudado, foi durante o seu

---

<sup>196</sup> MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *A censura literária em Portugal...cit.*, p.668 e BETHENCOURT, Francisco - *História das Inquisições... cit.*, p. 177.

<sup>197</sup>MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *A censura literária em Portugal...cit.*, p.668.

<sup>198</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição... cit.*, p.144 e BETHENCOURT, Francisco – “*A Inquisição*”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal... cit.*, vol.2,pp. 122-124.

mandato que a Inquisição intensificou a sua atividade repressiva. Em 1620, ordenara-se que todos os possuidores de manuscritos e impressos elaborassem róis e os enviassem para a Inquisição. Anos mais tarde, em 1624, foi publicado o mais restritivo severo índice de livros proibidos<sup>199</sup>.

Observa-se um decréscimo, que se iniciou na década de 1630-1640, com 30 licenças, e um pequeno aumento no decénio de 1640-1650, onde se registam 31 licenças. De 1650 até 1673, o número de licenças atingiu valores sem precedentes. Foram atribuídas 130 licenças de impressão, entre 1650-1660, e 212 nos anos de 1660 a 1673. O que sobressaiu nestes valores, para além do elevado número de licenças pela Inquisição e pelo ordinário, foi a atividade do Desembargo do Paço. Desde 1530 até 1650, a atuação dos censores régios foi bastante reduzida e, em certos casos, inexistente. Isto porque, apenas a Inquisição e os bispos inspecionavam as obras impressas no estrangeiro, o que significava que a maioria dos textos que circulavam em Portugal escapavam à autoridade do Desembargo. Face a este panorama, o rei, por meio das ordens régias de 1651, 1653 e 1663, ordenou que o Desembargo proibisse a circulação de certas obras estrangeiras no reino, o que impulsionou, seguramente, o crescimento do número de licenças<sup>200</sup>.

Como se demonstrou neste capítulo, a predominância do Tribunal do Santo Ofício, em questões de matéria censória, refletiu-se, também, a nível da concessão de licenças de impressão, do número de censores pertencentes à referida instituição e das funções desempenhadas pelos censores, visto que o cargo de qualificador do Santo Ofício foi um dos mais influentes nas dinâmicas aqui analisadas.

---

<sup>199</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição...* cit., pp. 148-150.

<sup>200</sup> MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan – *A censura literária em Portugal...* cit., pp. 41-42.



## Capítulo 4 – Os pareceres censórios

O derradeiro capítulo desta dissertação centra-se na análise dos pareceres censórios emitidos pelos censores encarregues de exercer a censura literária. Estes pareceres são peças fundamentais para a compreensão da história da censura intelectual, uma vez que a opinião do censor tinha um grande peso na aprovação ou reprovação de uma obra.

Infelizmente a maior parte dos pareceres são inalcançáveis a partir da pesquisa efetuada com base na análise dos livros publicados. Das 396 obras impressas, somente de 96 têm a explicitação dos motivos que levaram os censores a conceder a licença. Neste subcapítulo trabalharemos apenas com este conjunto de pareceres. Por outro lado, como se compreende, debruçar-nos-emos apenas com os pareceres que autorizavam a circulação dos livros, neste caso 167. Não tivemos acesso a pareceres que recomendavam a proibição de circulação dos livros ou que impunham severas alterações aos seus conteúdos. Ou seja, através das pesquisas efetuadas não é possível detetar o que é que verdadeiramente foi censurado e porquê.

Conforme afirma Maria Teresa Payan, o processo de concessão das licenças que autorizavam a impressão de livros podia demorar meses ou até mesmo anos. Era um processo complexo, composto por várias etapas<sup>201</sup>. Em primeiro lugar, para uma obra poder circular, o autor ou o seu representante deveria requerer às instâncias censórias uma licença de impressão. O modo como estas dinâmicas decorriam é absolutamente desconhecido para os casos da censura episcopal e do Desembargo do Paço, por falta de documentação original que consinta analisar a questão. Subsiste, todavia, alguma documentação relativa à Inquisição. No Santo Ofício, era o Conselho Geral, que após receber o requerimento, nomeava um ou mais qualificadores, responsáveis pela censura da obra. Posto isto, a carta que continha o despacho e a obra eram entregues ao qualificador, que analisava a obra e emitia o seu parecer.

O Conselho Geral, tendo por base o parecer do qualificador, determinava a autorização ou reprovação da obra. Caso fosse atribuída licença de circulação, podiam ocorrer duas situações. Por um lado, quando o livro não merecia qualquer reparo por parte do qualificador, este produzia um, parecer mais ou menos fundamentado que visava reforçar o carácter ortodoxo

da obra. Atente-se, por exemplo, no parecer do qualificador Paulo de Madureira, a respeito do manuscrito da autoria de Mateus Homem Leitão: “... *por toda a parte encontra-se a razão, e não contem nada que vá contra a fé ortodoxa ou contra a moral cristã. Por isso é uma obra muito digna de ser imprensa e de opinião.*”<sup>202</sup> De igual modo, destaca-se o parecer que o qualificador frei Luís da Purificação concedeu ao sermão de José de Oliveira, em 1673: “...*tão longe de ter cousa cõtra a Fé, que da firmesas à esperança, fervores à charidade, & tão alheo de ser contra os bons costumes.*”<sup>203</sup> Concordando com o parecer do qualificador, o Conselho Geral concedia autorização de impressão.

No entanto, nem sempre os qualificadores da Inquisição davam pareceres totalmente favoráveis ao manuscrito que lhes era dado a rever.

Em certos casos, os censores propunham que se procedesse modificações na obra original, por meio de cortes e emendas. Caso o Conselho Geral aprovasse a censura proposta, o secretário do dito Conselho transcrevia a censura para o original, cortando as partes não autorizadas e alterações de texto. Em 1598, Pedro de Mariz, solicitou uma nova licença de impressão do livro *Dialogos de varia história* com nova apresentação e emendado<sup>204</sup>. Posto isto, o livro original, com as alterações introduzidas, era entregue ao interessado. Caso este concordasse com as modificações propostas, podia imprimir-se a obra.

Uma vez atribuídas as licenças requeridas, o passo seguinte consistia na nomeação de um impressor encarregue de proceder à impressão da obra. O livro original e um exemplar impresso eram, novamente, apresentados à Inquisição. Era da responsabilidade do qualificador conferir o livro original com o impresso. Se o livro estava de acordo com o original, podia circular. A autorização de circulação da obra, tendo por base o parecer do qualificador, era objeto de despacho, denominado segunda licença. Os interessados eram informados da decisão final. A circulação da obra estava, ainda, dependente, da aprovação do Ordinário e do

---

<sup>202</sup> LEITÃO, Mateus Homem - *De ivre lvsitano: tomus primus in tres utiles tractatus divisus*. Coimbra: na oficina de Manuel Carvalho, 1645.

<sup>203</sup> OLIVEIRA, José de - *Sermam que ao recolher da procissam dos passos pregou no real colegio de N. Senhora da graça de Coimbra a segunda domingo da quaresma, anno de 1671*. Coimbra: na oficina de Rodrigo de Carvalho Coutinho, 1673, p. 5.

<sup>204</sup> MARIZ, Pedro de - *Dialogos de varia historia em que summariamente se referem muytas cousas antigvas de hespanha c todas as mais notauees que em Portugal acontecerão em suas gloriosas conquistas antes e depois de ser levantado a dignidade real, e outras muytas de outras muytas de outros reynos dignas de memoria*. Coimbra: na oficina de António Mariz, 1598, p.4.

Desembargo. Se todos concordassem, era necessário fazer imprimir as segundas licenças e incluir essa página nos exemplares já impressos<sup>205</sup>.

Os qualificadores do Santo Ofício, no desempenho das funções de censura preventiva, procuravam vestígios de heterodoxia nas obras que se pretendiam publicar e circular. Neste sentido, os qualificadores dispunham de uma série de mecanismos de adaptação de textos aos critérios censórios, como cortar, alterar, riscar e expurgar.

Os pareceres censórios emitidos pelos qualificadores do Santo Ofício eram, geralmente, aprovados pelo Conselho Geral. Este, por sua vez, perante a informação prestada pelos censores inquisitoriais, autorizava a impressão e circulação dos livros, mediante um formulário padrão que, em geral, seguia os seguintes termos: “*Obra vista, examinada e aprovada pelos senhores do Conselho Geral da Inquisição.*”<sup>206</sup> No entanto, a última palavra pertencia ao Inquisidor-Geral que, após analisar os pareceres, determinava a aprovação ou proibição da obra.

Em 1626, frei Rodrigo da Conceição, por comissão do inquisidor-geral D. Fernando Martins Mascarenhas, analisou o livro *Jardins de Portugal*, e não identificou nada contrário à religião católica. Pelo contrário, escreveu que encontrou “... antes piedade, & erudição, com que o Author mostra a muita lição que tem de antiguidades, & o desejo de servir a este Reyno de Portugal...”. A licença de circulação do Santo Ofício foi concedida pelo inquisidor-geral, após a emissão dos pareceres dos censores inquisitoriais<sup>207</sup>.

Tendo em conta os conhecimentos teológicos dos revedores, bem como a natureza das suas funções, não seriam publicadas obras que não tivessem uma índole absolutamente ortodoxa. Por provisão do Conselho Geral da Inquisição, o qualificador Paulo da Natividade, foi um dos censores responsáveis pela análise da obra *Beneditina Lusitana*. Após a sua leitura, concluiu o seguinte: “sua doutrina he muy conforme à nossa santa Fé & bons costumes, de singular engenho, grande erudição, & spirito. E certo que bem nos està mostrando o sincero zelo, & dezejo de publicar a verdade, & encaminhar os fieis livrandoos de erros...”<sup>208</sup>

<sup>205</sup> Sobre o processo da censura, ver MARTINS, Maria Teresa Payan Martins – *Livros proibidos...* cit., pp. 24-30.

<sup>206</sup> ROSÁRIO, Diogo do - *Historia das vidas e feitos heroycos, & obras insignes dos sanctos: cõ muitos sermões & praticas spirituais que seruem a muytas festas do anno*. Coimbra: por António de Maris, 1577, p. 3.

<sup>207</sup> ANJOS, Luís dos - *Jardim de Portugal: em que se da noticia de algumas sanctas, & outras molheres em virtude, as quais nascerão, ou viverão, ou estão sepultadas neste reino, & suas cõquistas*. Coimbra: em casa de Nicolau Carvalho, 1626.

<sup>208</sup> SÃO TOMÁS, Leão de – *Beneditina Lusitana dedicada à magestade do rei Nosso Senhor Dom João III*. Coimbra: na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, 1651.

Estes exemplos denotam que, para além da preocupação em apurar se um texto não tinha doutrina contrária à da Igreja, os qualificadores também se pronunciavam sobre a erudição dos autores a respeito do conhecimento das culturas clássicas greco-romanas, e da sua erudição bíblica e patrística. Outra vertente dos pareceres era o serviço que os autores prestariam a Portugal ao zelarem pela pureza da fé católica, que era a confissão religiosa do rei.

Demonstrou-se, ao longo desta dissertação, que o Desembargo do Paço desempenhou um papel menos ativo na fiscalização do livro impresso, embora o alvará de D. Sebastião, datado de 1576, tenha definido a “obrigatoriedade de submeter ao exame prévio e aprovação do Desembargo do Paço qualquer livro que se desejasse publicar.”<sup>209</sup>

Contudo, a análise material dos livros publicados, entre 1576 e 1673, permite observar que a prática não respeitou as resoluções do alvará, uma vez que o Desembargo foi apenas responsável pela promulgação de 150 licenças. A esmagadora maioria dos livros, em Coimbra, foram estampados apenas com as autorizações do Ordinário e da Inquisição.

Quer isto dizer que, a generalidade das obras publicadas com autorização régia, não contém testemunhos detalhados sobre a censura, apenas a menção da concessão de licença por parte do Desembargo do Paço. Em 1601, saiu dos prelos o *Tractado repartido en cinco partes principales*, aprovado pelo poder real e inquisitorial. Jerónimo Pereira e Damião de Aguiar, censores régios, autorizaram a impressão deste livro, mas não emitiram qualquer parecer sobre a obra<sup>210</sup>. O mesmo sucedeu com a obra *O primeiro cerco que os turcos puserão há fortaleza de diu nas partes da india defendida pollos portugueses*, publicada em 1589, sem as apreciações de Jerónimo Pereira e Damião de Aguiar, censores régios responsáveis pela revisão da obra<sup>211</sup>.

Todavia, apesar de ser mais frequente, esta situação não foi exclusiva dos censores régios. A falta de pareceres censórios, relativos aos livros que se pretendiam publicar, observa-se em inúmeras obras, aprovadas tanto pelo Santo Ofício, como pelo Ordinário. Por exemplo, o livro *Do estyllo e officiaes da ivstiça do bispado do Porto*, impresso em 1585, obteve licença do bispo e da Inquisição. No entanto, não são conhecidos os pareceres dos censores que reviram

---

<sup>209</sup> MARTINS, Maria Teresa Payan Martins – *Livros proibidos...* cit., p. 333.

<sup>210</sup> NUNES, Ambrosio - *Tractado repartido en cinco partes principales, que declaren el mal que significa este nombre peste con todas sus causas, y señales prognosticas, y indicativas del mal, con la preservacion, y cura que en geral, y en particular se deve hazer*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1601.

<sup>211</sup> ANDRADE, Francisco de - *O primeiro cerco que os turcos puserão há fortaleza de diu nas partes da india defendida pollos portugueses*. Coimbra: por António Mariz, 1589, p. 6.

citado o livro<sup>212</sup>. Era, portanto, habitual a aprovação de obras, por parte da Inquisição, do Ordinário e do Desembargo, sem a explicitação dos fundamentos da sua aprovação. Além das 102 obras que não contêm informações sobre as licenças de circulação e, por conseguinte, não foram contabilizadas nesta análise, cerca de 174 livros não apresentam o conteúdo dos respetivos pareceres censórios, apenas explicitam que foram revistas através de uma fórmula de conteúdo genérico.

Pese a escassez de pareceres censórios cujos fundamentos são estampados juntamente com a emissão da licença de circulação do livro, e o reduzido número de licenças emitidas, a participação do Desembargo do Paço evidenciou-se, ainda, pela atribuição de privilégios reais a determinados autores, editores e obras literárias. Entre os muitos exemplos desses privilégios, quase todos bastante idênticos, conta-se o concedido ao livro *Diversorum juris argumentorum liber primus*, publicado em 1594, com as licenças da Inquisição e do Ordinário:

“... por tempo de dez annos Imprimidor, nem livreiro algum, nem outra pessoa de qualquer qualidade que seja não possa vender nem imprimir em todos meus Reinos & senhorios de Portugal nem trazer de fora deles (...) & qualquer imprimidor, livreiro, ou pessoa que durante o dito tempo imprimir ou vender o dito livro nos ditos meus Reinos & senhorios, ou trazer de fora delles sem licença do dito Gonçallo Mendez perderá pera elle todos os volumes que assi imprimir, vender, ou de fora trazer, & alem disso encorrerá em pena de cinquenta cruzados a metade pera a minha camara, & a outra metade para quem o acusar...<sup>213</sup>”

---

<sup>212</sup> MENDES, Geraldo - *Do estylo e officiaes da ivstiça do bispado do Porto*. Coimbra: impresso por António de Mariz, 1585.

<sup>213</sup> CABEDO, Gonçalo Mendes de Vasconcelos e - *Diversorum juris argumentorum liber primus*. Coimbra: por António Barreira, 1594, p.5.

## Conclusão

O caminho percorrido ao longo destas páginas consente que de tudo se retirem algumas conclusões. Uma das constatações que este estudo consentiu alcançar é a confirmação de que vigorou, em Portugal, durante mais de dois séculos, um sistema de censura tríplice, constituído pelo ordinário, pela Inquisição e pelo Desembargo do Paço, com o objetivo de combater a propagação de obras heréticas ou que questionassem a autoridade do papa, das autoridades da Igreja ou do rei. Estas instâncias, particularmente o ordinário e a Inquisição, utilizaram a censura literária como forma de afirmação da sua autoridade e de repressão das ideias heterodoxas.

O estabelecimento definitivo da Inquisição em Portugal, em 1536, alterou o campo da censura literária, trazendo-lhe uma nova instituição e um novo grupo de agentes, os inquisidores. As prerrogativas que lhe foram atribuídas, progressivamente reforçadas ao longo do tempo, sobretudo em termos práticos, em função da concessão de licenças, da elaboração de índices de livros proibidos, da vigilância de locais de circulação de livros e das resoluções do Concílio de Trento, foram transformando o Santo Ofício numa instituição com um papel dominante no âmbito da censura literária.

Esta configuração começou a ser estruturada momentos após o reconhecimento da Inquisição como um dos órgãos de censura, sobretudo devido aos esforços do inquisidor-mor, D. Henrique. O cardeal começou a desenvolver estratégias que contribuíram para que esta instituição se tornasse num dos pilares da disciplina religiosa e social no reino.

Desenvolveu-se, portanto, no domínio religioso, um panorama em que existiam duas instâncias muito poderosas e com prerrogativas comuns, apesar de, antes do estabelecimento da Inquisição, a emissão de licenças para a publicação de livros ter estado confiada exclusivamente aos bispos das dioceses. Como resultado da introdução da Inquisição no campo da censura literária, os bispos, em geral, não só cooperaram ativamente com os inquisidores na censura prévia e na vigilância da circulação do livro proibido, como também interferiram no modo de atuação inquisitorial. De um modo geral, assistiu-se, portanto, à criação de um quadro de conformidade entre bispos e inquisidores. Todavia, a elaboração de índices de livros defesos, em conformidade com as deliberações do Concílio de Trento, tendeu a ampliar os poderes dos inquisidores, em detrimento dos bispos, que assistiram, sem grandes resistências conhecidas, à redução das suas funções.

Foi com a Universidade a Coimbra, em 1537, que a tipografia conimbricense conheceu novos avanços. A Universidade teve a percepção da importância de criar um sistema capaz de responder às necessidades de produção tipográfica. Desde a instalação da tipografia na cidade, que a Universidade procurou não só promover a difusão das obras produzidas pelos seus lentes, como também salvaguardar a independência dos seus impressores. Fê-lo, essencialmente, através da disponibilização de meios técnicos de produção e da concessão de privilégios aos impressores, garantindo-lhes proteção e exclusividade.

Não restem dúvidas de que o papel da Universidade de Coimbra foi imprescindível e fundamental para o desenvolvimento da tipografia em Coimbra. Porém, não foi único. Como se procurou demonstrar, o desenvolvimento da imprensa na cidade dependeu, também, da ação dos bispos, que a utilizaram para propagar a sua doutrina. Durante o século XVI e até às primeiras décadas da centúria seguinte, saíram dos prelos textos da autoria dos bispos ou por eles promovidos. A generalidade destes prelados produziu apenas um título, com exceção de D. Afonso de Castelo Branco, responsável pela impressão de dois. Identificou-se, também, um reduzido número de obras dedicadas aos bispos e a outros clérigos, o que demonstra a afirmação do poder episcopal neste campo. De igual modo, a impressão de livros sobre o governo das dioceses, como as constituições sinodais, ilustra o protagonismo e a influência de certos bispos. Registe-se ainda, pese a raridade do fenómeno, os bispos que chegaram a ter impressor próprio.

O progresso da tipografia, ao longo dos séculos, revela-se, também, no que respeita ao volume e ritmos de edição. No decurso desta investigação, verificou-se que a evolução cronológica dos livros impressos, entre 1531 e 1673, não foi homogênea. Apesar de a tipografia já existir na cidade, só a partir da segunda metade do século XVI é que se assistiu ao aumento da produção, o que se deveu, sem dúvida ao crescimento do número dos impressores estabelecidos na cidade, e à procura de livros que a Universidade demandava.

A elaboração deste estudo permitiu, ainda, concluir que os livros foram impressos por um leque de autores diversificado. Em termos quantitativos, observámos que a generalidade dos autores compôs apenas uma obra cada, com exceção de um pequeno conjunto que foi responsável pela edição de três ou mais obras. Uma análise ao perfil dos autores revelou que, aqueles cuja atividade foi mais intensa e dinamizadora, exerceram funções docentes na Universidade de Coimbra. Quanto à nacionalidade, salienta-se a predominância dos autores portugueses, responsáveis pela produção da esmagadora maioria das obras publicadas.

As obras publicadas em Coimbra abordaram uma multiplicidade de temáticas, desde a teologia até à história, passando pela astrologia e poesia. Como seria de esperar, sobressaem em termos quantitativos as obras sobre assuntos de índole religiosa. As temáticas mais privilegiadas e com maior número de publicações foram a oratória sacra e a teologia, através das quais se transmitia a doutrina e os valores da Igreja.

Na verdade, em princípio, nenhum livro podia ser dado à estampa sem a prévia inspeção dos censores, também designados qualificadores ou revedores, e que atuaram a mando da Inquisição, do bispo da diocese e do Desembargo do Paço. Aos censores ficou reservado, primordialmente, o exame prévio das obras que se pretendiam publicar. No arco cronológico desta investigação, contabilizaram-se 149 censores ativos, sendo que a esmagadora maioria apresenta vinculações com a Inquisição. Como se demonstrou, particularmente no século XVI, mas ainda na centúria seguinte, o número de censores aumentou gradualmente, apesar das pequenas diferenças de ritmo expressas nas diferentes décadas. Estas tendências, sobretudo o aumento inicial do número de censores, a partir do decénio de 1550, até ao valor máximo verificado, entre 1650-1660, devem ser entendidas em função da intensificação da repressão exercida pela Inquisição, e da atitude mais rígida dos seus agentes, visto que os censores com maior número de licenças atribuídas atuaram, maioritariamente, a mando do Santo Ofício.

No decurso deste estudo, procurámos também verificar quem foram os censores e revedores de livros. Entre as funções que eles desempenhavam na altura em que reviram os livros, a de qualificador do Santo Ofício destaca-se, seguido da função de lente da Universidade de Coimbra. Como vimos, tanto os qualificadores como os docentes da Universidade foram figuras cruciais para averiguar a existência ou não de heresias nos textos impressos. A esmagadora maioria destes revedores eram graduados em Teologia. Por sua vez, a generalidade dos lentes da Universidade envolvidos nestas dinâmicas censórias pertenciam à Faculdade de Teologia, visto que os teólogos estariam mais aptos para analisar a ortodoxia religiosa de um texto.

Concomitantemente, o poder e a influência do Tribunal do Santo Ofício reflete-se, também, no número de licenças concedidas pela instituição, cerca de 268, em detrimento das 215 e 150 licenças atribuídas pelo ordinário e pelo Desembargo do Paço, respetivamente. Na prática, a Inquisição conseguiu alcançar desígnios e prerrogativas que a transformaram no maior órgão de repressão literária.



Uma outra constatação importante decorrente desta investigação diz respeito aos pareceres emitidos pelos censores. Como se demonstrou, os pareceres censórios assumiram-se como peças fundamentais para a história do livro impresso, uma vez que o seu conteúdo foi determinante para a aprovação ou reprovação das obras que se pretendiam publicar. O processo era complexo, quer pelo duração do exame prévio de uma obra, quer pelas regras de aprovação a que estava sujeita.

Este foi o procedimento adotado e seguido pelas três instâncias de censura literária. No entanto, é preciso reconhecer que são notórias as discrepâncias existentes, sobretudo no que toca à quantidade de pareceres emitidos em nome de cada um dos órgãos. Como observamos, a supremacia inquisitorial manifestou-se, também, na concessão de pareceres censórios, visto que a esmagadora maioria das obras foram impressas com pareceres inquisitoriais. Pese embora ter havido um exíguo número de obras que foram publicadas sem a estampa de pareceres censórios, neste caso, 174. O que demonstra que, embora a atribuição de pareceres censórios tenha sido uma das etapas do processo de licenciamento e um fator decisivo, no momento de aprovar ou reprovar uma obra, na prática, nem sempre foi uma condição respeitada. Dada a abundância destes casos, podemos concluir que o sistema de censura literária tinha as suas fragilidades. Caso contrário, porque razão houve tanta obra publicada sem qualquer tipo de referência à censura? Querirá isto dizer que, determinadas obras contornaram o processo de licenciamento? Se sim, estará esta situação relacionada com o seu conteúdo, ou até mesmo com o seu autor?

Com estes estudos, obtivemos uma visão geral da aplicação do modelo institucional de censura intelectual portuguesa na diocese de Coimbra, entre os séculos XVI e XVII. Esperemos que, esta incursão num tema tão vasto e complexo, seja uma referência e um ponto de partida para futuras linhas de investigação sobre o livro impresso, tanto a nível regional como nacional, com maior grau de pormenorização. Apesar de produzir, no nosso ver, um avanço no conhecimento da história da cultura em Portugal, não se trata, de todo, de um projeto encerrado.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes impressas

*Bvlla confirmaionis et novae concessionis priulegiorum omnium mendicatum.* Coimbra: por João de Barreira, 1568.

*Bulla da Cea do nosso sanctissimo Padre Papa Clemente VIII.* Coimbra: por António de Mariz, 1597.

*Bulla de Pio V.* Coimbra: em casa de João de Barreira, 1568.

*Bulla do sanctissimo nosso senhor ho Senhor Pio por a divina prouidentia Papa V da extensam de todos os priulegios às ordens dos medicantes.* Coimbra: por João de Barreira, 1568.

*Calendarium perpetuum triginta sex tabulis comprehensum; breuiardo romano ex decreto sacrosancti concilij tridentini restituto ac pij v pont.* Coimbra: por António de Mariz, 1581.

*Canones trium congregationum generalium Societatis Iesu auctoritate tertiae Congregationis confecti.* Coimbra: no colégio da Companhia, 1574.

*Constitutiones monachorum nigrorum ordinis S.P Benedicti Regnorum Portugallie.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1626.

*Constituições synodaes do bispado de Coimbra,* 1548.

*Constitutionum extravagantium.* Coimbra: por António de Mariz, 1576.

*Constituições sinodais do bispado de Coimbra.* Coimbra: por António de Mariz, 1591.

*Constituições synodaes do Bispado de Leiria.* Coimbra: por Manuel de Araujo, 1601.

*Constituições sinodais do bispado de Lamego.* Coimbra: por João Barreira, 1563.

*Constituyções synodaes do bispado de Viseu.* Coimbra: por João Álvares, 1556.

*Constituições sinodais do Bispado de Viseu, feitas e ordenadas em sínodo pelo... Senhor Dom João Manoel Bispo de Viseu, e do concelho de sua majestade.* Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1617.

*Constituições sinodais do Bispado de Viseu, feitas e ordenadas em sínodo pelo... Senhor Dom João Manoel Bispo de Viseu, e do concelho de sua majestade.* Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1617.

*Commentarium in sacrosanctum Domini Nostri Iesu Christi Evangelium secundum Matthaeum.* Coimbra: por João de Barreira, 1562.

*Commentarium in sacrosanctum Evangelium beati Marci.* Coimbra: por João Barreira, 1566.

*Commentari Collegii Conimbricenses Societatis Iesu, in duos libros De Generatione & corruptione, Aristotelis Stagiritae.* Coimbra: por António de Mariz, 1597.

*Commentari Collegii Conimbricenses Societatis Iesu, in tres libros De Anima, Aristotelis Stagiritae.* Coimbra: por António de Mariz, 1598.

*Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu In universam Dialecticam Aristotelis Stagiritae.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1606.

*Documentos da Universidade de Coimbra.* Coimbra (1672-1814), 1672.

*Estatutos da Universidade de Coimbra: confirmados por el rey Don Phelippe primeiro deste nome, nosso senhor em o anno de 1591.* Coimbra: por António de Barreira, 1593.

*Extravagantes regulae cancellarie.* Coimbra: por João de Barreira, 1568.

*Festa propria dicecesis conimbricensis.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1623.

*Horas de Nossa Senhora: em linguagem portugues, cõ tres officios ao lõgo.* Coimbra: por João Álvares, 1565.

*Liber Hymnorum vel psalmorum David.* Coimbra: por António de Mariz, 1574.

*Livro das Constituições e Costumes que se guardã em o moesteyro de sancta cruz.* Coimbra: pelo Mosteiro de Santa Cruz, 1532.

*Liuro das constituyções & costumes que se guardem em o moesteyro de sancta cruz de Coimbra, dos canonicos regrantes da ordem do nosso padre Sancto Augustinho.* Coimbra: pelo Mosteiro de Santa Cruz, 1536.

*Livro das Constitvcoens e costumes q se guardã em os moesteyros da cõgregacam de sancta cruz.* Coimbra: pelo Mosteiro de Santa Cruz, 1544.

- *Livro das constituições e Costumes que se guardã em os moesteyros da c(o)ngregaçã de Sancta Cruz de Coimbra, dos canonicos regulares da ordem do nosso Padre Sancto Augustinho.* Coimbra: pelo Mosteiro de Santa Cruz, 1548.

*Liuro das constituyções & costumes que se guardem em o moesteyro da cõgregaçam de sancta cruz de Coimbra, dos canonicos regrantes da ordem do nosso padre Sancto Augustinho.* Coimbra: pelo Mosteiro de Santa Cruz, 1558.

*Os inquisidores apostolicos contra a heretica pravidade, & apostacia, em esta cidade, & bispado de Coimbra, & seu districto, & c... determinarão, que as coroas, cruces e contas, que dizem nosso senhor haver benzido no ceo, & a virgem nossa senhora á instancia de soror Joana indulgencias. livros, orações, & mais cousas erão de nenhuma authoridade, nem lhe podia, nem devia dar fé, nem credito algum.* Coimbra: s.n., 1618.

*Synodo diocesano da Igreja e do Bispado de Angamale dos antigos christãos de Sam Thome das serras do Maluar das partes da india Oriental ... celebrado pello... senhor Dom Frey Aleixo Menezes Arcebispo metropolitano de Goa.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1606.

*Tractatus de causis.* Coimbra, 1601.

*Tractado de la miseria de los cortesanos que escriuio el papa pio ante que fuesse summo põtifice, a vn cauallero amigo suyo.* Coimbra: por João de Barreira, 1563.

ABREU, António de - *Sermam que pregou o P. Fr. Antonio de avreu... no convento de S. Domingos de Lisboa, em 15 de setembro na festa da miraculosa imagem de S. Domingos trazida do ceo, e dada pelas mãos de sempre Virgem Maria ao religiosos do convento de Soriano*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1672.

ABREU, Pedro Henriques de - *Vida, e martyrio da gloriosa Santa quiteria, e de suas oyo irmãs todas nascidas de um parto, portuguezas, & protomartyres de Hespanha: com hum discurso sobre a antiga cidade cinania*. Coimbra: por Manuel Carvalho, 1651.

AFONSO, Diogo - *Historia da vida e martyrio do glorioso sancto thomas arcebispo, senhor de cantuaria, primas de Inglaterra, legado perpetuo da sancta see apostolica*. Coimbra: por João Álvares, 1584.

ALMEIDA, Cristóvão de - *Sermão do Smo. Sacramento, em aççam de graças, na dedicação do templo, que lhe edificou a rainha N.S. lugar em que a magestade de el rey N.S. D. João o quarto que está em Gloria, foi livre milagrozamente da morte, q lhe intentava dar a sacrilegia treição dos castelhanos, indo acompanhando a christo sacrametado na procissão de corpus o anno de 1647*. Coimbra: por José Ferreira, 1672.

ALMEIDA, Cristóvão de - *Sermam dos passos de Christo n. redemptor, que comprehende a iornada, que fez desde a caza de pilatos ate ao monte calvario*. Coimbra: por Rodrigo de Carvalho Coutinho, 1673.

ALMEIDA, Cristóvão de - *Oração funebre nas exequias que mandou fazer na santa casa da misericordia desta cidade de Lisboa... D. Affonso IV... aos soldados portuguezes que morrerão gloriosamente em defensão da patria, no sitio de villa-viçosa, e na batalha de Montes Claros, este anno de 1665*. Coimbra: por Rodrigo de Carvalho Coutinho, 1673.

ALMEIDA, Cristóvão de - *Sermam do gloriozo Sam Joseph, espozado da virgem sanctissima*. Coimbra: na impressão da viúva de Manuel Carvalho, 1673.

ÁLVARES, João - *Copia de vnas cartas de alguns padres y hermanos dela companiã de Iesus que escriuieron dela India, Iapon y Brasil a los padres y hermanos dela misma companiã en Portugal*. Coimbra: por João Álvares, 1555.

ÁLVARES, Manuel - *De institutione grammatica libri tres*. Coimbra: por António de Mariz, 1594.

ANDRADE, Francisco de - *O primeiro cerco que os turcos puserão há fortaleza de diu nas partes da india defendida pollos portugueses/ por Francisco Dandrada*. Coimbra: por João de Barreira, 1589.

ANDRADE, Paulo Gonçalves de - *Varias poesias*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1658.

ANJOS, Luís dos - *De vita, ed laudibus Sancti Patri Nostri Aurelli Augustini*. Coimbra: na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, 1612.

ANJOS, Luís dos - *Sermão em lovvor de nosso padre sancto agostinho*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1618.

ANJOS, Luís dos - *Jardim de Portugal: em que se da noticia de algumas sanctas, & outras molheres em virtude, as quais nascerão, ou viverão, ou estão sepultadas neste reino, & suas cõquistas.* Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1626.

ANJOS, Manuel dos - *Historia Universal, em que se descrevem os imperios, monarchias, reynos & provincias do mundo, com muitas cousas notaveis.* Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1651.

ANJOS, Manuel dos - *Historia universal, em que se descrevem os imperios, monarchias, reynos & provincias do mundo, com muitas cousas notaveis que ha nelle.* Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1652.

ANJOS, Gaspar dos - *Sermam do D. da Igreja de S. Hyeronimo, que preogu no real colegio dos religiosos da mesma ordem em a Universidade de Coimbra.* Coimbra: por Tomé de Carvalho, 1672.

ANJOS, Gaspar dos - *Sermam na canonizaçam, do gloriozo S. Francisco de Boria.* Coimbra: por Tomé de Carvalho, 1672.

APOLINAR, Francisco - *Manuel moral: en el qual brevissimamente se dá noticia de los principales casos morales que há menester saber el que professora el confessorario.* Coimbra: por Manuel Dias, 1668.

APRESENTAÇÃO, Egídio da - *Cursus theologicus.* Coimbra, 1583.

APRESENTAÇÃO, Egídio da - *Postilas de teologia.* Coimbra, 1575-1600.

APRESENTAÇÃO, Egídio da - *Disputationes de animae, et corporis beatitudine.* Coimbra: na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, 1615.

APRESENTAÇÃO, Egídio da - *Da Immaculata Beatae Virginis Conceptione ab omni originali peccato immuni libri quator.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1617.

ARCANJOS, António dos - *Sermam da immaculada conceiçam de nossa senhora na cappela real... em oito de dezembro de 664.* Coimbra: na oficina de Tomé de Carvalho, 1672.

ARCANJOS, António dos - *Sermão na profissam da Madre Soror Brites da Madre de Deos.* Coimbra: na oficina de Tomé de Carvalho, 1672.

ARCANJOS, António dos - *Sermam de Sancta Clara em o seu convento de Lisboa.* Coimbra: na oficina de Rodrigo Carvalho Coutinho, 1672.

ARRAIS, Amador - *Dialogos/ de Dom Frei Amador Arraiz, Bispo de Portalegre.* Coimbra: por António de Mariz, 1589.

ARRAIS, Amador - *Dialogos/ de Dom Frei Amador Arraiz.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1604.

ASCENSÃO, Luís da - *Sermão na profissão de uma religiosa de S. Bento.* Coimbra: na oficina de José Ferreira, 1672.

ASCENSÃO, Luís da - *Sermão na sesta feyra de Lazardo em a sancta casa da misericordia de Coimbra:* na oficina de José Ferreira, 1672.

ASCENSÃO, Luís da - *Sermão do mandato/ que pregov o P. M. Dom Lvis da Ascensam conego regular em santa cruz de Coimbra & pregador de sua alteza*. Coimbra: na oficina de José Ferreira, 1673.

ASCENSÃO, Luís da – *Sermão do mandato*. Coimbra: na oficina de José Ferreira, 1673.

ASCENSÃO, Manuel da - *Ceremonial da congrração dos monges negros da ordem do patriarcha S. Bento do reyno de Portugal: Novamente reformado, e apurado por mandado de capitulo pleno, sendo reverendissimo geral da dita congrração o Doctor Frey Antonio Carneyro lente jubilado em a sagrada theologia*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1647.

AZPILCUETA, Martín de - *Addiciõ dela repeticion del cap*. Coimbra: por João de Barreira, 1551.

AZPILCUETA, Martín de - *Commento en romance a manera de repeticion latina e scholastica de iuristas sobre el capitulo Quando de co(n)secratione dist.prima*. Coimbra: por João de Barreira, 1545.

AZPILCUETA, Martín de - *Cõmeto o repeticion del capítulo quando de consecratione distin. i./ cõpuesto y de nueuo reuisto y emendado por el doctor Martín de Azpilcueta Nauarro... en el qual de raiz se trata de la oracion, horas canonicas y otros*. Coimbra: por João de Barreira e João Álvares, 1550.

AZPILCUETA, Martín de - *Comentário resolutorio de onzenas sobre o capitulo primeiro da questão III da XIII causa*. Coimbra: por João de Barreira, 1560.

AZPILCUETA, Martín de - *Libro dela oraciõ, horas canonicas y otros officios diuinos*. Coimbra: por João de Barreira, 1561.

AZPILCUETA, Martín de - *Tractado de las rentas de los beneficios eclesiásticos para saber en que se han de gastar y a quien se han de dar y deixar, fundado en el cap. Final XVJ*. Coimbra: por João de Barreira, 1567.

BACELAR, Antonio - *Defensiva evangelica de la cognacion , y parentesco de nuestro glorioso apostol , y único patron de España Santiago el mayor com Christo redentor nuestro en quanto hombre*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1631.

BAÍA, Jerónimo - *Sermão da gloriosa Virgem e Martyrs*. Coimbra: na oficina de Tomé de Carvalho, 1661.

BAÍA, Jerónimo - *Sermão da gloriosa Virgem e Martyrs*. Coimbra: na oficina da viúva de Manuel Carvalho, 1671.

BANDEIRA, António - *Sermão qve o Padre Antonio Bandeira da Companhia de iesvs pregov na see desta cidade de Coimbra, na celebridad, com que ella solemnisou o nascimento do... Infante Dom Affonso em 7 de setembro de 1643*. Coimbra: por Lourenço Craesbeeck, 1643.

BARBOSA, Aires - *Arri Barvosae... Antimoria eiusdem nonnulla epigrammata*. Coimbra, 1536.

BARBOSA, Manuel - *Sermam das lagrimas do apostolo Sam Pedro*. Coimbra: por Manuel Dias, 1670.

BARBOSA, Simão Vaz - *Axiomata, et loca communia juris*. Coimbra: por Tomé de Carvalho, 1651.

BARREIRA, João de - *Doutrina christã que se diz em ho collegio da companhia de iesu nesta cidade de Coymbra*. Coimbra: por João de Barreira, 1558.

BARREIRA, João de - *Copia de vnas cartas embiadas del Brasil por el padre Nobrega dela companhia de Jesus: y otros padres que estan debaxo de su obdiencia: al padre maestre simon preposito de la dicha compañía en Portugal: y los padres y hermanos de Jesus de Coimbra*. Coimbra: por João de Barreira e João Álvares, 1552.

BARREIRA, João de - *Copia de algunas cartas que los padres y hermanos de la compañía de iesus que andan en la india y otras partes orientales escriuieron a los de la misma compañía de Portugal desde el año de MDLVII hast el de LXJ*. Coimbra: por João de Barreira, 1562.

BARREIRA, João de - *Copia de las cartas que los padres y hermanos de la compañía de iesus que andan en el iapon escriuieron a los de la misma compañía de la india y europa desde el año de MDXLVIII que começaram, hasta el passado de LXIIJ*. Coimbra: por João de Barreira e João Álvares, 1565.

BARREIRA, João de - *Preparaçam spiritual de catholicos aa sanctissima comunhã do corpo & sãgue do nosso senhor iesu christo/côposto por hum religioso da ordem de sam frãcisco da pronuncia da piedade*. Coimbra: por João de Barreira e João Álvares, 1549.

BARREIRA, João de - *Siguese vn tractado muy prouechoso llamado manual de las cosas essenciales a que son obligados los frayles menores por su regla*. Coimbra: por João de Barreira, 1571.

BARREIROS, Gaspar - *Censuras de Gaspar Barreiros sobre quatro liuros intitulos em M. Portio Catam de Originibus, em Bereso Chaldaeo, em Manethon Aegyptio & em Q. Fabio Pictor Romano*. Coimbra: por João Álvares, 1561.

BARREIROS, Gaspar - *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiro ó anno de MDXXXVJ começãdo na cidade de Badajoz em Castella te à de Milam em Italia*. Coimbra: por João Álvares, 1561.

BARREIROS, Gaspar - *Commentarius de Ophira regione*. Coimbra: por João Álvares, 1561.

BARRETO, Tomás - *Sermão funebre nas exequias que fes o... senado da villa de Viana na Igreja collegiada de sãta Maria e 7 de junho de 1653 ao... principe theodosio*. Coimbra: na oficina de Tomé de Carvalho, 1653.

BARRETO, Tomás - *Sermão do glorioso S. Damaso papa natural e padroeiro da muy noble villa de guimarães na festa, que a camara da mesma villa lhe fez por ordem de sua magestade... no anno de M.DCXXXVIII*. Coimbra: na oficina de Manuel Carvalho, 1651.

BOÉCIO - *De Diuisionibus et diffinitionibus/ anitius manilius boethius*. Coimbra : por Conégos Regrantes de Santa Cruz, 1534.

CABEDO, Gonçalo Mendes de Vasconcelos e - *Diversorum juris argumentorum liber primus*. Coimbra: por António de Barreira, 1594.

CARDEIRA, Luís de – *Sermam da soledade da senhora em que tambem se fas mençam do enterro de Christo*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1669.

CARDEIRA, Luís de - *Sermam que prègou na dominica in albis no collegio de evora da Companhia de Iesus*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1669.

CARDOSO, Jerónimo - *Dictionarium latino lusitanicum & vice versa lusitanico latinum*. Coimbra: por João de Barreira, 1570.

CAMINHO, Gregório Martins - *Tractado da forma dos libellos*. Coimbra: por António de Mariz, 1558.

CAMINHO, Gregório Martins - *Tractado da forma dos libellos e da forma das allegações iudiciaes e forma de proceder no iuzo secular e ecclesiastico e da forma dos contractos com suas glosas e cotas de dereito*. Coimbra: por João de Barreira, 1578.

CAMINHO, Gregório Martins - *Tractado da forma dos libellos e das allegações iudiciaes e forma de proceder no iuzo secular & ecclesiastico e da forma dos contratos cõ suas glosas & cotas de dereyto*. Coimbra: por António de Barreira, 1592.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de - *Sermão nas honras do serenissimo principe de Portugal Dom Theododisio que fez o reverendo cabido da Santa Sé do Porto em 28 de junho de 1653*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1653.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de - *Sermão que pregou o P.M. Jeronymo Rybeiro da Companhia de Jesus, em sancta Catarina de Monte Sinay, na celebridade de N. Senhora de la antigua, em dia dos prazeres: estando o Sanctissimo Sacramento exposto: anno 1645*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1663.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de - *Sermão do mandato, que na sancta caza da misericórdia da Cidade de Coimbra pregou o doutor Hieronymo Ribeiro de Carvalho, conego doutoral na sancta see primáz de Braga*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1664.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de - *Sermão da quarta dominga da quaresma*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1664.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de - *Sermão do apostolo S. Thome/ que pregou em sua igreja, & dia estando o sanctissimo sacramento exposto o P. Mestre Hieronymo Ribeiro da Companhia de Iesus*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1664.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de - *Sermão do apostolo do Oriente S. Francisco Xavier/ que pregou no collegio de Santo Antão, o P. Mestre Hieronymo Ribeiro da Companhia de Jesus: anno de 1644*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1664.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de - *Sermão que pregou o P. M. Hierónymo Ribeiro da Companhia de Jeus, em Santa Catharina de Monte Sinay, na celebridade de Nossa Senhora de la antigua, em dia dos prazeres: estando o santissimo sacramento exposto: anno 1645*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1664.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de – *Sermam das soledades da mãy de deos, na see de Coimbra*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1671.



CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de – *Sermão nas honras do serenissimo principe de Portugal Dom Theododisio que fez o reverendo cabido da Santa Sé do Porto em 28 de junho de 1653*. Coimbra: na oficina da viúva de Manuel Carvalho, 1671.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de - *Sermão das lagrimas de Sam Pedro , na casa da Sancta Misericordia de Coimbra*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1671.

CARVALHO, Jerónimo de – *Sermam do principe dos patriarchas S. Bento em sva caza de Coimbra*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1672.

CARVALHO, Jerónimo de - *Sermam do mandato/ que na sancta casa da misericordia da cidade de Coimbra pregou o doutor hieronymo Ribeyro de Carvalho, conego doutoral na santa see primaz de Braga*. Coimbra: na oficina de José Ferreira, 1672.

CARVALHO, Jerónimo de - *Sermam das lagrimas de S. Pedro na casa da Sancta Misericordia de Coimbra*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1672.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de- *Sermão que pregou o D. Hieronymo Ribeyro de Carvalho chancre em a see de Coimbra na Universidade da mesma cidade, na festa de nossa senhora da purificaçam anno de 1669*. Coimbra: na impressão da viúva de Manuel Carvalho, 1672.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de – *Sermão que na festa do Rosario da virgem mãy de deos fez o doutor Hieronimo Ribeyro de Carvalho, chancre da Santa See de Coimbra*. Coimbra: na oficina de José Ferreira, 1673.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de - *Sermam de S. Iozeph, espozoz da sempre virgem Maria mãy de deos, estando o senhor exposto em Santa Anna*. Coimbra: na oficina de Rodrigo Carvalho Coutinho, 1673.

CARVALHO, Jerónimo Ribeiro de - *Sermam da purissima, e immaculada conceiçam da sempre virgem Maria mãy de deos, rainha dos anjos senhora do ceo e terra, em Santa Anna*. Coimbra: na oficina de Rodrigo Carvalho Coutinho, 1673.

CARVALHO, Jorge de- *Sermam que pregou o P. Fr. Jorge de Carvalho... em dias de S. Anna, no mosteyro de S. Anna, professando soror, Anna Maria & fasendo a festa a senhora Dona Maria Angela de Aragam*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1672.

CARVALHO, Jorge de - *Sermam que pregou o P. Fr Iorge de Carvalho... em dia de S. Anna, no mosteyro de S. Anna, professando soror, Anna Maria, & fasendo a festa a senhora dona Maria Angela de Aragam*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1672.

CARVALHO, Manuel Tavares de - *Relação e discurso sobre a insigne, & notável prosição em que foy levada à cidade do Porto a sagrada imagem do S. Christo de Bouças*. Coimbra: na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, 1645

CARVALHO, Nicolau de - *Relação das grandiosas festas, que na cidade de Coimbra, hoje por novo titulo cidade ditosa, fez o illustrissimo senhor dō João Manoel Bispo Conde á canonização de Sancta Isabel Rainha de Portugal*. Coimbra: por Nicolau de Carvalho, 1625.

CARVALHO, Tomé - *Ay amigo para amigo: comedia famosa y nueva*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1663.

CARVALHO, Tomé - *Relaçam dos milagres prodigiosos que obrou em nossos dias o apóstolo da India S. Francisco de Xavier em potami, terra da calabria*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1662.

CASAL, Gaspar do - *Axiomata Christiana ex diuinis scripturis & sanctis patribus cum ecclesiasticis tum etiam scholasticis*. Coimbra: por João Álvares e João de Barreira, 1550.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de - *História do descobrimento & conquista da india pelos portugueses*. Coimbra: 1552-1562.

CASTELO BRANCO, Afonso de - *Regimento dos officiaes do auditorio ecclesiastico do Bispado de Coimbra feyto e ordenado em synodo pelo sôr Dom Affonso Castelo Branco, Bispo Cõde de Arganil*. Coimbra: por António de Mariz, 1592.

CASTELO BRANCO Afonso de - *Baptisteiro, ceremonial dos sacramentos de sancta Madre Igreja de Roma : conforme o cathecismo romano*. Coimbra: por Nicolau de Carvalho, 1613.

CASTELO BRANCO, Francisco de - *Ampliationes ad principales quaestiones logic[ae] co[nimbricensis]*. Coimbra: 1665-1669, 1665.

CASTRO, Francisco de - *Augustissimo Hispaniarum Principi recens nato Philippo Dominicano Victorio Austriaco*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1606.

CASTRO, Francisco de - *Meditaçoes de S. Brigida com hum tratado pera antes, & depois da S. Comunham/ do P. Francisco Bermudes de Castro, da companhia de jesus*. Coimbra: por Tomé de Carvalho, 1662.

CASTRO Y ANAYA, Pedro de - *Auroras de Diana*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1654.

CÉSAR, Diogo - *Sermam na festa de nossa senhora das neves, em o collegio da Companhia de Iesu*. Coimbra: por Rodrigo Carvalho Coutinho, 1673.

CISNEROS, Garcia de - *Compendio de exercicios espirituas pera todas as pessoas que de véras se querem entregar a deos*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1654.

CHAGAS, António das - *Sermão que pregou o padre mestre FR. António das Chagas... nas solemnes festas, & procissão de graças que fez a cidade de Coimbra pello nascimento... do principe... na sancta se de Coimbra*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1630.

CHORRO, Bartolomeu Rodrigues - *Curiosas advertencias da boa grammatica no compendio, & exposição de arte do Padre Manoel Alvarez, em lingua portugueza*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1659.

CHORRO, Bartolomeu Rodrigues - *Curiosas advertencias da boa grammatica no compendio, & exposição de arte do Padre Manoel Alvarez, em lingua portugueza*. Coimbra: por José Ferreira, 1672.

COELHO, António de – *Postilas de direito*. Coimbra: 1622-1625, 1622.

COELHO, José - *Phamarca de Joseph Coelho que fes sendo boticario no anno de mil e seis sentos e sessenta e oito na botanica da rua larga em Coimbra*. Coimbra, 1668.

CORREIA, António - *Sermão que pregou o M.R.P. Doutor FR. Antonio Correa... em a anniversaria accam de graças que a insigne Universidade de Coimbra faz em forma de prestito ao real*

*convento de Sancta Cruz pella...aclamação do... rey Dom João o quarto.* Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1657.

CORREIA, António - *Sermam que o Doutor Fr. Antonio Correia... prègou na solemnidade, que os religiosos theatinos da divina providencia celebrarão a seu sancto patriarcha o Beato Caietanono Convento da Sanctissima Trindade de Lisboa. A 7 de agosto do anno de 1651.* Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1672.

CORREIA, Gaspar Pinto - *Commentarii in libros Q. Horatii Flacci: Primo juxta verborum ordinem uberioribus deinde notis illustrati. Continens quatuor libros carminum & librum Epodon.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1655.

COUTINHO, M. da C. Pereira - *Os bens da Igreja e o ex.mo deputado.* Coimbra: imprensa literária, 1668.

COSTA, Francisco da França de - *Jardin de Apolo.* Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1658.

COSTA, Gabriel da – *Postilas de teologia.* Coimbra: 1585-1615, 1559.

COSTA, Gabriel da – *Postilas de teologia.* Coimbra: 1603-1605, 1603.

COSTA, Manuel de - *Emanuelis Costae iureconsulti Lusitani Comentaria.* Coimbra: por João Álvares e João de Barreira, 1548.

COSTA, Manuel de - *Emmanuelis Costae ... Commentaria in posthumus. Inst. de lega. Item scholia in difficilliman I. si filius haeres institutus ...* Coimbra: por João Álvares e João de Barreira, 1552.

CRISTO, Francisco de - *Incitamentum amoris Erga Deum.* Coimbra: por Francisco Correia, 1550.

CRISTO, Francisco de - *Enarrationes in collectanea primi libri magistri sententiarum.* Coimbra: por António de Mariz, 1579.

CRISTO, Francisco de - *Commentariorum in tertium librum sententiarum libri duo: De verbo incarnato lib. I, De fide, De haeresi, De spe, De charitate, De donis Spiritus Sancti.* Coimbra : por António de Mariz, 1586.

CUELLAR, Henrique de - *Opus insigne ad libros tres predictionum hippocratis.* Coimbra: por João de Barreira, 1543.

CUNHA, Rodrigo da - *Advertências ao Jubileu do ano de mil seiscentos e vinte.* Coimbra: por Nicolau de Carvalho, 1620.

DIAS, Nicolau - *Liuro do rosario de Nossa Senhora.* Coimbra: por António de Mariz, 1582.

DESPAUTERE, Jean - *Ioannis despauterij de arte grãmatica carmina cum quibusdam alijs ad puerorum institutionem necessarijs.* Coimbra: por João de Barreira, 1570.

DEUS, João de - *Sermão que preogu na solene procissam que fez o reverendo cabido, & camara de Coimbra à rainha sancta, em aççam de graças pella gloriosa restauraçam de evora em o outro dia da sua oitava.* Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1664.

DEUS, João de - *Sermão que pregou na solemne procissão que fez o reverendo cabido, & camara de Coimbra à Rainha Sancta, em acção de graças pella gloriosa restauração de Évora em o outro dia da sua oitava*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1672.

ENRIQUEZ, Enrique - *Copia de vna carta que embio de la india el padre Enrrique de la compañía de iesu al padre maestro simon preposito de la dicha compañía en Portugal y a los hermanos de iesu de Coimbra, trasladada de portugues en castellano, recebidas el año de M.D.L.I*. Coimbra: por João de Barreira e João Álvares, 1551.

ESCOBAR, Francisco de - *Oração gratulatoria pella saúde milagrosa que deos foy servido conceder a el rey N. senhor D. João o IV*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1655.

ESCOBAR, Francisco de - *Oração gratulatoria pella saúde milagrosa que deos foy servido conceder a el rey N. senhor D. João o IV*. Coimbra: na oficina de Manuel Carvalho, 1672.

ESCOBAR, Manuel de - *Sermão que pregou o padre Manoel Escovar... na capela del rey em Lisboa, em 21 de dezembro de 1637*. Coimbra: por Manuel Carvalho, 1638.

ESPÍRITO SANTO, José do - *Sermão funebre pregado no convento de Santa Theresa da Villa de Santarem: nas exequias de sua fundadora, & e padroeira a senhora dona Joanna Juliana Maria Maxima, duquesa de caminha, condessa D'unhão*. Coimbra: por Manuel Dias, 1653.

ESPÍRITO SANTO, Salvador do - *Sermam da cinza, pregado na corte de Londres, na capella da real magestade da serenissima rainha da gran bretanha, em oito de fevereiro de 1665*. Coimbra: Rodrigo Carvalho Coutinho, 1673.

ESTAÇO, Baltasar - *Sonetos, cançoens, eglogas e outras rimas/ compostas per Baltezar Estaço conego na sê de Viseu, natural da cidade de Evora: dirigidas ao illustrissimo & reverendissimo senhor Dom João de Bragança, Bispo de Viseu*. Coimbra: na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, 1604.

ESTAÇO, Baltasar - *Eglogas espirituas, e consolatórias*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1604.

EUSÉBIO, Cesaria de - *Hystoria de la yglesia que llamã ecclesiastica y tripartita*. Coimbra: por João Álvares, 1554.

FAGUNDES, Manuel - *Sermam que fez o Padre Manoel Fagundes... no aucto da fee que se celebrou na praça de Coimbra, domingo 4. de mayo de 625*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1625.

FAJARDO, Leandro de Figueiroa - *Arte de computo ecclesiastico segundo a nova reformação de Gregorio XIII com algumas outras curiosidades tocantes ao movimento do sol e luna posto novamente em taboas perpetuas & reduzido todo á mao esquerda*. Coimbra: por Manuel de Araújo, 1604.

FRANCO, António – *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus*. Lisboa: na oficina real Deslandesiana, 1714.

FERNANDEZ DE VILLEGAS, Pedro de - *Flosculus sacramentorum petro ferd. Villegas archidiacono burgeñ authore in eorum gratiam qui sacris intiari student ab innumeris quibus hactenus scatebat, mendis, diligenti cura repurgatus*. Coimbra: por António de Mariz, 1589.

FILIPE, Bartolomeu - *Tractado del conseio y delos consejeros delos príncipes*. Coimbra: por António de Mariz, 1584.

FIGUEIREDO, Mateus Castano de - *Os sete mysterios do patriarcha S. Joseph, penosos, e gozosos: em que se tratam seus, louvores com moralidades provadas, com lugares da sagradascriptura: lição proveitosa pera todas as pessoas: dirigidos ao senhor Joanne Mendes de Tavora, Mestre na sagrada theologia.../ pello Padre Matheus Castanho de Figueiredo, Mestre em artes....* Coimbra: por Manuel Carvalho, 1639.

FÓIS, Cristóvão de - *Orassam pathetica do descendimento da cruz/ disse-a no real collegio de nossa senhor da Grassa de Coimbra o P.M. Fr Christovam de Foyos, religioso de S. Agostinho, e lente de theologia do mesmo collegio*. Coimbra: na oficina da viúva de Manuel Carvalho, 1669.

FÓIS, Cristóvão de - *Sermam do gloriozo Sam Francisco de Boria, que em Coimbra, no real collegio da companhia de Iesu, no quarto dia de seu oytavario, em que se celebrou a sua canonizacãm, este anno de M.DC.LXXI*. Coimbra: na oficina de José Ferreira, 1672.

FREIRE, João Nunes - *Anotações ad rudimenta grammaticae nas regras mais gerais dela com uma instrução brevíssima para se começar a compôr, e construir*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1656.

FREIRE, João Nunes - *Anotações ao genero, et preteritos da arte nova*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1656.

FREIRE, João Nunes - *Anotações ao genero, et preteritos da arte nova/ ordenadas pelo Padre João Nunes Freire, mestre de grammatica, e nesta terceira impressão acrescentadas e emendadas as significações dos nomes, e verbos que estão tratados das margens postos pelo A,B,C*. Coimbra: na oficina de José Ferreira, 1673.

FREIRE, Manuel Luís - *Canto primeiro de Luis de Camoins tradozido ao de vinho*. Coimbra, 1601.

FRÓIS, Francisco Barreto - *Pro materia de novis operis nuntiatione/ ex doctrinis sapientissimi praeceptoris Francisci Barreto Froes, in commentarius ad eundem titulum*. Coimbra: 1666-1668, 1666.

GARCÍAN, Baltasar - *El directo/ de Lorenço Gracian*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1656.

GARRO, Lourenço - *Isagoge moral em a materia dos sacramentos: tirada de graves authores acreçcentada, & emendada nesta quinta impressão/ pello padre mestre Frey Lourenço Garro ... : serve para exame dos que se querem ordenar*. Coimbra: por Manuel Carvalho, 1639.

GARRO, Lourenço - *Isagoge moral em a materia dos sacramentos: tirada de graves authores emendada, & acrescentados nesta sétima impressão dous impedimentos do matrimonio/ pello P.M. Fr Lourenço Garro, natural da cidade de Lisboa, religiosos da ordem de N.S Jesu Christo ... : serve para exame dos que se querem ordenar*. Coimbra: na impressão de Manuel Carvalho, 1668.

GOUVEIA, António de - *Jornada do arcebispo de Goa Dom Frei Aleixo de Menezes primaz da india oriental, religioso da ordem de São Agostinho. Quando foy as serras do Maluar & lugares em que morão os antigos christãos de S. Thome, & os tirou de muytos erros & heregias em que estalão*. Coimbra: na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, 1606.

GUEVARA, António de - *Libro llamado menosprecio de corte, y albança de aldeã*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1657.

GÚSMAN, Lorenzo de - *El primer heroe: atributos de la herocidad contemplados en la vida de iosue, caudillo del pueblo de dios y el primer heroe entre los siete*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1660.

GRAÇA, Manuel da - *Sermão do apostolo Sandre*. Coimbra: por Manuel Dias, 1671.

GRAÇA, Manuel da - *Sermão dos reys*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1673.

GRAÇA, Manuel da - *Sermão do apostolo S.Andre*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1673.

GRAÇA, Manuel da - *Sermão de S. Bernardo*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1673.

GRAÇA, Manuel da - *Sermão de Sam Lourenço*. Coimbra: na oficina de José Ferreira, 1673

GRISLEY, Gabriel - *Desenganos para a medicina ou botica para todo pay de familias: consiste na declaração das qualidades, & virutdes de 260 ervas, com o uso dellas: tambem de 60 agoas estiladas, com as regras da arte de estilação: dirigido ao senhor doutor André de Oliveira Lobo*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1669.

GROUCHY, Nicolas de - *Aristotelis De demonstratione sive de secunda parte analutikum libri duo*. Coimbra: por João Álvares e João de Barreira, 1549.

GROUCHY, Nicolas de - *Aristotelis De reprehensionibus sophistarum liber unus*. Coimbra: por João Álvares e João de Barreira, 1549.

Goa. Arcebispo - *Compêndio espiritual da vida cristã*. Coimbra: por Manuel de Araújo, 1600.

HENRICUS, Herp de - *Espelho de Perfeçam: em lingoa portugues*. Coimbra: Mosteiro de Santa Cruz, 1533.

LEÃO, Gaspar de - *Compendio spiritual da vida christam*. Coimbra: por Manuel de Araújo, 1660.

LEITÃO, Mateus Homem - *De ivre lvsitano: tomus primus in tres utiles tractatus divisus*. Coimbra: por Manuel de Carvalho, 1645.

LEITE, António - *Historia da apariçam, e milagres da virgem da lapa*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1639.

LE MOS, Manuel de - *Sermão da fee. Pregou o doutor frey Manoel de Lemos ... na primeyra publicação da sancta Inquisição, que por principio de sua visita fez ... Sebastião de Mattos Noronha*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1618.

LIMA, Luís de Torres - *Compêndio das mais notáveis coisas que no reino de Portugal aconteceram desde a perda del Rei Dom Sebastião até ao ano de 1627 com outras coisas tocantes ao bom governo, e diversidade de estados*. Coimbra: por Manuel Dias, 1654.

LISBOA, Marcos de - *Constituições sinodais do bispado do Porto*. Coimbra: por António de Mariz, 1585.

LIZANA, Francisco de - *Doctrinas evangelicas para las ferias mayores de la quaresma: em sermones/ que há escrito, y predicado el padre Maestro Fray Francisco de Lizana... del orden de nuestra señora de la merced, redencion de cativos: lleva quatro elencos muy copiosos... : ofrecidos al... Dom Luis de Sousa Maestro en la sagrada theologia en la universidad de Coimbra*. Coimbra: por Manuel Días, 1666.

LOPES, Diogo - *Tractatus de elementis, et de rerum omnium mixtione, in quo veterum, & classicorum opiniones impugnantur, obiterq (eu)z multa Philosophiae puncta enucleantur..* Coimbra: por Manuel de Araújo, 1602.

LOUREIRO, Diogo Gomes de – *Relaçam de collocaçam, qve com avthoridade apostolica se fez das imagens dos benaventurados martyres frey Bernardo de Monroy, Fr. Ioão de Aguilla, & frey Ioão de Pallacios religiosos da ordem da sanctissima trindade, que padecerão em Argel*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1625.

LOUREIRO, Diogo Gomes de - *Relaçam e lista verdadeira das pessoas que sairão no auto da fé que se celebrou na praça da cidade de Coimbra em domingo 4. de maio de 1625. Annos*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1625.

LOURENÇO, Justiniano - *Ho Liuro da Regra & Perfeyção da Cõuersaçã dos Monges.../... per ho reurendo senhor Lourenço Iustiniano primeyro patriarca de veneza*. Coimbra: por Germão Gelharde, 1531.

MACEDO, Francisco de Santo Agostinho de - *Sermão da soledade de nossa senhora, que pregou na cappela real, o Padre mestre frey Francisco de S. Agostinho*. Coimbra: na impressão da viúva de Manuel de Carvalho, 1664.

MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana histórica, critica e cronológica*. Lisboa: na oficina de Inácio Rodrigues, 1752

MADEIRA, António - *Primeira parte da regra dos sacerdotes: em a qual se contem as cousas mais necessarias de sua obrigação com muitas considerações sobre ellas*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1603.

MADRE DE DEUS, Faustino de - *Primeira parte do florilegio espirital: colhido da doutrina dos santos padres & de varios doutores & mestres de espirito, aplicado à perfeição da vida religiosa sobre o psalmo beati immaculati in via, & c segundo a exposição do doutor seraphico são boaventura sobre o mesmo psalmo*. Coimbra: por Manuel Dias, 1656.

MARIZ, António de - *Compendio e sumario de confesores, tirando de toda a substancia do manual/ copilado & abreviado por um religioso frade menor, da ordê de S. Francisco da Prouincia da Piedade*. Coimbra: por António de Mariz, 1571.

MARIZ, António de - *Matryrologio romano accomodado a todos os dia do ano conforme a noua do calendario que se reformou por mandado do Papa Gregório XII*. Coimbra: em casa de António de Mariz, 1591.

MARIZ, Pedro de - *Dialogos de Vieria historica em que summariamente se referem muytas cousas antigas de hespanha c todas as mais notauees que em Portugal acontecerão em suas gloriosas conquistas antes e depois de ser levantado a dignidade real, e outras muytas de outras memoria*. Coimbra: por António de Mariz, 1598.

MARTÍN, Ledesma de - *Fratris Martini Ledesmij theologi instituti praedicatorum Conimbricensisq professoris, primus thomus qui & Prima*. Coimbra: por João Álvares, 1555.

MARTINS, João - *Arte do canto chão , posta et reduzida em sua enteira perfeição , segundo a pratica delle , muito necessaria para todo o sacerdote , pessoas q hão de saber cantar*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1612.

MARTINS, João - *Arte de canto chão posta, e reduzida em sua enteira perfeição, segundo a pratica delle, muito necessaria para todo o sacerdote, pessoas que hão de saber cantar (música impressa/ordenada por João Martinz sacerdote: & a que mais se usa em toda a christandade: vay em cada huma das regras do seu exemplo apontado com as entoações*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1625.

MARTINS, Manuel - *Postilas de lógica*. Coimbra: 1655-1659, 1665.

MÁRTIRES, Timóteo dos - *Breve exemplar das vidas de alguns santos cónegos regulares do grande patriarca Santo Agostinho*. Coimbra: por Manuel de Carvalho, 1648.

MÁRTIRES, Timóteo dos - *Vida do Bemaventurado Padre Santo Theotónio primeiro prior do real mosteiro de santa cruz de Coimbra de conegos regrantes do patriarcha santo agostinho: escrita em latim por um religioso contemporaneo, & e discipulo do mesmo santo*. Coimbra: por Manuel de Carvalho, 1650.

MASCARENHAS, Jerónimo - *Compromisso da Sancta Misericordia da Cidade de Coimbra sua Instituição e Cathalogo dos Prouedores & Escruães que até ao prezente tem seruido nella*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1636.

MENDES, Geraldo - *Do estyllo e officiaes da ivstiça do bispado do Porto*. Coimbra: por António de Mariz, 1585.

MENDONÇA, Fernando de - *Commentarii in quatuor libros regum*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1631.

MENESES, Francisco de - *Autos e diligencias de inquirição que fes Dom Francisco de Meneses reformador e reitor desta universidade pellos interrogatorios, per que conforme a os statutos reformados he obrigação inquirir e das provisõyns porque sua magestade lho cometteo*. Coimbra (1619-1624), 1619.

MENESES, Garcia de - *Orationem habuit Garsias Menesius Eborensis*. Coimbra: por João Álvares, 1561.

MIRANDA, Francisco de Sá de - *Comedia dos Vilhalpandos*. Coimbra: por António de Mariz, 1560.

MIRANDA, Francisco de Sá de - *Comedia, intitulado, os Estrangeiros*. Coimbra: por António de Mariz, 1561.

MIRANDA, Luís de - *Sermão da soledade da virgem senhora nossa, que pregou na Igreja cathedral da cidade de Coimbra em sexta feira de endoenças deste anno de 1649/ o muito reverendo P.M. FR. Luiz de Miranda reitor do collegio carmelitando da ditta cidade; deo a impressa o licenciado Manoel Paes de Carualho abbade de Santa Maria Magdalena, no bispado de Vizeu*. Coimbra: por Manuel de Carvalho, 1649.



MIRANDA, Manuel da Madre de Deus - *Sermam do Sanctissimo sacramento. Pregado na insigne colligiada da villa de Guimaraens... oferecido ao D. Verissimo de Lancastrô, Arcebispo.* Coimbra: por José Ferreira, 1635.

MOREIRA, Filipe - *Sermão que pregou o P.M. Philippe Moreira da Ordem de S. Agostinho lente da escritura de vespera na Universidade de Coimbra, pregador de sua magestade & uedor do Sancto Officio.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1641.

MONTEIRO, Diogo - *Arte de orar.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1630.

MONTEIRO, Pedro - *Coleção dos documentos, estatutos, e memórias da Academia Real da História Portuguesa.* Lisboa Ocidental: na oficina de Pascoal da Silva, 1721-1736.

MORAIS, Jaime de - *Postilas de direito canónico.* Coimbra, 1567.

MORAIS, Francisco Cerveira de - *Titulus Codex liberalitatis imperialis socius sine herede defecerit liber 10.* Coimbra, 1650.

NÁJERA, Manuel de - *Discursos morales sobre los evangelios de la cuaresma/ predicados por el padre Manuel de Naxera, cathedratico antes de sagrada escritura en su colegio de la compañía de Jesus de la universidad de Alcalà ... : Al... Manoel Pereira de Mello reitor do collegio real de S. Paulo na Universidade de Coimbra, conego doutoral da see de Braga, primàs das espanhas, & c.* Coimbra: por Manuel Dias, 1635.

NÁJERA, Manuel de - *Discursos morales para las ferias de cuaresma/ predicados por el Padre Manuel de Naxera.* Coimbra: por Manuel Dias, 1653.

NÁJERA, Manuel de - *Sermones sobre los versos del misere, predicados los viernes por la tarde en el convento real de la encarnacion.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1656.

NÁJERA, Manuel de - *Sermones panegiricos predicados en festividades de varios santos.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1657.

NEVES, João Fernandes Henriques Ferreira das - *N.S. da Piedade: que se venera na sua capella, da ribeira de taboas, concelho de Miranda do Corvo.* Coimbra: entre 1600 e 1750, 1600.

NORONHA, André de - *Catena Aurea/ Colegida pelo Padre André de Noronha da Companhia de Jesus.* Coimbra: escrita entre 1650 e 1652, 1650.

NORONHA, Leonor de - *Esta he a segunda parte da historia de nossa redenção que se fez para consolaçã dos que não sabem latim: pede ho autor aos leytores que se nela acharem lhe digão por amor deos hum pater noster pola alma.* Coimbra: por João de Barreira, 1554.

NUNES, AMBRÓSIO - *Tractado repartido en cinco partes principales, que declaren el mal que significa este nombre peste con todas sus causas, y señales prognosticas, y indicativas del mal, con la preservacion, y cura que en geral, y en particular se deve hazer.* Coimbra: na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, 1601.

OLIVEIRA, José de - *Sermam que ao recolher da procissam dos passos pregou no real colegio de N. Senhora da graça de Coimbra a segunda dominga da quaresma, anno de 1671.* Coimbra: por Rodrigo Carvalho Coutinho, 1673.

OSÓRIO, Bernardino Soares - *O escravo da virgen*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1660.

PAIVA, Domingo de - *Compendium Logicae Conimbricensis manuscripto/... á sapientissimo ac Religiosissimo Patre Dominico a paiua e Societate Jesu Magistro*. Coimbra, 1652.

PALÁCIO, Pablo de - *In Sacrosanctum Iesu Christi Evangelium secundum Mathaeum enarrationes*. Coimbra: por João de Barreira, 1564.

PARDO Y VILLAROEL, Jerónimo - *Discursos envagelicos para las solemnidades de los mysterios de Christo*. Coimbra: por Manuel Días, 1662.

PAREDES, Bernardo de - *Harmonica mistica, y moral, para divertir del vicio, y aficionar a la virtud*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1654.

PAREDES, Bernardo de - *Campaña espiritual ordenada com plumas de santos y de interpretes sagrados para conquistar el alma: dispuesta desde el primer domingo de aduinto hasta la quinquagesima*. Coimbra: por Manuel Días, 1655.

PEDRAZA, Juan de - *Svmma de casos de consciencia/ aora nueuamente compuesta por el doctor Fray Ioan de Pedraza en dos breues volumines: muy necessaria a ecclesiasticos y seculares a confessores y penitentes*. Coimbra: por João Álvares, 1566.

PEDRAZA, Juan de - *Summa de casos de consciencia/ aora nueuamente compuesta por el doctor fray iuan de Pedraza: en dos breues volumines muy necessaria a ecclesiasticos y seculares, a confessores y penitentes*. Coimbra: por João Álvares, 1568.

PEIXOTO, João Correia - *Oração funebre nas exequias reais da magestade el rey D. Ioão o quarto nosso senhor celebradas com muita grãdesa na insigne collegiada de ourem*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1657.

PEREIRA, António - *Compendio, & declaração da regra, & estatutos da ordem militar de Santiago... ao... senhor D. Manoel de Noronha prior da mesma ordem*. Coimbra: por Manuel Dias, 1659.

PEREIRA, António Pinto - *Historia da India, no tempo em que a governou o visorey Dom Luis D'ataide*. Coimbra: na impressão de Manuel de Carvalho, 1616.

PÉREZ, DE MONTALBÁN, Juan - *Sucessos y prodigidos de amor en ocho novelas exemplares. Anãdido en esta ultima impression el orfeo a la decima musa, del mismo autor por el licenciado Juan Perez de Montalvan, natural de Madrid*. Coimbra: na oficina de Tomé Carvalho, 1656.

PIEIDADE, Belchior de - *Sermão que pregov o Padre Melchior da Piedade lente de theologia em a congregação de São Ioão Euangelista, em a Sé de Braga, presente o cabido, na festa que a irmandade do Santo Thomas fez ao mesmo santo: sendo presidente da mez o doutor Miguel Pinheiro Figueira Delacerda Vigario Geral da mesma cidade: esteve o sanctissimo sacramento exposto: dedicado ao padre mestre Ioão da Ressureição geral que foy a mesma congregação, & hora reitor de sancto eloi de Lisboa*. Coimbra: Tomé Carvalho, 1655.

PIMENTA, Manuel - *Emmanuelis Pimenta... Poematum... de Christo nato....* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1622.

PINHEIRO, Jorge - *Sermam que prégou o P. M. FR. Jorge Pinheyro... na Igreja da Rainha Santa Isabel. Em o prestito que ansigne universidade fez dando a deos as graças pelos nascimento do principe D. Baltezar Carlos em 17 de outubro de 1629.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1630.

PINHEL, Aires - *Ad rubricam et librum secundum codis rescindenda vendida Commentarii.* Coimbra: por António de Mariz, 1558.

PINTO, Heitor - *Imagem da vida Christam ordenada per dialogos como membros da sua composição.* Coimbra: por João de Barreira, 1563.

PINTO, Heitor - *Imagem da vida Christam ordenada per dialogos.* Coimbra: por João de Barreira, 1565.

PINTO, Heitor - *In divinum vatem Danielelem Commentarii.* Coimbra: na oficina de António de Mariz, 1579.

POIARES, Pedro de - *Tractado panegyrico em louvor da villa de Barcelos, por rezam do apparecimento de cruzes que nella aparecem.* Coimbra: por José Ferreira, 1672.

PORCIUNCULA, Paulo da - *Sermão do discipulo amado, & evangelista S. João. Pregado no Real Convento de S. Clara de Coimbra pello Padre Mestre FR. Paulo da Porciuncula... a 27 de dezembro anno de 1631.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1632.

PORRES, Francisco Ignácio - *Teatro evangelico dos sermones, escritos por diferentes autores, y à singulares asuntos: com tabla para las férias mayores de cuaresma.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1655.

PORTALEGRE, António de - *Meditacion de la ynocentissima muerte y passion de nuestro señor en estilo metrificado.* Coimbra: por João de Barreira e João Álvares, 1548.

PORTUGAL, João de - *De gratia increata, et creata.* Coimbra: na oficina de Diogo Gomes de Loureiro, 1627.

PORTO, Rodrigo do - *Manual de confessores & penitentes em ho qual breue & particular & muy verdadeyramente se decidem & declarã quasi todas as duuidas & casos que nas confissões soem ocorrer acerca dos pecados, absoluições, restituções & censuras/ composto por hum religioso.* Coimbra: por João da Barreira e João Álvares, 1549.

PURIFICAÇÃO, António da - *Antídoto Augustiniano em o qual se convencem e desfazem as falácias e enganos de apologia intitulada "Quinta essência de verdades", escrita pelo Padre Frei Gil de S. Bento.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1660.

PURIFICAÇÃO, José da - *Sermam em o outovario, que celebrarão em a Igreja de S. Roque, estando o sanctissimo sacramento exposto, os religiosos da sagrada companhia de Iesus, na festa da canonizaçam de S. Francisco de Borja.* Coimbra: na impressão da viúva de Manuel Carvalho, 1673.

PURIFICAÇÃO, José da - *Sermam em o outovario, que celebrarão em a Igreja de S. Roque, estando o sanctissimo sacramento exposto, os religiosos da sagrada companhia de Iesus, na festa da canonizaçam de S. Francisco de Borja.* Coimbra: na impressão da viúva de Manuel Carvalho, 1673.

RAIA, Manuel Fernandes - *Esperança enganada composta por Manoel Fernandes Raya ( dados da impressão da segunda parte).* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1629.

RAIA, Manuel Fernandes - *Segunda parte de la esperanza engañada composta por Manoel Fernandez Raya Lusitano... dividida em seis livros. Dirigida ao senhor Dom Álvaro da Costa*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1629.

REIS, Gaspar dos - *Relaçam, do solenne recebimento das santas reliquias, que forão leuadas da see de Coimbra, ao real mosteyro de sancta cruz*. Coimbra: em casa de António Mariz, 1596.

RESENDE, Duarte - *Marco Tulio Ciceron de Amicia Paradoxas e Sonho de Scipião*. Coimbra: por Germão Galharde, 1531.

RESSUREIÇÃO, António da - *Sermam que pregou o padre doutor frey Antonio da Ressureçam... no auto da fee que se celebrou na cidade de Coimbra a seis de meio de 1629*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1629.

RODRIGUES, Francisco - *Annotationes in quaestionem. 23 1.A partis divi thomae; tractatus de sanctissima trinitate/ tradita á doctissimo doctore Francisco Roderico et publico conimbricensis scholae theologiae professore*. Coimbra, 1584-1587.

RODRIGUES, Francisco – *Postilas de teologia*. Coimbra, 1589-1592, 1589.

RODRIGUES EBORENSE, André - *Primeira parte de las sentencias que hasta nuestros tiempos para edificacion de buenos costumbres estan por diuersos autores escritas enste (sic) tratado summariamente referidas en su proprio estilo*. Coimbra: por João Álvares, 1545.

RODRIGUEZ DE GUEVARA, Alfonso - *In pluribus ex iis quibus Galenus impugnatur ab Andrea Vesalio Bruxelensi in constructione et usu partium corporis humani, defensio*. Coimbra: por João, 1559.

ROSADO, António - *Sermam feyto em S. Domingos do Porto anno do senhor 1620 na festa de S. Pedro Martyr padroeiro da santa Inquisição*. Coimbra: na oficina de Nicolau Carvalho, 1620.

ROSÁRIO, Diogo do - *Historia das vidas e feitos heroycos, & obras insignes dos sanctos: cõ muitos sermões & praticas spirituais que seruem a muytas festas do anno*. Coimbra: por António de Mariz, 1577.

ROUBÃO, Álvaro de Escobar - *Sermão de purificasam de virgem senhora nossa, com titulo, da lus/ que na Universidade de Coimbra prègou Alvaro de Escobar roubam prior de Agueda, protonatorio apostolico de S. Santidade anno 1665; offerecido ao senhor Alexandre da Silva, inquisidor apostolico do Santo Officio da Inquisição de Coimbra; & conego prebendo da sè primacial*. Coimbra: na impressão da viúva de Manuel Carvalho, 1667.

RUFUS, Codrus - *Tratado Notauel de huma pratica que um laurador teue com um rey da persia que se chamaua Arsano*. Coimbra: por João de Barreira, 1560.

SÁ, António de - *Sermão que pregou o P. Antonio de Saa da companhia de Jesu no dia que S. Magestade fas annos em 21 de agosto de 663*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1665.

SÁ, António de - *Serman do dia de cinza*. Coimbra: na impressão de Rodrigo Carvalho Coutinho, 1673.

SÁ, António de - *Sermão que pregou o P.M. Antonio de Sà da Companhia de Iesvs, na Bahia, pregado na ivstiça*. Coimbra: na impressão da viúva de Manuel Carvalho, 1672.

SÁ, Luís de - *Sermão que pregou o doutor Fr. Luis de Saa religioso da ordem de S. Bernardo, lente da cadeira de S. Thomas, & Gabriel na yniversidade de Coimbra na procissão solene que o reuerendissimo cabido ao proprio bispado instituio. Pro gratiarum actione, de deos aver liurado à sua magestade da admirauel treição, que contra elle por ordem de Castella se tinha machinado em dia de corpus christii: esteve o senhor exposto todo o dia desta procissão na sancta see de Coimbra, a 8 de setembro dia da nossa senhora da natiuidade: offerecido aos reverendissimos senhores deão, dignidades, & e conegos cabido da Sancta See cathedral deste bispado de Coimbra sede vacante & c.* Coimbra: por Manuel Carvalho, 1647.

SÁ, Manuel – *Memória históricas dos ilustríssimos arcebispos, bispos e escritores portugueses da Ordem de Nossa Senhora do Carmo.* Lisboa Oriental: na oficina de Ferreiriana, 1724.

SABELLICO, Marco António Coccio - *Coronica geral de Marco Antonio Cocio Sabelico: des ho começo do mundo ate nosso tempo.* Coimbra: por João de Barreira e João Álvares, 1550.

SABELLICO, Marco António Coccio - *Cronica geral da eneyda segunda de Marco Antonio Cocio Sabellico desde ho começo do mundo ate nosso tempo.* Coimbra: por João Álvares e João de Barreira, 1552.

SALMERON, Marcos - *Tesoro escondido en el campo de la humanidad del hijo de dios.* Coimbra: por Manuel Días, 1659.

SAN JOSE, Pedro de - *Glorias de Maria Santissima en sermones duplicados para todas as festividades.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1659.

SAN JOSE, Pedro de - *Discursos morales para domingos miercoles, y viernes de quaresma, predicados en la catedral de la ciudad de huesca por el P. Fray Pedro de S. Joseph, prior del convento de Barcelona de Augustinos descalços. Los discursos para los restantes dias de la semana irán en el segundo tomo.* Coimbra: Manuel Días, 1663.

SANTA CATARINA, Paulo da - *Sermão das chagas de Christo: que pregou no mosteiro de Lorvam em 23 de outubro de 1661.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1662.

SANTA CATARINA, Paulo da - *Sermão das chagas de Christo: que pregou no mosteiro de Lorvam em 23 de outubro de 1661.* Coimbra: na impressão da viúva de Manuel Carvalho, 1671.

SANTA MARIA, Basílio de - *Sermão que pregou o P.Dom Basilio de S. Maria... Na Igreja do real mosteyro de S. Cruz de Coimbra na procissão, que em dia de S. Sebastião costuma todos os annos fazer a cidade.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1642.

SANTANA, Estevão de - *Sermão do acto da fee, que se celebrou na cidade de Coimbra, na segunda domingo da quaresma.* Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1612.

SANTO ANTÓNIO, Aleixo de - *Annotationes in Evangelia: quae legi solent in Ecclesia Romana in Dominicis Aduentus, à Dominica septuagesimae usque ad Dominicam Resurrectiones Domini, aliquibus etiam Quadragesimal ferjis, Sanctorumq festiuitatibus.* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1610.

SANTO ANTÓNIO, Aleixo de - *Philosophia Moral: tirada de alguns prouerbios ou adagios... composta pello Padre Fr. Aleixo de Sancto Antonio...* Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1640.

SANTO, Inácio de Loyola - *Exercitia spiritualia.* Coimbra: por João de Barreira, 1553.

SÃO DOMINGOS, António de - *Começão as vidas de alguns santos da ordem dos pregadores*. Coimbra: por João de Barreira e João Álvares, 1552.

SÃO PAULO, Jerónimo de - *Exeqvias feitas a memoria do serenissimo principe, e senhor Dom Theodosio primeiro deste nome: celebradas na capella real do hospital da cidade de Coimbra*. Coimbra: por Manuel Dias, 1654.

SÃO TOMÁS, Bento de - *Sermão do acto da fee celebrado em Coimbra, na qvarta dominga da quaresma, doze de março de 1673, sendo inqvisidores os muito illustres senhores, Manoel de Movra Manvel, & e Pedro de Attaide de Castro*. Coimbra: por Manuel Dias, 1673.

SÃO TOMÁS, Leão de – *Beneditina Lusitana dedicada ao grande patriarca São Bento*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1644.

SÃO TOMÁS, Leão de – *Beneditina Lusitana dedicada à megstade do rei Nosso Senhor Dom João III*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1644.

SEMBLANO, Gonçalo da - *Sermam do gloriozo apostolo, & evangelista S. Ioam, que em seu proprio dia, estando o senhor exposto, pregou no convento de sancto eloy de Lisboa aos 27 de dezembro de 1671*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1672.

SEMBLANO, Gonçalo da - *Sermam da terceira sexta feira da quaresma, pregado na cappella real da Universidade de Coimbra*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1672.

SEQUEIRA, Bento de - *Sermam, que o P. mestre Bento de Siqueira rector do collegio da companhia de jesus, e dos das artes da Universidade de Coimbra, prégou em S. Clara a primeyra pedra do templo, & convento real, que a real magestade delrey Dom Joam o IV. Levantou à Rainha S. Isabel sua avvo, no monte da esperança, & tresladaçam de suas reliquias, & mudanças das religiosas para o templo, & convento novamente levantado*. Coimbra: por Paulo Craesbeeck, 1649.

SEQUEIRA, Bento de - *Oração funeral, que o P. Mestre Bento de Siqueira Reitor do Collegio da Companhia de Jesu e do das artes da Universidade de Coimbra, teve na igreja do mesmo collegio...*Coimbra: na oficina Craesbeeckiana, 1650.

SEQUEIRA, Bento de - *Sermam qve o padre mestre bento de siqveyra reitor do collegio da companhia de iesv, & e dos das artes da vniversidade de Coimbra, prégou em S. Clara à primeyra pedra do templo, & conuento real, que a real magestade delrey Dom Joam o IV. Leuanta à rainha Santa Isabel sua auoo no monte de esperança, & tresladaçam de suas reliquias, & mudanças das religiosas pera o templo, & e conuento nouamente levantado*. Coimbra: por Paulo Craesbeeck, 1650.

SEQUEIRA, Bento de - *Sermam, que pregou o P.M Bento de siqueira na igreja de Sam Roque da companhia de Jesu, em a festa do anjo custodio do reyno de Portugal, na occasiam, & dia, em que a sacra magestade delrey Dom Joam o IV. Nosso senhor passou em Alentejo contra castella: em Lisboa o terceyro domingo de julho de 1642*. Coimbra: por Paulo Craesbeeck, 1651.

SEQUEIRA, Bento de - *Sermam, que pregou o Padre Mestre Bento de Siqueira reitor do collegio da companhia de Jesu, e do das artes da Universidade de Coimbra, dia do patriarcha S. Francisco no seu convento da ponte, aos 4 de outubro de 1648*. Coimbra: por Paulo Craesbeeck, 1651.

SEQUEIRA, Gaspar Cardoso de - *Thesouro de prudentes, novamente tirado a lus, por Gaspar Cardozo de Sequeira mathematico, natural da villa de Murça*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1612.

SEQUEIRA, Gaspar Cardoso de - *Thesouro de prudentes, novamente tirado a lus, por Gaspar Cardozo de Sequeira mathematico, natural da villa de Murça*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1626.

SILVA, Bernardo da - *Defensam da monarchia lusitana*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1620.

SILVA, Jerónimo Peixoto da - *Sermam da degolaçam de S. Joam Baptista que pregou no mosteyro das religiosas de Sam Bento*. Coimbra: por Manuel Dias, 1661.

SILVA, Jerónimo Peixoto da - *Sermão de passos/ que pregou em o convento das religiosas de Sancta Clara na cidade do Porto o D. Hieronymo Peixoto da Sylva*. Coimbra: por Manuel Dias, 1663.

SILVA, Jerónimo Peixoto da - *Sermão de S. Joam evangelista que pregou no convento dos religiosos da mesma congregaçam em o ultimo dia de seu triduo na sesta do natal estando o senhor exposto*. Coimbra: por Manuel Dias, 1663.

SILVA, Jerónimo Peixoto da - *Sermão na festa que se fez collocação da Senhora da Graça em o muro da cidade de Lisboa, saindo em procissão da Igreja do socorro acompanhada por particular devoção pella irmandade dos escravos da cadea novamente instituida, & aprovada no serviço da Senhora da Encarnação*. Coimbra: na impressão da viúva de Manuel Carvalho, 1664.

SILVA, Jerónimo Peixoto da - *Sermão de quarta feira de cinza na misericordia da cidade do Porto sendo provedor della o doctor Gaspar D'Abreu de Freitas desembergador da relação, & iuiz da alfandega da ditta cidade: no fim se mostrou o ecce homo*. Coimbra: na impressão da viúva de Manuel Carvalho, 1664.

SILVA, Jerónimo Peixoto da - *Sermam das lagrimas da Madalena*. Coimbra: na impressão da viúva de Manuel Carvalho, 1672.

SILVA, Jerónimo Peixoto da - *Sermam do sanctissimo sacramento na festa que celebrou o Convento das Religiosas do patriarcha S. Bento da cidade do Porto*. Coimbra: na impressão da viúva de Manuel Carvalho, 1672.

SILVA, Jerónimo Peixoto da - *Sermam na sexta feira de Lazaro*. Coimbra: por Rodrigo de Carvalho Coutinho, 1672.

SOARES, Francisco - *Pro materia bullae coenae: disputatio única/*. Coimbra: 1650-1655, 1650.

SOARES, João - *Cartas e os padres que os irmãos da companhia de iesus que andão nos reynos de iapão escreuerão aos da mesma companhia da india e europa des do anno 1549 ate o de 66*. Coimbra: por António de Mariz, 1570.

SOARES, Manuel da Costa - *Sermão que o doutor Manoel da Costa Soares cónego na magistral da S. See de Lamego pregou no acto da fee que se celebrou na praça da cidade de Coimbra aos 22 dias do mez de agosto da era de 1627*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1627.

SOARES, Pedro - *Sermão do mandanto. Coroas das tres acçoens mais heroicas, que obrou o filho de deos, nas ante-vesperas de sua payção... o lecenceado Pedro Soares... pregouas na misericordia da cidade do Porto o anno de 1670*. Coimbra: por José Ferreira, 1673.

SOCORRO, Tomás do - *Regra do glorioso patriarcha S. Bento. Tirada de latim em lingoagrm portuguesa. Por industria do reuerendissimo P. Fr Thomas do Socorro geral. Nesta congregação de Portugal, segundo ves impressa*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1632.

SUÁREZ, Cipriano - *Da arte rethorica libri tres ex Aristoteles, Cicerone & Quintiliano praecipue deprompti*. Coimbra: por João de Barreira, 1562.

SUÁREZ, Cipriano - *D. Cypriani Soarez Societatis Iesu, De arte rethorica libri tres ex Aristotele, Cicerone & Quintiliano praecipué deprompti*. Coimbra: por João de Barreira, 1575.

SUÁREZ, Cipriano - *Rethorices florilegiumm ex amaenissimis conimbricensiu[m] hesperidu[m] hortis in calathos et oflactoria decerptum, in primario eloquentiae gymnasio omnigena[m] florum uarietate distinctum santssimae elisabethae lusitanorum reginae O.D.V.S.S.S.* Coimbra: por Octavo Kal. Febr, 1670.

SUÁREZ, Francisco - *De vera intelligentia auxilli efficacis, eiusque concordia cum liberate voluntarii consensos*. Coimbra, 1575-1625, 1575.

SUÁREZ, Francisco - *Commentariorum ac disputationum in tertain parte diui thomae*. Coimbra: na oficina de António de Mariz, 1603.

SUÁREZ, Francisco - *Disputationum de censuris in communi, excommunicatione, suspensione, et interdictio*. Coimbra : por António de Mariz, 1603.

SUÁREZ, Francisco - *Defensio fidei catholicae, et apostolicae adversus Anglicanea secate errores, cum responsione ad apologiam pro juramento fidelitates, & praefationem monotoriam serenissimi Jacobi Angliae Regis*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1613.

SUÁREZ, Francisco - *Doctoris Francisci Soarii Granatensis e Societate Jesu in Regia Conimbricensi Academia olim Primarii Theologiae Professoris emeriti. Opera de divinis gratia pars tertia*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1619.

SUÁREZ, Francisco - *Doctoris Francisci Suarez... Opus de triplici virtude theologica, fide, spe, & charitate in tres tractatus pro ipsarum virtutum numero distributum*. Coimbra: por Nicolau Carvalho, 1621.

TALÉSIO, Pedro - *Arte de canto chao, com huma breve instrucção, pera os sacerdotes, diaconos, subdiaconos, & moços do coro, conforme ao uso romano*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1618.

TALÉSIO, Pedro - *Arte de canto chao, com huma breve instrucção, pera os sacerdotes, diaconos, subdiaconos, & moços do coro*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1628.

TAULER, Johann - *Deuotos exercitios e meditacoes da vida & paixao de nosso senhor iesu christo*. Coimbra: por António de Mariz, 1571.

TAVARES, Manuel - *Postilas de teologia e sermões*. Coimbra, 1574-1588, 1574.

TAVARES, Manuel - *Postilas de Teologia*. Coimbra: 1594-1596, 1594.

TAVARES, Manuel – *Postilas de Teologia*. Coimbra, 1595.

TAVARES, Manuel - *Postilas de Teologia / obras de frei Manoel Tavares e Frei Francisco Carreiro*. Coimbra: 1595-1596, 1595.

TAVARES, Manuel - *Postilas de Teologia*. Coimbra, 1601.



TEIVE, Diogo de - *Comentarius de rebus in India apud Dium gestis anno salutis nostrae MDXLVI*. Coimbra: por João de Barreira e João Álvares, 1538.

TEIVE, Diogo de - *Oratio in Laudem nuptiarum ioannis ac ioanne illustrissimorum principum, rectoris concilijque iussu conimbricae (sic) habita atq aedita.../ Iacobo teuio lusitano authore*. Coimbra: por João Álvares e João de Barreira, 1553.

TELES, Baltasar - *Historia geral da ethiopia a alta, ou preste Joam, e do que nella obraram os padres da Companhia de Jesus composta na mesma ethiopia, pelo Padre Manoel D'Almeyda*. Coimbra: na oficina de Manuel Dias, 1660.

TEIXEIRA, João - *Oração que teue Ioam Teyxeira chanceler mór destes reynos em tempo del rei Dom Ioam o segundo de Portugal & do algarue & senhor da Guiné quando deu a dignidade de Marques de Vila Real ao... muyto magnifico Dom Pedro de Meneses Cõde da mesma vila & de Ourem*. Coimbra: por João Álvares, 1562.

TENREIRO, António - *Itinerário ( microforma/ António Tenreiro*. Coimbra: por João de Barreira, 1565.

TRINDADE, Visconde da - *Cronica da fundaçam do moesteyro de Sam Vicente dos Conegos regrantes da hordem do aurelio doctor s(na)ctõ Augustinho e(m) a cidade de Lixboa*. Coimbra: mosteiro de Santa Cruz, 1538.

TRINDADE, Visconde da - *Extracto e choros da tragicomedia de Sam Paulino Bispo de Nola*. Coimbra: por Diogo Gomes de Loureiro, 1604.

VAHIA, Jerónimo - *Sermão da gloriosa Virgem e Martyrs*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1660.

VASCONCELOS, Jorge Ferreira de - *Comedia Eufrosina*. Coimbra: por João de Barreira, 1560.

VASCONCELOS, Jorge Ferreira de - *Memorial das proezas da segunda tauola Redonda*. Coimbra: por João de Barreira, 1567.

VEIGA, Rodrigo Lopes - *De legatis 10/ tradit ruderico lopesius veiga*. Coimbra, 1592.

VEIGA, Rui Lopes - *Sequitur celleberimus titulus de liberis et phostumis*. Coimbra : 1590-1592, 1590.

VEIGAS, Sebastião - *Os inquisidores apostolicos contra a heretica pravidade, & apostacia, em esta cidade, & bispado de Coimbra, & seu districto, fazemos saber... como de presente tem sahido a luz, hum livro intitulado lusiadas de Luis de Camões, commentadas por Manoel de Faria & Sousa*. Coimbra: Santo Oficio, 1640.

VEJA, Cristóbal de la - *Casos raros de confissam: com regras & modo facil para fazer uma boa confissão geral, ou particular: e huas advertencias pera ter perfeita contrição: & pera se dispor bem em o artigo da morte*. Coimbra por: José Ferreira, 1673.

VIEIRA, António – *Sermam do esposo da mãy de deos/ sam joseph*. No dia dos annos delrey nosso senhor Dom Joam IV. De gloriosa memorial. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1658.

VIEIRA, António – *Sermão que pregou o R.P. Antonio Vieira da... na capella real o primeiro dia de janeiro do anno de 1642*. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1658.

VIEIRA, António - *Oração funebre que disse o R.P. Antonio Vieira.. No convento de S. Francisco de enxobregas nas exequias da senhora Dona Maria de Ataide.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1658.

VIEIRA, António – *Sermam que pregou o P. Antonio Vieira da Companhia de Jesu, na caza professa da mesma cõpanhia em 16 de agosto de 1642.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1658.

VIEIRA, António – *Sermam do esposo da mãy de deos/ sam joseph. No dia dos annos delrey nosso senhor Dom Joam IV.* De gloriosa memorial. Coimbra: por Tomé Carvalho, 1658.

VIEIRA, António – *Sermam que pregou o P. Antonio Vieira... na igreja das chagas, em a festa que se fez a sancto antonio.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1658.

VIEIRA, António – *Sermam de S. Joam Baptista na profissam da senhora madre soror Maria da Cruz... no mosteyro de nossa senhora na quietaçam, das framengas. Em alcantra.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1658.

VIEIRA, António - *Sermam que pregou o P. Antonio Vieira... na misericordia da Bahia de todos os sanctos em dia da visitaçam da nossa senhora orago da casa. Assistindo o Marques de montalvam visorrey daquelle estado do brasil, &foy o primeiro que ouvio naquella provincia.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1658.

VIEIRA, António - *Sermão que pregou o R. P. Antonio Vieira da Companhia de Jesus na cappela real o primeiro dia de Janeiro do anno de 1642.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1671.

VIEIRA, António - *Sermão que pregou o P. Antonio Vieyra... na Igreja das Chagas, em a festa que se fez a S. Antonio, aos 14 de setembro deste anno de 1642.* Coimbra: na impressão da viúva de Manuel Carvalho, 1672.

VIU CAIETANUS, Thomas de - *Summa Caietana trasladada em lingoajem portugues, com annotações de muytas duuidas & casos de consciência.* Coimbra: por João de Barreira, 1566.

ZABALETA, Juan de - *Teatro del hombre, el hombre, vida del conde de Matisio.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1661.

ZABALETA, Juan de - *El dia de fiesta: primeira parte: que contiene el dia de fiesta por la mañana.* Coimbra: por Tomé Carvalho, 1666.

## Bibliografia

BASTOS, José Timóteo da Silva - *História da censura intelectual em Portugal: ensaio sobre a compressão do pensamento português*. Lisboa: Moraes editores, 1983,

BETHENCOURT, Francisco – *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1994.

BETHENCOURT, Francisco – “A Inquisição”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, pp. 95-131.

BOUZA, Fernando – *D. Filipe I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

BUJANDA, J.M – *Índex de L’Inquisition Portugaise: 1547, 1551, 1561, 1564, 1581*. Éditions de l’Université de Sherbrooke : Centre d’Études de la Renaissance, 1995.

CHARTIER, Roger – *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*. Madrid: Alianza Editorial, 1993, pp.4-5 (versão espanhola traduzida por Mauro Armiño).

COSTA, F. Dores – *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

DARNTON, Robert – *Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura*. Brasil: Companhia das Letras, 2016. Traduzido para português por Rubens Figueiredo.

FONSECA, Fernando Taveira da [et al.] – *Imprensa da Universidade de Coimbra: uma história dentro da história*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001.

GONÇALVES, José – *A imprensa em Coimbra no século XVII*. Lisboa: Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, tese de doutoramento em História Económica e Social.

LIRA, Rafaela Franklin da Silva – Um estudo sobre as relações entre Martín de Azpilcueta Navarro. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 22 a 26 de julho de 2013.

MACEDO, Jorge Borges de – *Livros impressos em Portugal no século XVI: interesses e formas de mentalidade*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

MAGALHÃES, Joaquim Romero - *A Universidade e a Inquisição, in História da Universidade em Portugal. Coimbra: Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, vol. 1, t. 2, p. 971-988.*

MARCOCCI, Giuseppe e PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

MARQUES, João Francisco - *A parenética portuguesa e a Restauração 1640-68: a revolta e a mentalidade*. Porto: INIC, 1989.

MARQUES, João Francisco – “A palavra e o livro”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 377-447.

MARTINS, José António de Jesus - *D. Fernando Martins Mascarenhas: Um bispo na construção da identidade do Algarve dos finais do século XVI e inícios do século XVII*. Comunicação apresentada ao 1 Encontro de Estudos da Identidade, Universidade da Beira Interior, 21 de junho de 2011, Auditório da Biblioteca Central. Disponível em [https://www.academia.edu/42639940/D\\_Fernando\\_Martins\\_Mascarenhas\\_Um\\_bispo\\_na\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_identidade\\_do\\_Algarve\\_dos\\_finais\\_do\\_s%C3%A9culo\\_XVI\\_e\\_in%C3%ADcios\\_do\\_s%C3%A9culo\\_XVII](https://www.academia.edu/42639940/D_Fernando_Martins_Mascarenhas_Um_bispo_na_constru%C3%A7%C3%A3o_da_identidade_do_Algarve_dos_finais_do_s%C3%A9culo_XVI_e_in%C3%ADcios_do_s%C3%A9culo_XVII)

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan - *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

MARTINS, Maria Teresa Payan – *O Índice inquisitorial de 1624 à luz de novos documentos. Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*. Centro de História da Cultura. Volume 28, 2011, pp. 67-87.

PAIVA, José Pedro - A diocese de Coimbra antes e depois do Concílio de Trento: D. Jorge de Almeida e D. Afonso Castelo Branco, in *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura. Ciclo de conferências 2003 Coimbra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2005.

PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé e da disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal(1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

PAIVA, José Pedro - Bispos, imprensa, livro e censura no Portugal de Quinhentos. *Revista de História das Ideias*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Volume 28, 2007, pp. 687-737.

PAIVA, José Pedro – "Agora que Portugal tem rey que o governe, pay que o console, senhor que o defenda (...) Senhor, levai-me para vós", e D. Rodrigo da Cunha e a *Restauração de 1640*", *Lusitania Sacra*, 2º série, XXXVI (2017), 135-157.

PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

PAIVA, José Pedro – “Os mentores”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, 201-235.

RODRIGUES, Graça Almeida - *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980. pp. 15-16.

RODRIGUES, Manuel Augusto – Da Faculdade de Teologia para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. *Revista de História e Teoria das Ideias*.11 (1989), p. 518-542.

VALLADARES, Rafael - *La conquista de Lisboa. Violencia militar y comunidad politica en Portugal, 1578-1583*. Madrid: Marcial Pons, 2008.

VALLADARES, Rafael – *A independência de Portugal. Guerra e Restauração (1640-1680)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2006.

VITERBO, Sousa – *O movimento tipográfico no século XVI: apontamentos para a sua história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1924.